



RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADO

2013



Índice

GRUPO CP EM 2013	6
Indicadores chave de desempenho consolidado.....	6
Perfil e estrutura do Grupo.....	7
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO.....	10
Enquadramento	10
CP	11
CP CARGA	18
EMEF	22
FERNAVE	26
ECOSAÚDE	30
SAROS	34
Perspetivas para o futuro	37
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	39
Síntese de resultados.....	39
Factos relevantes após o termo do exercício	44
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS CONSOLIDADOS	45
Identificação da entidade e notas de operacionalidade (nota 1)	51
Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras (nota 2)	56
Principais políticas contabilísticas (nota 3)	57
Fluxo de caixa (nota 4)	89
Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros (nota 5)	90
Composição do resultado por segmento de negócio (nota 6)	91
Ativos fixos tangíveis (nota 7)	95
Ativos intangíveis (nota 8)	97
Locações (nota 9)	98
Participações financeiras – Método de Equivalência Patrimonial (nota 10)	99
Participações financeiras – Outros métodos (nota 11)	100

Índice

Acionistas/Sócios (nota 12)	102
Impostos sobre o rendimento (nota 13)	103
Inventários (nota 14)	104
Clientes (nota 15)	107
Adiantamentos a fornecedores (nota 16)	108
Estado e outros Entes Públicos (nota 17)	109
Outras contas a receber (nota 18)	110
Diferimentos (nota 19)	111
Ativos financeiros detidos para negociação (nota 20)	113
Outros ativos financeiros (nota 21)	114
Ativos não correntes detidos para venda (nota 22)	115
Capital realizado (nota 23)	116
Ações (quotas) próprias (nota 24)	117
Outros instrumentos de capital próprio (nota 25)	118
Reservas legais (nota 26)	119
Outras reservas (nota 27)	120
Resultados transitados (nota 28)	121
Outras variações no capital próprio (nota 29)	122
Provisões (nota 30)	123
Financiamentos obtidos (nota 31)	124
Outras contas a pagar (nota 32)	126
Fornecedores (nota 33)	127
Adiantamentos de clientes (nota 34)	128
Passivos financeiros detidos para negociação (nota 35)	129
Vendas e serviços prestados (nota 36)	130
Subsídios à exploração (nota 37)	131
Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 38)	132

Índice

Trabalhos para a própria empresa (nota 39)	133
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (nota 40)	134
Fornecimentos e serviços externos (nota 41)	135
Gastos com pessoal (nota 42)	136
Imparidades de investimento não depreciables/ amortizáveis (nota 43)	137
Outros rendimentos e ganhos (nota 44)	138
Outros gastos e perdas (nota 45)	139
Aumentos/reduções justo valor (nota 46)	140
Gastos/reversões de depreciação e de amortização (nota 47)	141
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (nota 48)	142
Juros e rendimentos similares obtidos (nota 49)	143
Juros e gastos similares suportados (nota 50)	144
Interesses minoritários (nota 51)	145
Passivos contingentes (nota 52)	146
Ativos contingentes (nota 53)	147
Garantias e avales (nota 54)	148
Remuneração do Revisor Oficial de Contas (nota 55)	149
Acontecimentos após a data do balanço (nota 56)	150



GRUPO CP EM 2013

INDICADORES CHAVE DE DESEMPENHO CONSOLIDADO

INDICADORES OPERACIONAIS DO GRUPO	2013	2012	Δ 2013/2012	
			Absoluta	%
Procura				
Passageiros (10 ³)	107.169	111.708	-4.539	-4%
Passageiros Quilômetro (10 ³)	3.310.668	3.443.449	-132.781	-4%
Toneladas (10 ³)	8.288	8.713	-425	-5%
Toneladas Quilômetro (10 ⁶)	1.894	2.026	-132	-7%
Oferta				
CK's pax. (10 ³)	28.567	27.549	1.018	4%
CK's merc. (10 ³)	4.870	5.250	-380	-7%
Recursos Humanos				
Efetivo Final	4.475	4.690	-215	-5%
Frota - Parque Ativo				
Automotoras	235	236	-1	0%
Locomotivas	90	89	1	1%
Carruagens	101	102	-1	-1%
Vagões	2.715	2.851	-136	-5%

INDICADORES FINANCEIROS DO GRUPO (10 ³ €)	2013	2012	Δ 2013/2012	
			Absoluta	%
Demonstração de Resultados				
Resultado Operacional	-75.349	-26.475	-48.874	-185%
Resultado Líquido	-225.615	-223.547	-2.068	-1%
EBITDA*	10.693	39.522	-28.829	-73%
Balanco				
Ativo	1.070.044	1.143.589	-73.545	-6%
Capital Próprio	-3.406.715	-3.178.913	-227.802	-7%
Passivo	4.476.760	4.322.502	154.258	4%
Financiamentos Obtidos	3.912.177	3.765.503	146.674	4%

(*) não inclui rescisões, provisões, imparidades, justo valor e participadas.

PERFIL E ESTRUTURA DO GRUPO

Grupo

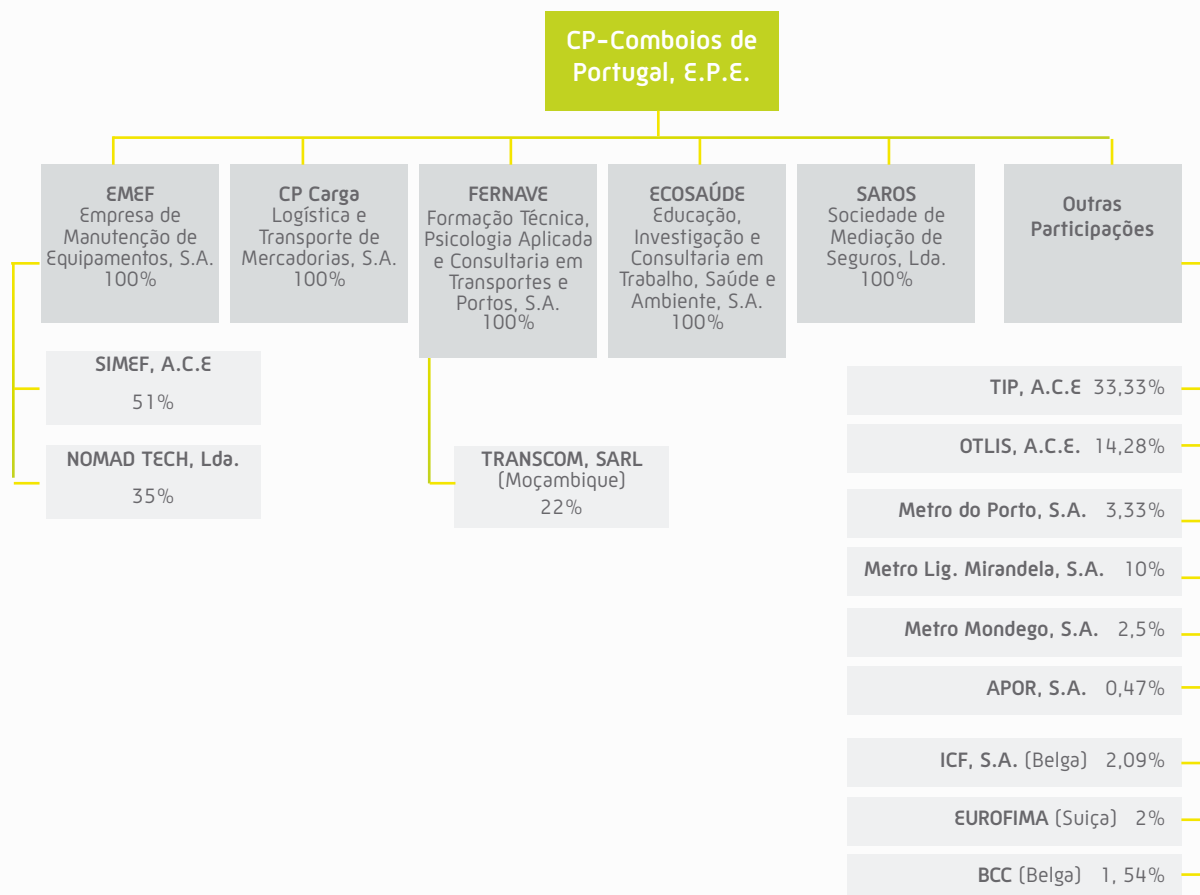
A CP, entidade pública empresarial detida a 100% pelo Estado, é a empresa-mãe de um Grupo de empresas subsidiárias e associadas, atuando em diversos segmentos de atividade. O *core business* do Grupo é a prestação de serviços de transporte ferroviário, constituindo-se como o maior transportador ferroviário de passageiros e de mercadorias do País. Opera em todo o território nacional, oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial, operando, ainda, a nível internacional.

Através de subsidiárias e associadas, o Grupo desenvolve as seguintes atividades:

- Transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas (CP Carga, S.A.);
- Fabrico e reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros, bem como o estudo de instalações oficinais para manutenção (EMEF, S.A.);
- Manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” (SIMEF, A.C.E.);
- Mediação de seguros (Saros, Lda.);
- Formação e desenvolvimento técnico profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e de avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas (Fernave, S.A.);
- Prestação de cuidados de saúde; ensino, formação e desenvolvimento técnico/profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente; prestação de serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas; assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental; execução de ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências (Ecosaúde, S.A.);
- Implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas (TIP, A.C.E.);
- Desenvolvimento do projeto de telebilhética na área da grande Lisboa, em associação com outros parceiros internacionais, de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projeto (OTLIS, A.C.E.).

A CP detém, ainda, algumas participações minoritárias, numa lógica de cooperação, com outros operadores.

No quadro seguinte indicam-se as participações em 31 de dezembro de 2013:



Durante o ano de 2013, a composição do Grupo CP alterou-se ligeiramente:

- A EMEF Internacional S.A. e a FERGRÁFICA S.A., foram liquidadas definitivamente;
- A NOMAD Tech foi constituída, com uma participação de 35% da EMEF S.A. e 65% da NOMAD Digital.

Caracterização das relações intragrupo

No quadro seguinte sintetizam-se as principais relações intragrupo, registadas durante o ano de 2013:

Prestador	Receptor				
	CP	CP Carga	EMEF	Fernave	EcoSaúde
CP					
Aluguer Material Circulante		✓			
Aluguer Terminais e Postos de Abastecimento de Gasóleo		✓			
Aluguer Edifícios Oficiais			✓		
Prestação Serviços (Contabilidade, Informática, etc)		✓	✓	✓	✓
Refaturação (Reparação de Material Circulante, Limpeza de Instalações, Vigilância, Eletricidade e Combustível Tração e Utilities)		✓	✓		
EMEF					
Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante	✓	✓			
EcoSaúde					
Serviços de medicina, higiene e segurança no trabalho e testes de alcoolemia e substâncias psicotrópicas	✓	✓	✓	✓	
CP Carga					
Comboio Socorro	✓				
Fernave					
Formação	✓	✓	✓		

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

ENQUADRAMENTO

Nos termos do artigo 4º do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado, devem elaborar as suas contas consolidadas, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro.

É neste contexto que a CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas, que expressam a posição financeira e os resultados das operações do Grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do Grupo realizaram com terceiros.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a Impostos sobre o Rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o Grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

Enquadramento da atividade

A evolução da economia portuguesa em 2013 continuou a estar condicionada pelo processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, levado a cabo pela aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), acordado com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional.

O PIB, apesar de em 2013 continuar a apresentar uma contração relativamente a 2012, registou uma queda menos acentuada face ao que se verificou em anos anteriores, e os indicadores disponíveis para os últimos trimestres sugerem que se poderá estar a iniciar um processo gradual de retoma económica, sustentado pelo aumento assinalável das exportações e pelo ligeiro crescimento do consumo privado.

Pese embora os sinais de recuperação económica e social verificados, a debilidade do tecido empresarial e do rendimento disponível das famílias e o ainda elevado nível de desemprego continuaram a influenciar e a restringir as necessidades de mobilidade de pessoas e bens, e a condicionar decisões de investimento e assunção de novos compromissos pelas empresas.

Em resposta às medidas de austeridade implementadas manteve-se, principalmente durante o 1.º semestre de 2013, o clima de contestação social, com consequências em termos de conflitualidade laboral, que afetaram a oferta de transportes em geral, tendo sido a CP e a CP Carga particularmente atingidas. Salienta-se, no entanto, que durante os meses de março e julho, o Conselho de Administração da CP e CP Carga chegou a acordo com as Organizações Representativas dos Trabalhadores, o que permitiu a desconvocação das greves ao trabalho extraordinário e aos dias feriado.

O Conselho de Administração da CP, de acordo com as orientações estratégicas emanadas para o Sector Empresarial do Estado, traçou uma estratégia de Grupo sustentável, que passa pela estruturação das participações de controlo e desenvolvimento de uma cultura de eficiência e valor acrescentado focada no respetivo *core business*, com o objetivo de alcançar um EBITDA positivo.

No ano de 2013, continuaram a desenvolver-se ações para reequilíbrio das sociedades em que a CP detém o controlo, que serão objeto de análise detalhada nos próximos pontos deste relatório.

Em 2013, as funções de administração das empresas participadas em que a CP detém controlo, passaram a ser assumidas integral e exclusivamente por membros da administração da empresa mãe.

CP

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros.

A CP em 2013, em clima de diálogo e concertação social, retomou a regularidade e a fiabilidade do serviço, o que veio permitir a progressiva recuperação da confiança pública na Empresa e a adoção de políticas comerciais mais agressivas.

Foi, assim, possível estancar, a meio do ano, a tendência de perda de passageiros que se vinha verificando nos últimos anos. O mês de setembro marcou o início da viragem, tendo-se verificado um crescimento médio de passageiros nos últimos quatro meses do ano, de 2,3%, transversal a todos os serviços da Empresa.

Atividade operacional

A atividade da empresa em 2013 foi enquadrada pelas orientações, de médio e longo prazo, constantes no Plano Estratégico de Transportes para 2011/2015 (PET) e incorporou, ainda, as orientações contidas no Orçamento de Estado para 2013, nomeadamente no que respeita aos gastos com o pessoal e às concessões de transporte.

Durante o ano foi implementado um amplo conjunto de medidas, das quais se destacam as seguintes:

- Oferta/operação
 - . Lançamento do Comboio Celta, que assegura a ligação ferroviária direta entre as cidades de Porto e Vigo, com título de transporte único comum à RENFE e à CP e ajustamento da oferta Regional na Linha do Minho para assegurar paragem em todas as estações anteriormente servidas, entre Porto Campanhã e Valença do Minho, em ambos os sentidos;
 - . Implementação do novo modelo de oferta da Linha do Oeste, que veio ligar a cidade de Caldas da Rainha a Coimbra com comboios diretos. Os restantes horários foram também ajustados entre Caldas da Rainha e Leiria, tendo passado as ligações entre Caldas e Figueira da Foz a ser asseguradas através da correspondência com o serviço Urbano de Coimbra na estação de Verride;
 - . Reforço das ligações Intercidades para Braga;
 - . Alterações de oferta na Linha do Vouga decorrentes das restrições de velocidade impostas pela infraestrutura, com particular impacto no troço Oliveira de Azeméis - Águeda;
 - . Novo contrato de prestação de serviços de restauração a bordo nos comboios Lusitânia Comboio Hotel e Sud Expresso;
 - . Otimização de enlaces entre as ofertas Urbana, Regional e de Longo Curso nos hubs de Alfaiates e de Coimbra B e entre a oferta de AP's e IC's com a oferta das Linhas do Minho e Douro no hub de Porto Campanhã;
 - . Realização da campanha do Comboio Histórico e de oferta turística (entre outras, destacam-se as Rotas da Lampreia, Amendoeiras, Cerejas, Vindimas, Aldeias Históricas e Azeite do Tejo).

- Tarifário

- . *Novo modelo de gestão da venda dos lugares não utilizados (Yield Management) que consiste na disponibilização de contingente diário de quase 200 lugares, com desconto de 40% no preço base, em caso de compra com uma antecedência mínima de 5 dias;*
- . *Atualização tarifária e entrada em vigor nos Suburbanos de Lisboa e Porto de novos modelos de zonamento;*
- . *Implementação de uma nova matriz tarifária que integra os preços dos serviços Alfa Pendular e Intercidades, quando utilizados sequencialmente;*
- . *Campanhas de divulgação e promoção dos comboios Lusitânia e Sud Expresso, após a reformulação do serviço Internacional, ocorrido em 2012, com o objetivo de dar a conhecer estes produtos, com especial enfoque nas tarifas Web e Estrella (compra online);*
- . *Novo desconto de 25%, para jovens dos 13 aos 25 anos, em todos os comboios dos serviços Alfa Pendular, Intercidades, Interregional e Regional, em todas as classes e dias da semana;*
- . *Criação de uma nova tarifa promocional, train sharing, destinada a pequenos grupos de 3 ou 4 passageiros que viajem em conjunto.*

- Qualidade

- . *Disponibilização de Wi-Fi gratuito em todos os comboios Alfa Pendular e Intercidades da Linha da Beira Baixa;*
- . *Protocolo de parceria para a criação de um serviço de car-sharing nas cidades do Porto e Matosinhos (Citizen car-sharing), disponível para os clientes com assinatura "Andante Gold".*

- Bilhética e distribuição

- . *Celebração de acordo de venda de produtos de Longo Curso, nomeadamente dos produtos de lazer, com a Ticketline;*
- . *Acordo de Cooperação Comercial CP/RENFE. A CP passou a vender títulos de transporte dos comboios internacionais que operam entre os dois países (Lusitânia, Sud Expresso e Celta) e passes InterRail, utilizando o sistema de venda da RENFE nas bilheteiras portuguesas;*
- . *Alargamento dos canais de venda para os produtos MUSICard CP e OPTIMUS ALIVE, reforçando a estratégia de ligação do comboio a eventos musicais.*

- Comunicação

- . *Lançamento da página de Facebook "Lugar à Janela", que procura reunir a promoção e divulgação dos produtos e parcerias no âmbito do lazer numa única ferramenta de comunicação;*
- . *Adoção da marca Cool_train CP na comunicação on-line destinada aos segmentos infantil/jovem e integração das ações Schooltrip no micro site CPKids.*

- Inovação

- . *Conclusão do projeto de acessos controlados às plataformas de embarque de um conjunto de 21 estações da CP Lisboa;*
- . *Lançamento do portal VIVA que permite o acesso a diversa informação sobre os cartões VIVA e efetuar operações úteis, como por exemplo, carregar zapping ou passes da Região de Lisboa;*
- . *Lançamento do Cartão Caixa Viva, cartão multibanco da Caixa Geral de Depósitos, que permite o acesso aos transportes públicos de Lisboa sem necessidade de prévio carregamento de títulos.*

Procura e oferta

O número de passageiros transportados em 2013 foi de 107,2 milhões, representando um decréscimo de cerca de 4% face a 2012, justificado, essencialmente, pela redução da mobilidade de alguns segmentos da população, devido à conjuntura económica do País e à manutenção de uma elevada taxa de desemprego. Esta redução de procura ocorreu em todos os serviços da CP, com maior impacto nos serviços Suburbanos de Lisboa.

O decréscimo registado em 2013 constitui, no entanto, uma significativa redução da quebra que se vinha registando neste indicador nos últimos anos. A partir do mês de setembro, verificou-se uma inversão na tendência de quebra, tendo-se registado no último quadrimestre de 2013 uma recuperação com um crescimento médio de 2,3%, transversal a todos os serviços da empresa. Esta recuperação resultou em parte de uma diminuição de conflitos laborais a partir do mês de abril, da implementação de políticas comerciais mais agressivas e da reformulação de alguns serviços.

Passageiros (*10 ³)	2013	2012	2013-2012	2013/2012
Serv. Urbano Lisboa	73.119	77.146	-4.027	-5,2%
Serv. Urbano Porto	19.060	19.438	-378	-1,9%
Serv. Longo Curso	4.626	4.741	-114	-2,4%
Serv. Regional	10.364	10.382	-18	-0,2%
TOTAL	107.169	111.708	-4.539	-4,1%

Passageiros-Quilómetro (*10 ³)	2013	2012	2013-2012	2013/2012
Serv. Urbano Lisboa	1.115.770	1.220.505	-104.735	-8,6%
Serv. Urbano Porto	570.040	592.190	-22.150	-3,7%
Serv. Longo Curso	1.175.969	1.179.376	-3.407	-0,3%
Serv. Regional	448.889	451.379	-2.490	-0,6%
TOTAL	3.310.668	3.443.449	-132.781	-3,9%

A quebra da procura, atenuada pelo efeito da atualização tarifária de 0,9% em todos os serviços, implicou, por sua vez, um decréscimo dos proveitos de tráfego de 3%, face ao ano anterior.

Destaca-se, à semelhança do verificado para a procura, a evolução positiva no período de setembro a dezembro, no qual se registou um aumento da ordem dos 3,1% com impacto particular nos serviços Regionais (7%) e nos serviços Urbanos do Porto e de Longo Curso (cerca de 5%).

Ao nível dos vários serviços, apenas o Longo Curso, apresentou um valor de proveitos acima do ano anterior. Contribuiu para este resultado a implementação de uma gestão diferenciada do preço - Yield Management - nos comboios Alfa Pendular e Intercidades.

Proveitos Tráfego (* 10 ³)	2013	2012	2013-2012	2013/2012
Serv. Urbano Lisboa	70.050	75.546	-5.495	-7,3%
Serv. Urbano Porto	23.664	24.469	-805	-3,3%
Serv. Longo Curso	82.872	82.811	61	0,1%
Serv. Regional	27.361	27.768	-407	-1,5%
TOTAL	203.948	210.595	-6.647	-3,2%

Em 2013, a oferta, avaliada em comboios*quilómetro, foi de 28.567 mil, ou seja, mais 3,7% relativamente a 2012.

Este aumento é consequência da reposição dos níveis de oferta programados, a partir do final do 1º trimestre, na sequência dos acordos com as Organizações Representativas dos Trabalhadores.

Os lugares quilómetro oferecidos registaram um acréscimo de 2,5%, inferior ao aumento dos comboios quilómetro, por via da implementação de algumas medidas de racionalização na composição dos comboios.

Gestão de meios

• CAPITAL HUMANO

Em 2013, prosseguiu o processo de reajustamento dos recursos humanos, em resultado da reestruturação e redimensionamento dos serviços, com reflexo na melhoria dos indicadores de desempenho e com impacto na redução dos gastos de financiamento.

O quadro de efetivos a cargo, no final de 2013, era composto por 2.766 trabalhadores, verificando-se uma redução de 128 colaboradores face a 2012.

A reposição dos níveis normais de atividade a partir do final do mês de março de 2013, na sequência do acordo com as Organizações Representativas dos Trabalhadores, contribuiu para o acréscimo das taxas de trabalho suplementar (+2,57 p.p) e de absentismo (+0,31 p.p.), que se situaram em 5,38% e 5,39%, respetivamente.

A CP continuou a apostar na valorização dos seus colaboradores, investindo na formação profissional contínua e adequada ao reforço, atualização e aquisição de novas competências, tendo realizado, ao longo de 2013, ações que envolveram 3.700 formandos, correspondentes a um total de 63.322 horas de formação.

• MEIOS MATERIAIS

Em 2013, a CP continuou a otimizar a utilização do parque de material circulante e das suas componentes estratégicas, e a promover a realização de estudos nos domínios da manutenção e reparação dos sistemas e equipamentos, tendo em conta os últimos desenvolvimentos tecnológicos. Visou, sempre, a promoção da segurança, eficiência e economia na utilização do material circulante. Promoveu contactos para a venda de material circulante, não necessário à operação.

À data de 31 de dezembro de 2013, o parque total de material motor e rebocado da CP era constituído por 915 unidades. Destas, 426 unidades encontravam-se afetadas ao parque ativo, 382 unidades integravam o parque de material inoperacional e 107 unidades são material de utilização pontual, do Comboio Histórico, do comboio socorro ou encontram-se cedidas à Fundação Nacional Museu Ferroviário.

O parque ativo de material circulante, em serviço comercial nas Unidades de Negócio e na CP Carga, SA, era composto por 186 automotoras elétricas, 49 automotoras diesel, 52 locomotivas elétricas, 38 locomotivas diesel e 101 carruagens.

No ano de 2013 verificou-se uma redução de 14 unidades, devido ao abate de 13 unidades de material inoperacional e de uma automotora acidentada.

De salientar que, no parque ativo, se encontram incorporadas 17 automotoras diesel da série 592, alugadas à RENFE.

• INVESTIMENTOS

As decisões de investimento em 2013 foram equacionadas na perspetiva de assegurar o mínimo de intervenções indispensáveis para garantir a segurança e operacionalidade do material e das instalações ferroviárias ou para conclusão de projetos que já estivessem em curso.

A CP realizou um total de 12,6 milhões de euros em investimentos, 88% dos quais destinados a material circulante e 10% a equipamentos comerciais.

No material circulante, os investimentos mais relevantes centraram-se nos projetos de "Grandes Reparações R2+R3" (6,9 milhões de euros) e de "Reparação de Bogies dos CPA" (3,6 milhões de euros).

Resultados

A CP encerrou o ano de 2013 com um Resultado Líquido de -226,5 milhões de euros, registando um agravamento de 2,9 milhões de euros (-1%) face a 2012. Esta variação foi motivada, fundamentalmente, pelo agravamento do resultado financeiro em 20,3 milhões de euros, não totalmente compensado pela melhoria verificada no resultado operacional de 17,4 milhões de euros.

O agravamento do resultado financeiro resultou do aumento dos encargos financeiros, tanto por via do acréscimo da dívida como pelo incremento dos *spreads*. Por outro lado, a antecipação do cancelamento de alguns contratos de derivados levou, igualmente, a uma antecipação dos encargos financeiros associados a esses instrumentos, compensada no, entanto, em termos de resultados, pela variação favorável da carteira de derivados.

O justo valor da carteira de derivados registou um aumento de 69,8 milhões de euros face a 2012, contribuindo decisivamente para a melhoria do Resultado Operacional.

Em consequência da difícil conjuntura macroeconómica, as prestações de serviço registaram um decréscimo de 6,7 milhões de euros, decorrente da diminuição dos rendimentos de tráfego, cuja recuperação nos últimos quatro meses, conforme analisado anteriormente, não foi suficiente para compensar a quebra registada, nomeadamente durante o primeiro trimestre do ano.

Os gastos com pessoal (sem impacto das indemnizações) apresentaram um crescimento de 12,4 milhões de euros, motivado essencialmente pela reposição dos subsídios de férias e Natal aos trabalhadores da Empresa (+13,2 milhões de euros)¹ e, apesar de parcialmente compensado, pela redução do efetivo a cargo.

Apesar do esforço generalizado de contenção de gastos na maioria das rubricas, verificou-se um aumento de 1,2 milhões de euros nos fornecimentos e serviços externos, em virtude fundamentalmente do acréscimo dos gastos com eletricidade para tração (+2,1 milhões de euros) e com a taxa de utilização da infraestrutura (+3,8 milhões de euros), na sequência da reposição dos níveis de atividade programados e de significativos aumentos de preços.

Estas variações foram compensadas pela diminuição dos Outros Gastos e Perdas em 10,2 milhões de euros. Relembra-se que, em 2012 registaram-se duas correções relevantes de gastos de períodos anteriores: correção do valor da dívida do Ministério da Defesa Nacional, em 7,2 milhões de euros, e correção dos gastos relacionados com o contrato do SIMEF, em 1,2 milhões de euros. Para além disso, foram, ainda, reconhecidos em 2012 cerca de 3 milhões de euros de dívidas incobráveis.

A regularização da dívida do Ministério da Defesa Nacional em 2012 motivou, por sua vez, uma reversão de imparidade de 38,8 milhões de euros naquele ano, que justifica genericamente, em 2013, o aumento das imparidades de dívidas a receber, em 39,9 milhões de euros.

Ainda com impacto na evolução do Resultado Operacional, é de mencionar a variação negativa dos resultados das Participadas em 13 milhões de euros e a redução das provisões devido à reversão de provisão constituída para um processo que teve desfecho favorável para a CP no Tribunal Tributário.

1. De referir que em 2013 se reconheceu o gasto da totalidade do subsídio de Natal, reposto desde janeiro e do subsídio de férias de 2012 (direito obtido em 2012, mas apenas pago em 2013, com a publicação da Lei n.º 39/2013), bem como se procedeu à especialização do subsídio de férias de 2013 (que apenas será pago em 2014), pelo que esta rubrica da demonstração de resultados não é diretamente comparável nos dois exercícios.

RENDIMENTOS E GASTOS (Valores em €)	PERÍODOS		VARIAÇÃO 2013/2012	
	31.12.2013	31.12.2012	VALOR	%
Vendas e serviços prestados	229.697.915	236.409.925	-6.712.010	-2,8%
Subsídios à exploração	34.383.635	35.362.481	-978.846	-2,8%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-2.956.393	6.414.568	-9.370.961	-146,1%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-8.477.671	-9.284.408	806.737	8,7%
Fornecimentos e serviços externos	-166.757.128	-165.580.922	-1.176.206	-0,7%
Gastos com pessoal	-98.036.837	-83.530.337	-14.506.500	-17,4%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-122.424	-59.749	-62.675	-104,9%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1.029.364	38.828.295	-39.857.659	-102,7%
Provisões (aumentos/reduções)	-19.169.257	-30.592.559	11.423.302	37,3%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-7.409.368	-6.898.508	-510.860	-7,4%
Aumentos/ reduções de justo valor	66.022.026	-3.767.729	69.789.755	1852,3%
Outros rendimentos e ganhos	31.621.641	34.817.546	-3.195.905	-9,2%
Outros gastos e perdas	-5.649.397	-15.893.793	10.244.396	64,5%
Resultado (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	52.117.378	36.224.810	15.892.568	43,9%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-69.296.156	-73.309.235	4.013.079	5,5%
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-2.524.434	-14.576	-2.509.858	-17219,1%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-19.703.212	-37.099.001	17.395.789	46,9%
Juros e rendimentos similares obtidos	4.731.517	8.766.461	-4.034.944	-46,0%
Juros e gastos similares suportados	-211.255.747	-194.971.066	-16.284.681	-8,4%
Resultado antes de impostos	-226.227.442	-223.303.606	-2.923.836	-1,3%
Imposto sobre o rendimento do período	-289.071	-285.795	-3.276	-1,1%
Resultado líquido do período	-226.516.513	-223.589.401	-2.927.112	-1,3%

Notas: Demonstração de Resultados de acordo com o Relatório e Contas da empresa, preparado com base no Sistema de Normalização Contabilística.

CP CARGA

A CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias SA, é um operador ferroviário de transporte de mercadorias, que opera com locomotivas CP e vagões de propriedade própria.

Embora continuando a sofrer as consequências de uma conjuntura económica e financeira bastante desfavorável, a CP Carga tem vindo a exercer a sua atividade com uma crescente orientação para os clientes, a par de uma progressiva racionalização de custos.

A partir de maio, registou-se um processo de recuperação gradual da trajetória de melhoria, que caracterizou os dois anos precedentes, sendo que, de forma continuada e até final do ano, foram progressivamente atenuadas as perdas ocorridas nos quatro primeiros meses.

Atividade operacional

Em 2013, a CP Carga orientou a sua atividade operacional pela procura de um desempenho integrado, incrementando os comboios bloco e a redução de manobras em trajeto, conjugando os meios operacionais com os níveis de serviço oferecidos ao cliente, segundo critérios de melhoria de eficiência económica e de rentabilização de ativos.

De relevar, também, a otimização das tripulações e do pessoal fixo relacionado com as manobras e preparação de comboios, acomodando uma redução do efetivo destas categorias, em 13% e 8%, respetivamente, a par com os ajustamentos decorrentes das múltiplas greves registadas no sector, com especial incidência no primeiro semestre, das quais resultaram fortes implicações na organização dos períodos de trabalho, e uma efetiva redução da disponibilidade para o trabalho.

Concomitantemente à rentabilização da oferta de transporte e dos recursos envolvidos, foram, ainda, desenvolvidas ações que permitiram:

- Reforçar a capacidade de resposta no Terminal Ferroviário de Mercadorias da Bobadela e a oferta de comboios sobre o Terminal XXI, Porto de Aveiro e Porto de Setúbal, acompanhando a procura do mercado;
- Acomodar o impacto da greve ininterrupta relativamente à não realização de manobras nas estações e ramais particulares pelos Operadores de Apoio;
- Reduzir, de forma generalizada, todas as rubricas das despesas operacionais, incluindo todos os serviços prestados pela REFER, refletindo os ganhos resultantes da reformulação do modelo de oferta;
- Desenvolver e implementar novos esquemas produtivos, capazes de dar resposta a novos tráfegos em modalidade comboio-bloco e nos vários eixos de atividade, nacional e internacional;
- Acompanhar o desenvolvimento do projeto TAF TSI (especificações técnicas de interoperabilidade para aplicações telemáticas de mercadorias);
- Potenciar os ganhos de eficiência energética, pela utilização de tração elétrica em detrimento da tração diesel, reduzindo as emissões de carbono em resposta às responsabilidades ambientais assumidas a par com a redução de 12% dos gastos com energia de tração (20% no diesel);
- Realizar projetos e obras diversas em resposta às necessidades internas de melhoria das condições de trabalho e de operação. Entre outras, salientam-se as intervenções realizadas no Terminal da Bobadela, em Leixões, Praias Sado e na estação de Gaia.

Procura e oferta

A atividade comercial registada em 2013 acentuou a afirmação da CP Carga como parte integrante da cadeia logística no transporte de mercadorias, nacional e internacional, não obstante a adversidade da forte recessão económica, agravada pelas perturbações resultantes dos prolongados conflitos laborais registados no sector ferroviário e no sector portuário.

Assim, num contexto adverso, a CP Carga transportou 8,3 milhões de toneladas de mercadorias, com 226 mil TEU, entre contentores e caixas móveis, e obteve 57,2 milhões de euros de proveitos diretos do tráfego.

O primeiro quadrimestre foi bastante penalizador, apresentando uma redução dos proveitos de tráfego de 25%, face ao primeiro quadrimestre de 2012, fruto, em grande medida, da manutenção do conflito laboral. Todavia, a recuperação encetada a partir de maio, permitiu finalizar o ano com reduções de apenas 4,9% nas toneladas transportadas e de 6,9% na receita, face ao ano anterior.

Deve-se, ainda, salientar:

- O crescimento do tráfego internacional, que permitiu aumentar a sua contribuição no tráfego total para 13%, no que se refere aos proveitos;
- O crescimento da atividade no Transporte Combinado e Internacional, na ordem dos 8% (2% no Combinado, com destaque para o novo serviço no eixo Leixões/Sines e 46% no Internacional, com destaque para os produtos siderúrgicos e produtos químicos) contrastando com uma quebra, na ordem dos 11%, registada no Transporte Nacional;
- O crescimento de atividade em tráfegos estruturantes, como o minério (13%) e cimento (6%), tendo este apresentado um crescimento de 57% para os portos (Setúbal e Aveiro);
- O crescimento no tráfego nacional de produtos siderúrgicos, em 41%, com destaque nas relações SN Maia/porto Leixões e SN Seixal/porto Setúbal;
- O desenvolvimento da atividade sobre os portos, que representa 61% do tráfego a nível global, com destaque para Sines, Setúbal e Aveiro;

Não obstante a redução de 4,9% das toneladas transportadas, registou-se uma redução de 7,2% dos comboios-quilómetros e um aumento de cerca de 1% das toneladas transportadas por comboio, o que revela um melhor aproveitamento da capacidade instalada, fruto, em grande parte, do projeto da blocagem dos comboios multicliente.

Gestão de meios

• CAPITAL HUMANO

No ano de 2013 prosseguiu o processo de redimensionamento do efetivo, inserido na reorganização da estrutura da empresa, no âmbito do qual se concretizaram 35 revogações de contratos de trabalho por mútuo acordo.

A empresa iniciou o ano de 2013 com um total de 629 trabalhadores, tendo reduzido o quantitativo para 585 trabalhadores no final do ano.

A taxa média anual de absentismo foi de 5,7% (6,7% em 2012) e a taxa média anual de trabalho suplementar foi de 4%, o que expressa uma redução face a 2012, em que atingiu 4,6%.

A formação profissional abrangeu 661 formandos, perfazendo um total de 10 222 horas, registando-se um incremento de 25% no número de formandos e de 18% no número de horas, face a 2012.

• MEIOS MATERIAIS

A CP Carga dispõe ao seu serviço, por aluguer à CP, de 67 locomotivas aptas a rebocar um parque de aproximadamente 2.750 vagões. A prioridade de utilização recai sobre as 34 locomotivas elétricas. As 16 locomotivas diesel são, maioritariamente, utilizadas nos troços da rede que não se encontram eletrificados. As restantes 17 destinam-se à realização de manobras.

Como principais medidas e atividades, desenvolvidas em 2013, no âmbito do material circulante destacam-se:

- A conclusão da modificação do sistema de tração e choque dos 90 vagões de transporte de carvão, permitindo, entre outras, uniformizar o engate de todo o material circulante ao serviço da CP CARGA;
- A conclusão da substituição dos rolamentos de cartucho MBU/TBU por caixas de eixo convencionais, nos vagões propriedade da Tejo Energia;
- O lançamento do processo de substituição nos vagões articulados tipo Sggmrss – 496, extensivo a vagões de outros tipos, com ganhos efetivos devido ao aumento do potencial de vida útil e na uniformização deste equipamento.

• INVESTIMENTO

A exemplo dos anos anteriores, o investimento em 2013 foi fortemente condicionado pelas medidas de contenção de despesas, tendo o seu valor ascendido a 147,6 mil euros.

Do investimento realizado, 62,6% do total destinou-se a dar seguimento aos projetos que vinham de anos anteriores no domínio da informatização de processos comerciais e técnico administrativo. Destes, importará destacar o projeto JUL (Janela Única Logística) com um total de 70,8 mil euros de investimento em 2013, importante em termos estratégicos para a atividade do transporte de contentores da CP Carga com origem/destino no Terminal XXI em Sines, na medida em que envolve vários parceiros e permite aceder a informação relevante que é partilhada, contribuindo, assim, para a flexibilização e agilização do sistema de transporte contentorizado de mercadorias.

Resultados

O Resultado Líquido da CP Carga, no ano de 2013, foi de -23 milhões de euros, contra -19,2 milhões de euros no ano anterior, correspondendo a um desvio de 20%.

Esta variação foi motivada, fundamentalmente, pela redução dos proveitos de tráfego, em 4,2 milhões de euros (-6,9%), conforme analisado anteriormente, e pelo agravamento do resultado financeiro em 2,7 milhões de euros, por via do acréscimo dos financiamentos obtidos junto do acionista e pelo incremento dos *spreads* associados. Os gastos operacionais mantiveram a tendência de redução, iniciada nos períodos anteriores (-2,1 milhões de euros).

O Resultado Operacional foi de -15,5 milhões de euros, contra -14,4 milhões de euros em 2012, representando um agravamento de 7,7%. Os Proveitos Operacionais ascenderam a 61,1 milhões de euros (-5,0% face a 2012) enquanto os Gastos Operacionais totalizaram 76,6 milhões de euros (-2,7% face ao ano anterior).

As rubricas que mais contribuíram para a redução dos gastos operacionais foram as imparidades de dívidas a receber (-1,7 milhões de euros), os gastos e reversões de depreciações e amortizações (-0,9 milhões de euros) e o combustível para tração (-0,9 milhões de euros).

Essas diminuições foram parcialmente compensadas pelo aumento dos gastos com pessoal, em cerca de 18% face ao ano anterior, situando-se em 20,4 milhões de euros em 2013, apesar da redução de efetivos. Esse acréscimo ficou a dever-se a fatores não comparáveis com o ano anterior, designadamente à reposição dos subsídios de férias e de Natal, às indemnizações por mútuo acordo e às concessões de transporte CP.

RENDIMENTOS E GASTOS (Valores em €)	PERÍODOS		VARIAÇÃO 2013/2012	
	31.12.2013	31.12.2012	VALOR	%
Vendas e serviços prestados	58.132.757	62.304.290	-4.171.533	-6,7%
Subsídios à exploração	-	2.469	-2.469	-100,0%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2.907.656	-2.236.080	-671.576	-30,0%
Fornecimentos e serviços externos	-49.423.590	-52.410.883	2.987.293	5,7%
Gastos com pessoal	-20.372.823	-17.268.838	-3.103.985	-18,0%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-	56.126	-56.126	-100,0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	1.632.534	-130.370	1.762.904	1352,2%
Outros rendimentos e ganhos	2.936.448	1.991.759	944.689	47,4%
Outros gastos e perdas	-1.330.378	-1.621.380	291.002	17,9%
Resultado (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	-11.332.708	-9.312.907	-2.019.801	-21,7%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-4.182.225	-5.089.829	907.604	17,8%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-15.514.933	-14.402.736	-1.112.197	-7,7%
Juros e rendimentos similares obtidos	141.286	95.750	45.536	47,6%
Juros e gastos similares suportados	-7.545.128	-4.779.019	-2.766.109	-57,9%
Resultado antes de impostos	-22.918.775	-19.086.005	-3.832.770	-20,1%
Imposto sobre o rendimento do período	-73.301	-79.013	5.712	7,2%
Resultado líquido do período	-22.992.076	-19.165.018	-3.827.058	-20,0%

Notas: Demonstração de Resultados de acordo com o Relatório e Contas da empresa, preparado com base no Sistema de Normalização Contabilística.

EMEF

A EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., desenvolve a sua atividade na área da metalomecânica ferroviária. A atividade da EMEF continuou a centrar-se no seu *core business*, a manutenção e reparação de material ferroviário.

Num contexto de maior exigência financeira e da necessidade de melhorar a qualidade de serviço prestado, a EMEF efetuou, durante o ano de 2013, um processo de reestruturação organizacional, com o objetivo de criar condições para uma resposta mais eficaz e rápida às necessidades do mercado. Neste âmbito, realça-se a criação de uma área específica de desenvolvimento de negócio com especial enfoque na componente internacional.

De salientar, ainda, o novo patamar alcançado de consolidação da inovação tecnológica ferroviária, com a concretização de uma *joint venture*, designada Nomad Tech, para o mercado ferroviário a nível internacional.

Atividade operacional

Em 2013, os serviços prestados pela empresa continuaram a caracterizar-se por uma oferta de manutenção integral das frotas dos seus clientes, abrangendo três segmentos principais:

- a reparação e a modernização de veículos ferroviários, e dos seus componentes e equipamentos;
- a atividade de manutenção corrente;
- a atividade de fabrico e reabilitação de material circulante.

Complementarmente à sua atividade principal, a empresa continuou a assegurar o serviço de prevenção permanente para quaisquer intervenções de emergência sobre o material circulante, e operações de socorro na linha, sempre que necessário.

• REPARAÇÃO

Esta atividade continuou a integrar os clássicos tipos de reparações programadas nas unidades e nos equipamentos (Rs e RGs), outras reparações por causas imprevistas ou acidentais sobre os veículos ferroviários (RAV e RAC) e, ainda, modificações / modernizações no material circulante de acordo com o pedido específico dos clientes.

Das ações concluídas durante o ano de 2013, destacam-se as reparações gerais aos bogies de 4 CPAs 4000, a montagem do sistema WI-FI nas UTE2240, que efetuam o serviço Intercidades, e a execução do contrato com a Mota-Engil de alteração para bitola de 1067 mm em 25 vagões FACS 694, para utilização em África. Este último projeto constituiu um marco relevante pela qualidade evidenciada e pela demonstração da capacidade técnica instalada.

No seu conjunto, o segmento da reparação permitiu realizar, em 2013, rendimentos de 24,3 milhões de euros, correspondendo a 48% do valor de rendimentos globais da empresa.

- MANUTENÇÃO

O objetivo nas atividades de manutenção corrente continuou centrado na procura permanente da eficácia de resposta às necessidades de fiabilidade e disponibilidade das frotas dos nossos clientes, dando especial prioridade ao cumprimento do programa anual de manutenção em todas as séries de material circulante ferroviário da CP.

Destaca-se, ainda, a continuidade dada ao projeto de manutenção remota sob condição, reforçando-se a potencialidade desta ferramenta para o apoio remoto e em tempo real ao *Troubleshooting* de veículos imobilizados na via.

No segmento da manutenção corrente, a empresa realizou um volume de negócios de 26,6 milhões de euros, o que correspondeu a 52% do valor de rendimentos globais da empresa, representando uma quebra de 3% em relação ao valor do ano anterior neste segmento. Tal quebra resulta da redução do número de unidades em serviço comercial no ano de 2013.

- REABILITAÇÃO

Foi concluído o restauro / reparação do comboio presidencial, utilizando desta forma o *know-how* qualificado existente para esta atividade específica, sendo esta uma mais-valia na promoção da imagem da EMEF para outros mercados específicos.

- INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Nesta vertente de atuação da empresa destacam-se as seguintes atividades:

- Participação em projetos europeus e nacionais ao abrigo do Sétimo Programa Quadro - FP7 (Interail, CargoVibes e Secur-ed), QREN (Intrain, SIEF) e FCT (LightTrain, Wearwheel, MAXBE);
- Extensão à totalidade da frota da Class 395, gerida pelo operador Southeastern Rail, do fornecimento de uma interface comum com os diversos subsistemas do comboio daquela série (projeto com fabricante Hitachi);
- Desenvolvimento e montagem em colaboração com a Nomad Digital de um protótipo numa locomotiva da classe BR189, que permitiu à DB Schenker a monitorização remota e em tempo real do estado de condição dos vários sistemas deste veículo;
- Em parceria com a Nomad Digital, ganhou um concurso público dos Caminhos de Ferro Noruegueses (NSB), cujo âmbito consiste em suportar os NSB na monitorização em tempo real da operação e apoiar e otimizar as operações de manutenção. A aplicação a desenvolver suportará todas as frotas dos NSB que permitem a recolha de dados de diagnóstico (cerca de 300 comboios);
- Implementação de um sistema de contagem de passageiros em 6 veículos, e aumento da capacidade de armazenamento de dados do sistema de informação ao passageiro embarcado nos 72 veículos da frota Eurotram do Metro do Porto;
- Desenvolvimento de protótipo de interface de ligação com as caixas negras dos comboios no Reino Unido (projeto com a operadora Britânica East Midlands Trains e Arriva Trains Wales);
- Continuidade dos trabalhos e desenvolvimento na área da electrónica de potência;
- Desenvolvimento e prototipagem de projeto Lusogate relativo à substituição de módulos de GTOs por módulos de IGBTs no sistema de propulsão das UQEs da Linha de Sintra;

- Desenho e prototipagem do *hardware* para monitorização da condição de sistemas embarcados em material circulante de operador britânico Northern Rail;
- Desenvolvimento de *hardware* para sistema alternativo aos atuais indicadores de destino dos comboios Alfa Pendular;
- Desenvolvimento de banco de ensaios para validação de estado de conformidade das *gate units* da série 2300/2400;
- Desenvolvimento de *hardware* para solução integrada de telemetria e contagem de energia nas séries 2300 (CP) e 3500 (Fertagus).

Gestão de meios

• CAPITAL HUMANO

Durante o ano de 2013 continuou o ajustamento dos recursos humanos à carga de trabalho e à reorganização operada na empresa.

Em 31 de dezembro de 2013 o efetivo da EMEF situava-se nos 1 069 colaboradores. Saíram da empresa durante o ano de 2013, 54 colaboradores, 21 dos quais por mútuo acordo e 13 por transmissão da posição contratual para a Nomad Tech.

O absentismo situou-se nos 6,8%, contra 7,6% em 2012.

No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais, iniciou-se a extensão da aplicação da "Matriz de Competências", metodologia já utilizada na Gestão de Competências dos colaboradores afetos à manutenção dos comboios pendulares, à execução das várias atividades desenvolvidas na empresa, encontrando-se em fase de conclusão os trabalhos relativos à área de manutenção e reparação de material rebocado de mercadorias.

Em 2013, a EMEF manteve a orientação para a formação interna e continuou a colaborar regularmente com entidades ligadas à formação profissional na concessão de estágios curriculares, em contexto de trabalho.

• INVESTIMENTOS

Prosseguindo uma política de contenção nos investimentos, os mesmos confinaram-se aos equipamentos estritamente necessários para a prossecução da atividade da empresa, ascendendo em 2013 a cerca de 45 mil euros.

Resultados

A EMEF encerrou o ano de 2013 com um resultado líquido negativo de 3,4 milhões de euros, registando um agravamento de 9,5 milhões de euros face ao ano de 2012.

Esta variação foi motivada fundamentalmente pela redução da atividade operacional da empresa (os rendimentos operacionais registaram uma diminuição na ordem dos 16%, a que correspondem -10,3 milhões de euros) e pela reposição dos subsídios de férias e Natal aos colaboradores da empresa.

A redução dos rendimentos é justificada, por um lado, pela inexistência do segmento de fabrico no ano 2013 (o projeto de fabrico de vagões para a CP Carga concluiu-se no ano de 2012) e, por outro lado, por um menor volume de intervenções de reparação, situação agravada com a manutenção no ano de 2013 dos preços praticados no ano de 2012 para o principal cliente, CP, E.P.E..

Os gastos operacionais situaram-se abaixo do ano anterior (- 0,7 milhões de euros), já que a redução substancial verificada nas rubricas de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, indemnizações devidas por rescisões por mútuo acordo e outros gastos, compensou o incremento dos gastos com pessoal (sem rescisões) no valor de 3,7 milhões de euros, resultante da reposição de subsídios de férias e de Natal aos trabalhadores.

Os gastos de financiamento diminuíram 12%, justificados pela redução da dívida.

RENDIMENTOS E GASTOS (Valores em €)	PERÍODOS		VARIAÇÃO 2013/2012	
	31.12.2013	31.12.2012	VALOR	%
Vendas e serviços prestados	50.935.813	63.267.091	-12.331.278	-19,5%
Subsídios à exploração	150.587	60.179	90.408	150,2%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	285.213	430.696	-145.483	-33,8%
Variação de inventários da produção	-15.374	-1.713.378	1.698.004	99,1%
Trabalhos para a própria entidade	-	2.643	-2.643	-100,0%
Custo das mercadorias vendidas e consumidas	-13.564.239	-15.630.558	2.066.319	13,2%
Fornecimentos e serviços externos	-9.599.103	-9.539.694	-59.409	-0,6%
Gastos com pessoal	-29.821.725	-27.056.054	-2.765.671	-10,2%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	358.283	-291.185	649.468	223,0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	181.252	-210.274	391.526	186,2%
Provisões (aumentos/reduções)	140.618	-641.094	781.712	121,9%
Outros rendimentos e ganhos	1.571.345	1.989.199	-417.854	-21,0%
Outros gastos e perdas	-991.996	-1.141.870	149.874	13,1%
Resultado (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	-369.326	9.525.700	-9.895.026	-103,9%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1.317.287	-1.480.444	163.157	11,0%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-1.686.613	8.045.256	-9.731.869	-121,0%
Juros e gastos similares suportados	-1.664.455	-1.884.694	220.239	11,7%
Resultado antes de impostos	-3.351.068	6.160.562	-9.511.630	-154,4%
Imposto sobre o rendimento do período	-39.217	-45.692	6.475	14,2%
Resultado líquido do período	-3.390.285	6.114.870	-9.505.155	-155,4%

Notas: Demonstração de Resultados de acordo com o Relatório e Contas da empresa, preparado com base no Sistema de Normalização Contabilística.

FERNAVE

A FERNAVE — Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A., é uma empresa vocacionada para a prestação de serviços de formação, psicologia, recrutamento e consultoria, preferencialmente no sector dos transportes ferroviário, rodoviário e portuário.

Pese embora não tenha sido possível obter o equilíbrio operacional, a Fernave apresentou em 2013 uma melhoria significativa dos resultados, impulsionada pelo crescimento das prestações de serviço, conseguido em ambiente adverso de restrição económica.

A aposta na conceção e no lançamento de produtos e serviços inovadores orientados para o cliente, quer a nível nacional, quer para o mercado externo, com especial relevo para o africano, contribuiu de modo relevante para o resultado alcançado.

Atividade operacional

Apesar da conjuntura económica adversa, nacional e internacional, que se traduziu numa retração do investimento por parte dos principais clientes da Fernave (empresas pertencentes ao SEE) em 2013, verificou-se uma melhoria da atividade da empresa, com especial ênfase na área da consultoria.

A atividade de 2013 ficou marcada por diversas ações no mercado interno e externo, salientando-se as seguintes:

- Prestação de serviços de formação não só nas suas áreas específicas de intervenção a nível ferroviário, mas também na área rodoviária, portuária e nas áreas de âmbito comportamental, informática e línguas;
- Relativamente à área portuária, início de projetos formativos para clientes privados, no âmbito da nova Lei do Trabalho Portuário;
- Venda/prestação e serviços no exterior, nas áreas da formação e consultoria, concretamente em Angola e Moçambique;
- Continuidade da avaliação psicológica, com carácter periódico, dos colaboradores de diversas entidades, contribuindo para o controlo e manutenção das características necessárias ao desempenho das funções para as quais foram recrutados;
- Continuidade da intervenção no desenvolvimento de recursos humanos, assessoria organizacional e ferroviária, prestando assistência especializada e intervindo na execução e acompanhamento de projetos estruturantes para o sector;
- Reforço da estratégia de comunicação e posicionamento no mercado, promovendo diversas iniciativas, nomeadamente por via da realização de ações de partilha do conhecimento, disponibilizadas ao mercado em formato de seminários temáticos;
- Promoção da atividade comercial, nomeadamente por via do estabelecimento de parcerias estratégicas, tendo em vista a constituição de equipas cujas áreas de intervenção se complementam;
- Continuidade do cumprimento das orientações de redução de custos, nomeadamente por via da implementação de um conjunto de ações internas, o que, conjugado com atuações ao nível de procedimentos, vem permitindo a melhoria do funcionamento interno da empresa.

• FORMAÇÃO

A atividade de formação, ao longo, do ano abrangeu o levantamento de necessidades formativas e a conceção, planeamento, organização, execução e acompanhamento de um conjunto de 426 ações, frequentadas por 4.080 formandos, num total de 11.092 horas de formação, às quais correspondeu um volume de formação de 104.300 horas. Em termos globais, verificou-se que a atividade de formação, em horas de formação ministradas, registou um acréscimo na ordem dos 13%, face a 2012.

A CP representou 50% do total de horas de formação ministradas, registando um aumento de 8 p.p. face ao ano anterior. Realça-se também a entrada de novos clientes ligados aos sectores rodoviário e marítimo-portuário.

Relativamente, às áreas formativas observa-se que as áreas técnicas ferroviárias da tração e da gestão de operações ferroviárias e instalações fixas são as que têm maior expressão seguidas das áreas rodoviárias e da gestão e comportamental.

Das atividades desenvolvidas, pelo seu caráter inovador e de posicionamento de mercado, destacam-se as seguintes:

- Conclusão da 1ª edição do Curso de Formação Inicial de Maquinistas para o mercado e início da 2ª edição do curso, homologado pelo IMT com base na transposição para a realidade nacional da diretiva comunitária sobre a formação e certificação dos maquinistas;
- Homologação pelo IMT do Curso de Formação Inicial de Agentes de Acompanhamento de Comboios;
- Promoção de um ciclo de seminários sustentado na reflexão, debate e partilha de boas práticas e lançamento de cursos interempresas;
- Mobilização de equipas formativas e de assistência técnica para projetos internacionais;
- Projeto formativo no âmbito da nova regulamentação de formação para o sector portuário.

• RECRUTAMENTO E PSICOLOGIA

Em 2013, o trabalho do Gabinete de Recrutamento e Psicologia (GRP) incidiu essencialmente na realização de exames de seleção e controlo periódico a funções ligadas aos sectores ferroviário, rodoviário e marítimo-portuário, para obtenção e revalidação da habilitação à condução, conforme exigência legal do IMT e de controlo especial de desempenho na área ferroviária. Conduziu ainda processos de recrutamento e seleção de quadros, de técnicos e de operacionais, para os mercados nacional e africano.

O número total de exames efetuados em 2013, diminuiu cerca de 20% relativamente ao ano transato, sendo acompanhado por um decréscimo ao nível do valor total de faturação.

Esta situação está associada, nomeadamente à ausência de exames de admissão ou progressão na carreira de clientes como a CP, Refer, ML, Carris e STCP e à diminuição de efetivos de algumas empresas, nomeadamente de empreiteiros ferroviários.

• CONSULTADORIA

Durante o ano de 2013, o Gabinete de Consultoria deu continuidade ao modelo de intervenção que vem assumindo, prestando serviços de consultoria para clientes de mercado, quer em Portugal, quer em África.

Em 2013 estiveram ativos 10 projetos (30% transitaram de 2012), todos para clientes de mercado. Destes projetos, 70% destinaram-se ao mercado africano.

Em termos globais, os proveitos gerados pelo Gabinete de Consultoria ascenderam a 271,9 mil euros, correspondendo a um crescimento na ordem dos 149% face ao período anterior e, representando 18,5% dos rendimentos gerados pela empresa diretamente relacionados com a atividade.

Do conjunto de projetos em curso, realçam-se:

- Continuidade da prestação de serviços no âmbito da “logística de recursos humanos”, apoiando um cliente ferroviário no mercado moçambicano, em parceria com a Transcom;
- Participação no diagnóstico das necessidades de formação e definição do plano estratégico de formação operacional para o CFM Centro, por solicitação do cliente Aurizon, em parceria com a Transcom;
- Participação no Curso de Especialização em Engenharia Ferroviária (promovido pelo ISUTC – Transcom), para o cliente Vale Moçambique;
- Participação no Estudo Estratégico dos Portos de Angola, para o cliente Angrofret, integrando a equipa da Logistema.

Gestão de meios

• CAPITAL HUMANO

No final de 2013, a Fernave contava com 29 colaboradores ao serviço, 7 dos quais em regime de cedência. A área de formação representava 44% do efetivo. Note-se que a empresa, concentrou os seus esforços de diminuição dos recursos humanos entre 2010 e 2012, passando de 58 para 29.

A Fernave vem adotando uma política de potenciação do seu capital humano, numa perspetiva de aumento da produtividade, recorrendo estrategicamente e sempre que necessário, à utilização dos recursos humanos do seu acionista. Apenas em situações pontuais recorre ao exterior.

Neste ano, manteve-se o volume de trabalho suplementar relativamente a 2012, representando apenas 0,2% do potencial de horas do ano. A taxa de absentismo situou-se nos 5,1%.

Resultados

A FERNAVE encerrou o período de 2013 com um Resultado Líquido negativo de 781,7 mil euros, registando uma melhoria de 34% (+ 394,5 mil euros) face ao ano de 2012. O Resultado Operacional registou uma recuperação na ordem dos 40% face ao ano anterior (+ 378,2 mil euros).

Esta evolução é explicada essencialmente pelo crescimento em mais de 50% (+ 504,3 mil euros) dos rendimentos relativos a serviços prestados pela empresa, tendo sido as áreas da Formação (+45%) e Consultadoria (+149%) as que mais contribuíram para este aumento.

Os fornecimentos e serviços externos apresentaram um acréscimo de 26,2% (+188,8 mil euros), devido ao crescimento dos gastos com subcontratos que acompanharam o aumento nos rendimentos com a prestação de serviços de formação.

Observou-se também um aumento dos gastos com pessoal em 5,3% (+49,9 mil euros), devido à reposição do pagamento de subsídio de férias aos colaboradores da empresa.

A rubrica "Outros Gastos e Perdas" apresenta uma diminuição de cerca de 46% (-65,8 mil euros) pelo facto de em 2012 terem sido registados dívidas incobráveis no valor de 69,9 mil euros.

RENDIMENTOS E GASTOS (Valores em €)	PERÍODOS		VARIAÇÃO 2013/2012	
	31.12.2013	31.12.2012	VALOR	%
Vendas e serviços prestados	1.469.264	964.933	504.331	52,3%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-300.000	300.000	100,0%
Fornecimentos e serviços externos	-908.585	-719.756	-188.829	-26,2%
Gastos com pessoal	-983.983	-934.121	-49.862	-5,3%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	4.082	-35.847	39.929	111,4%
Imparidades de investimento não depreciables/ amortizáveis (perdas/reversões)	46.119	311.095	264.976	-85,2%
Outros rendimentos e ganhos	21.918	67.079	-45.161	-67,3%
Outros gastos e perdas	-77.179	-142.988	65.809	46,0%
Resultado (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	-428.364	-789.606	361.242	45,7%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-129.141	-146.079	16.938	11,6%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-557.505	-935.685	378.180	40,4%
Juros e rendimentos similares obtidos	1.340	-	1.340	0,0%
Juros e gastos similares suportados	-216.637	-235.394	18.757	8,0%
Resultado antes de impostos	-772.802	-1.171.080	398.278	34,0%
Imposto sobre o rendimento do período	-8.939	-5.206	-3.733	-71,7%
Resultado líquido do período	-781.741	-1.176.286	394.545	33,5%

Notas: Demonstração de Resultados de acordo com o Relatório e Contas da empresa, preparado com base no Sistema de Normalização Contabilística.

ECOSAÚDE

A ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A., dedica-se à prestação de serviços integrados de segurança e saúde no trabalho, saúde humana e consultoria especializada. A sua atividade direciona-se para dois mercados distintos: o Business to Business (B2B), com a prestação de serviços de segurança e saúde no trabalho, e o Business to Consumer (B2C), no âmbito das redes de seguros de saúde, acidentes de trabalho e acordos de convenções.

Foi num contexto económico adverso que, durante o ano de 2013, a Ecosaúde continuou o seu caminho de reorganização e saneamento financeiro.

Neste período, em larga medida devido à reposição dos subsídios de férias, os indicadores financeiros regrediram, transitoriamente, para valores negativos. No entanto, com as medidas entretanto tomadas, a empresa deverá regressar ao equilíbrio operacional no ano de 2014.

Atividade operacional

A manutenção do processo de ajustamento do modelo económico português, continuou a fazer como que o nível de emprego da economia em geral se mantivesse historicamente baixo, facto que afetou diretamente o nível de atividade da empresa, devido aos seus serviços prestados terem uma relação direta com o número de trabalhadores dos seus clientes. Paralelamente, a manutenção desta conjuntura recessiva veio fazer com que os agentes económicos em geral se focassem num processo de redução e racionalização de custos, o que veio criar uma pressão crescente no fator preço.

Por outro lado, a atividade da Ecosaúde continuou a estar condicionada pela necessidade de redução do peso do Estado na economia e do Setor Empresarial do Estado em particular, o qual tem um peso significativo na carteira de clientes da empresa.

No sentido de contrariar essa tendência, a empresa tem encetado uma estratégia que passa pelo posicionamento num segmento de mercado com maior valor, prestando serviços numa lógica integrada e interdisciplinar.

No ano de 2013, destacam-se as seguintes ações:

- Desenvolvimento de novos modelos de serviço ao cliente, consubstanciados na prestação da atividade nas instalações destes;
- Oferta de serviços integrados de valor acrescentado para os clientes, contemplando as vertentes da Medicina do Trabalho, Segurança, Gestão de Sinistros, Medicina Curativa, Formação e Prevenção de Controlo de Dependências;
- Continuação da desmaterialização dos processos clínicos, nomeadamente ao nível da divulgação dos resultados das análises clínicas que passaram a ser disponibilizadas por correio eletrónico;
- Conclusão do projeto para a implementação de um novo sistema de informação que suporte as diversas atividades da empresa e que permita ao cliente, através de um portal de internet, aceder às informações relevantes no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho;
- Realização de diversas campanhas e rastreios, nomeadamente de avaliação do risco cardiovascular, nutrição clínica, saúde oral, terapia da fala e vacinação contra a gripe sazonal.

- MEDICINA NO TRABALHO

Na Ecosaúde, a Medicina do Trabalho efetua todas as atividades necessárias à prevenção de riscos para a saúde do trabalhador, assim como para evitar a ocorrência de doenças profissionais.

Durante 2013, realizaram-se 11.324 atos médicos e de saúde no âmbito da saúde no trabalho. Comparando com o período homólogo, verifica-se um decréscimo de 1% na atividade da empresa resultante da diminuição dos efetivos nas empresas clientes.

- SEGURANÇA NO TRABALHO

No âmbito da Segurança no Trabalho, a atuação da Ecosaúde consiste essencialmente na prestação de serviços de consultoria e auditoria para garantir a melhoria das condições de trabalho e a prevenção de acidentes.

Em 2013, a atividade associada a este serviço apresentou um crescimento de 8%. Contribuíram positivamente para esta evolução o aumento da atividade nas empresas do grupo em 10% e nos restantes clientes em 5%.

- PREVENÇÃO E CONTROLO DE DEPENDÊNCIAS

A atividade de Prevenção e Controlo de Dependências tem como principais objetivos inibir o consumo de álcool e drogas no ambiente de trabalho e apoiar a assistência a trabalhadores afetados pelos consumos excessivos.

Em 2013, realizaram-se cerca de 12 mil intervenções ao nível do controlo, mantendo-se o nível de atividade do ano transato.

- GESTÃO DE SINISTROS

No âmbito da medicina de acidentes de trabalho, em 2013, a empresa efetuou 1.152 atos médicos, mais 17 que no ano anterior.

A empresa tem também em regime de prevenção e disponibilidade permanente, no âmbito dos Planos de Emergência Ferroviária da CP, um Gabinete de Emergência, dotado de um conjunto de profissionais de saúde e segurança que prestam serviços de auxílio e informação aos passageiros.

Em 2013, o Gabinete de Emergência foi ativado uma vez, na sequência do acidente ferroviário de Alfarelos. Em conjunto com as Autoridades de Proteção Civil, da CP e da REFER, colaborou ainda na realização de um simulacro de acidente ferroviário.

- ESPECIALIDADES MÉDICAS

Para complementar a atividade da saúde no trabalho, a empresa apoia as organizações e os seus colaboradores através de diversas especialidades médicas, criando condições para a prevenção, deteção e tratamento de cada situação. Em 2013, foram realizadas 4.628 consultas de especialidade (em 2012 foram realizadas 4.411) e 133 tratamentos de enfermagem.

- FORMAÇÃO

A Ecosáúde planeia, organiza e executa atividade formativa nas áreas de Segurança e Saúde com o objetivo de estimular a cultura de segurança e o desenvolvimento das condições de trabalho. Nesse sentido, presta serviços de formação interempresas, nas temáticas e conteúdos transversais a todas as organizações e sectores de atividade, mas também ministra intraempresa, à medida das necessidades específicas de cada organização.

Em 2013, foram realizadas 73 ações de formação, a um universo de 698 formandos e com um volume de 5.123 horas.

Gestão de meios

- CAPITAL HUMANO

A empresa desenvolve a sua atividade numa indústria de serviços, mão-de-obra intensiva, contando com 70 colaboradores ativos (igual a 2012). Destes, 45 são prestadores de serviços e 25 são do quadro da empresa (contratados sem termo).

Resultados

A Ecosaúde encerrou o ano de 2013 com um Resultado Líquido negativo de 119 mil euros. Em 2012, o Resultado Líquido situara-se nos -54 mil euros.

Esta evolução é explicada essencialmente pela redução do volume de negócios da empresa em cerca de 5,5% (-119 mil euros) e pelo acréscimo dos gastos com pessoal (+56 mil euros), na sequência da reposição dos subsídios de férias, ainda que parcialmente compensados pela redução de 4% dos FSE (-52 mil euros) e de 18% dos Outros Gastos e Perdas (-17 mil euros).

Os gastos financeiros totalizam 46 mil euros, menos 14% que no ano de 2012.

RENDIMENTOS E GASTOS (Valores em €)	PERÍODOS		VARIAÇÃO 2013/2012	
	31.12.2013	31.12.2012	VALOR	%
Vendas e serviços prestados	2.057.630	2.176.544	-118.914	-5,5%
Fornecimentos e serviços externos	-1.244.063	-1.295.848	51.785	4,0%
Gastos com pessoal	-769.406	-713.582	-55.824	-7,8%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	70	-7.975	8.045	100,9%
Provisões (aumentos/ reduções)	26.000	-	26.000	0,0%
Outros rendimentos e ganhos	5.522	4.567	955	20,9%
Outros gastos e perdas	-79.951	-97.161	17.210	17,7%
Resultado (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	-4.198	66.544	-70.742	-106,3%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-61.302	-57.429	-3.873	-6,7%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-65.500	9.115	-74.615	-818,6%
Juros e rendimentos similares obtidos	-	350	-350	-100,0%
Juros e gastos similares suportados	-46.267	-53.937	7.670	14,2%
Resultado antes de impostos	-111.767	-44.472	-67.295	-151,3%
Imposto sobre o rendimento do período	-7.468	-9.254	1.786	19,3%
Resultado líquido do período	-119.235	-53.726	-65.509	-121,9%

Notas: Demonstração de Resultados de acordo com o Relatório e Contas da empresa, preparado com base no Sistema de Normalização Contabilística.

SAROS

A SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros Lda., presta serviços na área da mediação com a categoria de agente de seguros nos ramos VIDA e NÃO VIDA. A atividade da SAROS foca-se na gestão da carteira de seguros das empresas do Grupo CP.

No ano de 2013, a Saros revelou uma melhoria de performance, que se traduziu num aumento das prestações de serviço de 151% face ao ano anterior. Aumentou também o número de seguradoras com as quais se relaciona, tendo sido celebrados dois novos contratos de mediação.

Atividade operacional

A SAROS tem como principal atividade a mediação de seguros entre as empresas do Grupo CP e as seguradoras. A carteira gerida pela SAROS é composta quase na sua totalidade por seguros tomados por empresas do Grupo CP, porém a empresa representa várias seguradoras.

No desempenho da sua atividade, a empresa presta assessoria, apoio e aconselhamento às empresas, para a obtenção das melhores combinações entre coberturas dos riscos da atividade e os prémios a pagar.

Entre os factos ocorridos em 2013 destacam-se os seguintes:

- Resolução do processo de divergência de comissões com a seguradora Fidelidade, do qual resultou o recebimento avultado de comissões;
- Estabelecimento de novos contratos de mediação – seguradoras Lusitânia e Açoreana;
- Acompanhamento da gestão corrente da carteira de seguros do Grupo CP.

Em 2013, o ramo Saúde foi o que representou maior peso (45,3%) nas comissões da SAROS, seguido do ramo Acidentes de Trabalho, que representou 33,1% e da Responsabilidade Civil com 12,5%.

Apenas em 2013 é que a SAROS começou a receber comissões referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho (AT) do Grupo CP, uma vez que em 2012 as mesmas não ficaram carregadas atempadamente na mediação da SAROS, não lhe conferindo direito a qualquer comissão.

As seguradoras com maior peso no total das comissões auferidas foram a Fidelidade e a Mapfre.

Gestão de meios

• CAPITAL HUMANO

A atividade operacional da SAROS encontrou-se assegurada por uma colaboradora, a tempo inteiro, habilitada pelo Instituto de Seguros de Portugal para a atividade de mediação de seguros, com funções técnicas e de gerência.

Os Estatutos da Sociedade foram alterados em 17 de abril de 2013 no que diz respeito à Gerência, que passou a ser exercida por dois gerentes eleitos em Assembleia Geral, um membro do Conselho de Administração da CP, em acumulação de funções e por outro membro responsável pela atividade de mediação de seguros.

Resultados

O ano de 2013 da SAROS ficou pautado por uma melhoria muito significativa do Resultado Líquido em 198 mil euros (+ 222% face a 2012).

As comissões da atividade de mediação contabilizadas como rendimentos do período de 2013 totalizaram 387,8 mil euros, valor muito superior ao verificado em 2012 (cerca de + 233,2 mil de euros).

Este aumento ficou a dever-se a 2 fatores:

- A SAROS começou a receber comissões referentes ao ramo de acidentes de trabalho do Grupo CP, que ascenderam a 128,5 mil euros;
- Resolução do contencioso com a seguradora Fidelidade, do qual resultou o pagamento de comissões no montante de 152,8 mil euros.

Os gastos com pessoal aumentaram 50,5% (+14,6 mil euros), motivado pela nomeação para gerente da Sr.ª Dr.ª Joana Lima, que anteriormente desempenhava funções de técnica licenciada, e pela reposição dos subsídios de férias e de natal.

Os fornecimentos e serviços externos apresentaram um crescimento de 6,6 mil euros (+19,6%) justificado pelo aumento dos trabalhos especializados, nomeadamente da prestação de serviços de consultoria de seguros, que em 2012 apenas produzira efeitos a partir de abril.

RENDIMENTOS E GASTOS (Valores em €)	PERÍODOS		VARIAÇÃO 2013/2012	
	31.12.2013	31.12.2012	VALOR	%
Vendas e serviços prestados	387.756	154.510	233.247	151,0%
Fornecimentos e serviços externos	-40.321	-33.699	-6.622	-19,6%
Gastos com pessoal	-43.499	-28.902	-14.596	-50,5%
Outros rendimentos e ganhos	1.356	3.172	-1.816	-57,2%
Outros gastos e perdas	-14.612	-4.366	-10.246	-234,7%
Resultado (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	290.681	90.714	199.967	220,4%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	-492	492	100,0%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	290.681	90.222	200.459	222,2%
Juros e rendimentos similares obtidos	417	186	231	124,5%
Resultado antes de impostos	291.098	90.408	200.690	222,0%
Imposto sobre o rendimento do período	-4.349	-1.356	-2.993	-220,7%
Resultado líquido do período	286.749	89.052	197.697	222,0%

Notas: Demonstração de Resultados de acordo com o Relatório e Contas da empresa, preparado com base no Sistema de Normalização Contabilística.

PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Em 2014 a economia portuguesa continua a estar condicionada pelas restrições associadas ao processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos iniciado em 2011, com natural impacto nas empresas do Grupo CP.

No entanto, os sinais de recuperação económica, o clima de paz laboral e uma aposta mais efetiva em políticas comerciais e de comunicação, constituem um estímulo para a melhoria dos níveis de atividade para 2014.

Deste modo e de acordo com as orientações das Tutelas Financeira e Sectorial, o foco estratégico mantém-se na obtenção da sustentabilidade económica e financeira das empresas do Grupo CP, que se traduzirá na obtenção de uma melhoria do EBITDA e do indicador (Vendas e Prestações de Serviço + Subsídios à exploração) / (CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal, sem indemnizações por rescisão).

No caso da CP as orientações para a sua obtenção são designadamente:

- Combate à quebra da procura, reforçando a dimensão comercial da atividade de transporte de passageiros, atuando ao nível da qualidade do serviço, da política de preços e do combate à fraude;
- Criação / manutenção da paz social e valorização dos trabalhadores, através da promoção de ações de formação em áreas *core* da empresa e melhoramento da comunicação interna;
- Redução de gastos através da racionalização dos meios de produção e renegociação de contratos;
- Alienação de bens não necessários à atividade, reduzindo meios afetos não geradores de valor.

Quanto à CP Carga, irá dar continuidade à implementação de medidas de reestruturação que potenciem a procura e a rentabilização da oferta de transporte e dos recursos envolvidos, que se consubstanciem numa adequada preparação da empresa para a disputa do mercado em condições concorrenciais, com um posicionamento crescente em tráfegos de interesse estratégico em linha com o que se pretende tendo em vista o processo de privatização, que se prevê vir a ocorrer no futuro próximo.

Em 2014, os principais vetores de atuação irão consistir no desenvolvimento de forma sustentada do tráfego nacional e internacional, promovendo o estabelecimento de parcerias e a dinamização do tráfego para exportação, no desenvolvimento da interoperabilidade além-fronteiras nas vertentes da tração, tripulações e outras, reduzindo os encargos da operação e no aumento da produtividade dos meios materiais e consequente redução dos custos unitários de produção, nomeadamente através do aumento sustentado das cargas por comboio, da continuação da substituição da tração diesel pela tração elétrica e da melhoria da eficiência energética na condução.

Por outro lado, continuará a empenhar-se na cooperação com a sua congénere espanhola, refletindo a vontade de ambas as partes no aumento da quota de mercado do tráfego ferroviário de mercadorias na Península Ibérica e desenvolvimento e promoção de serviços de transporte de mercadorias por ferrovia entre os dois países.

A EMEF continuará a materializar a estratégia definida no sentido da obtenção da sustentabilidade da empresa: reestruturar para valorizar; gerar novas competências; estabelecer parcerias estratégicas e internacionalizar.

Nesse sentido, desenvolverá a sua atividade orientada pelas seguintes linhas de atuação:

- Desenvolvimento dos ativos humanos;
- Melhoria da eficiência organizacional, concluindo-se o processo de reestruturação e o redimensionamento das suas unidades produtivas;
- Incorporação de atualizações tecnológicas;
- Identificação de novos mercados e parceiros que lhe permitam oportunidades de crescimento, por forma a alargar a base de clientes e de projetos que contribuam para sustentabilidade da empresa e para a diminuição da dependência do seu principal cliente, a CP;
- Reforço da competitividade através de propostas de elevado valor para os clientes.

A Fernave, por seu lado, prosseguirá o seu processo de reestruturação com vista a alcançar o respetivo equilíbrio operacional. Para esse efeito, o atual foco de intervenção deverá ser alargado e complementado, passando a integrar o conjunto dos diversos modos de transporte, desempenhando dessa forma um papel de entidade agregadora de competências multimodais.

Tendo em conta esse objetivo, deve posicionar-se para o desenvolvimento de novos serviços direcionados para a logística, atividade em emergência, a nível nacional mas em particular em Angola e Moçambique, nomeadamente no que concerne à vertente ferro-portuária, e para o sector aéreo, altamente regulado e cujas certificações são periódicas e obrigatórias, nomeadamente a nível internacional.

Por outro lado, a conquista de novos mercados, casos da CPLP, será fundamental para a afirmação e sustentação da empresa.

O enfoque da Ecosaúde será no crescimento. Neste sentido a empresa terá de ultrapassar a circunstância dos seus maiores clientes estarem a diminuir a sua dimensão, pelo que será fundamental ganhar massa crítica noutros sectores para além do sector dos transportes, defendendo sempre neste a manutenção de um nível de serviço altamente qualificado e a posição da empresa como líder deste segmento de mercado de alto valor.

Finalmente, para assegurar o futuro e o progresso do Grupo será indispensável definir um modelo de sustentabilidade económica e financeira que passará pela negociação, com o poder político, do saneamento financeiro, do incombortável montante de dívida histórica e de uma adequada contratualização do serviço público.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

SÍNTESE DE RESULTADOS

Evolução da conta de exploração

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela União Europeia emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2013.

RENDIMENTOS E GASTOS (Valores em M€)	PERÍODOS		VARIAÇÃO 2013/2012	
	REAL 31.12.2013	REAL 31.12.2012	VALOR	%
Vendas e serviços prestados	276.792	285.856	-9.063	-3%
Subsídios à exploração	34.534	35.447	-913	-3%
Variação nos inventários da produção	-15	-1.713	1.698	99%
Trabalhos para a própria entidade	10.845	20.094	-9.249	-46%
Outros rendimentos e ganhos	23.315	24.736	-1.421	-6%
SUB-TOTAL	345.471	364.420	-18.949	-5%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-24.950	-27.881	2.931	11%
Fornecimentos e serviços externos	-162.087	-155.052	-7.035	-5%
Gastos com pessoal (s/ indemnizações)	-140.199	-124.006	-16.192	-13%
Outros gastos e perdas	-7.543	-17.958	10.416	58%
SUB-TOTAL	-334.778	-324.897	-9.881	-3%
Resultado operacional da atividade de transportes* EBITDA	10.693	39.522	-28.830	-73%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-74.986	-80.619	5.633	7%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-2.524	-15	-2.510	-17219%
Indemnizações por rescisão	-7.342	-5.005	-2.338	-47%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	627	-	627	s/s
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	236	-295	531	s/s
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	789	38.469	-37.681	-98%
Provisões (aumentos/reduções)	4.522	-12.142	16.664	137%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-7.363	-6.392	-971	-15%
Resultado operacional	-75.349	-26.475	-48.874	-185%
Aumento/Reduções de justo valor	66.022	-3.768	69.790	1852%
Juros e rendimentos similares obtidos	238	8.166	-7.928	-97%
Juros e gastos similares suportados	-216.104	-201.040	-15.063	-7%
Resultado financeiro	-149.844	-196.642	46.798	24%
Resultado antes de impostos	-225.193	-223.118	-2.075	-1%
Imposto sobre o rendimento do período	-422	-429	7	
Resultado líquido do período	-225.615	-223.547	-2.068	-1%
Resultado operacional da atividade de transporte de passageiros (EBITDA)	10.693	39.522	-28.830	-73%
Indemnizações por rescisão	-7.342	-5.005	-2.338	-47%
Aplicação MEP, justo valor, imparidade e provisões	-1.189	19.640	-20.829	-106%
Depreciações	-77.511	-80.633	3.123	4%
RESULTADO OPERACIONAL	-75.349	-26.475	-48.874	-185%
RESULTADO FINANCEIRO	-149.844	-196.642	46.798	24%
RESULTADO LIQUIDO	-225.615	-223.547	-2.068	-1%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos.

O Grupo encerrou o ano de 2013 com um resultado líquido de -225,6 milhões de euros, 2,1 milhões de euros pior (-1%) que o registado em 2012. Esta variação foi motivada fundamentalmente pelo agravamento do resultado operacional em 48,9 milhões de euros, não totalmente compensado pela melhoria verificada no resultado financeiro de 46,8 milhões de euros, motivada pela variação favorável registada no valor da carteira de derivados.

De relevar, apesar da melhoria registada nos resultados financeiros, o agravamento dos juros e gastos similares, tanto por via do acréscimo da dívida como pelo incremento dos *spreads* das taxas de juro em todos os empréstimos que se venceram e para os quais houve necessidade de contratar novos empréstimos de substituição. Por outro lado, a antecipação do cancelamento de alguns contratos de derivados levou igualmente a uma antecipação dos encargos financeiros associados a esses instrumentos, compensada no entanto, em termos de resultados, pela variação favorável da carteira de derivados.

O justo valor da carteira de derivados registou uma variação favorável de 69,8 milhões de euros face a 2012, contribuindo decisivamente para a melhoria do resultado financeiro e compensando a evolução desfavorável do resultado operacional.

O EBITDA manteve-se positivo em 10,7 milhões de euros. Face a 2012, este indicador apresentou uma redução de 28,8 milhões de euros, que decorre da reposição dos subsídios de férias e Natal aos trabalhadores da empresa², do aumento dos gastos com fornecimentos e serviços externos, da quebra nas prestações de serviços e nos trabalhos para a própria empresa.

De salientar que o crescimento verificado nos gastos com pessoal em resultado da reposição dos subsídios de férias e de Natal foi parcialmente compensado pela redução do efetivo a cargo.

No que respeita aos fornecimentos e serviços externos, apesar do esforço generalizado de contenção de gastos na maioria das rubricas, verificou-se um acréscimo dos gastos, com origem fundamentalmente nas rubricas de eletricidade para tração (+2,1 milhões de euros) e taxa de utilização da infraestrutura (+3,8 milhões de euros), na sequência da reposição dos níveis de atividade programados e de significativos aumentos de preços.

Os rendimentos, derivado da difícil conjuntura macroeconómica, apresentaram de uma forma geral uma evolução desfavorável face a 2012. As prestações de serviço registaram um decréscimo de 9,1 milhões de euros, decorrente da diminuição dos rendimentos de tráfego, cuja recuperação nos últimos meses do ano, não foi suficiente para compensar a quebra registada nomeadamente durante o primeiro trimestre. Os restantes rendimentos não *core*, refletem essencialmente a diminuição do valor de venda de sucata (-1,2 milhões de euros).

Estas variações foram compensadas pela diminuição dos outros gastos e perdas em 10,4 milhões de euros. Em 2012, registou-se a correção do valor da dívida do Ministério da Defesa Nacional à CP em 7,2 milhões de euros, com vista à obtenção de acordo para a sua liquidação, e, foram ainda reconhecidos cerca de 3 milhões de euros de dívidas incobráveis.

A regularização da dívida do Ministério da Defesa Nacional em 2012 motivou, por sua vez, uma reversão de imparidade de 38,8 milhões de euros naquele ano, que justifica genericamente o aumento das imparidades de dívidas a receber em 37,7 milhões de euros em 2013.

As depreciações diminuíram 5,6 milhões de euros, face a 2012, com origem essencialmente no equipamento básico (material circulante), devido à reclassificação de ativos para ativos não correntes detidos para venda, cessando o reconhecimento de depreciações e passando a haver o reconhecimento de imparidades pelo diferencial entre o valor contabilístico líquido e o valor esperado de venda, bem como à diminuição do investimento realizado e ao término do período de depreciação dos bens.

2. De referir que, em 2013, se reconheceu o gasto da totalidade do subsídio de natal, reposto desde janeiro, e do subsídio de férias de 2012 (direito obtido em 2012, mas apenas pago em 2013, com a publicação da Lei n.º 39/2013), bem como se procedeu à especialização do subsídio de férias de 2013 (que apenas será pago em 2014), pelo que esta rubrica da demonstração de resultados não é diretamente comparável nos dois exercícios.

As imparidades de investimentos depreciables aumentaram em 2,5 milhões de euros devido aos danos causados no material circulante em resultado de acidentes ocorridos em 2013, nomeadamente o de Alfarelos.

As provisões constituídas reduziram-se em 16,7 milhões de euros face a 2012, devido à reversão de provisão constituída para processo que teve desfecho favorável no Tribunal Tributário e à menor necessidade de constituição de provisões para os processos judiciais em curso face ao registado em 2012.

Evolução das principais rubricas do Balanço

RUBRICAS (Valores em M€)	PERÍODOS		VARIAÇÃO 2013/2012	
	31.12.2013	31.12.2012	VALOR	%
ATIVO				
Ativo Não Corrente	901.632	970.727	-69.095	-7%
Ativo Corrente	168.412	172.862	-4.450	-3%
TOTAL DO ATIVO	1.070.044	1.143.589	-73.545	-6%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio	-3.406.715	-3.178.913	-227.802	-7%
Resultado líquido do período	-225.615	-223.547	-2.068	-1%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	-3.406.715	-3.178.913	-227.802	-7%
PASSIVO				
Passivo Não Corrente	1.926.437	2.267.500	-341.063	-15%
Passivo Corrente	2.550.323	2.055.002	495.321	24%
TOTAL DO PASSIVO	4.476.760	4.322.502	154.258	4%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO+PASSIVO	1.070.044	1.143.589	-73.545	-6%

• ATIVO

No período em análise, o Ativo do Grupo CP diminuiu 73,6 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos ativos fixos tangíveis em 69,4 milhões de euros em resultado das depreciações destes ativos apenas terem sido parcialmente compensadas pelo investimento realizado. Os investimentos mais significativos no período respeitam a reparações periódicas do tipo R2 e R3, reparação dos *bogies* dos CPA's e controlo de acessos nas estações. De referir ainda o abate de uma automotora acidentada (acidente de Alfarelos) no valor de 1,6 milhões de euros;
- Diminuição dos inventários em 4,1 milhões de euros em resultado de um consumo de materiais superior às compras efetuadas durante o período, bem como do reconhecimento de imparidades de inventários, decorrentes da alteração do critério de reconhecimento das perdas de imparidade, que passou a estar indexado à duração de cada contrato específico de prestação de serviços e às perspetivas de consumo/rotação dos materiais;
- Diminuição das outras contas a receber em 5,2 milhões de euros, fruto essencialmente da CP ter ganho no Tribunal Tributário de Lisboa a ação que lhe permitiu recuperar IVA, no valor aproximado de 4,2 milhões de euros;
- Diminuição dos diferimentos do ativo em 3,2 milhões de euros em resultado de ajustamentos nos gastos a reconhecer perante terceiros, em função das responsabilidades reais assumidas e das prestações de serviços realizadas ainda não faturadas;
- Reconhecimento de valor de imparidade nos ativos não correntes detidos para venda, no montante de 7,5 milhões de euros, em resultado das dificuldades sentidas na alienação do material circulante classificado nesta classe de ativos, decorrentes do atual contexto económico;
- Constituição de aplicações financeiras de curto prazo no IGCP no valor de 16 milhões de euros.

• PASSIVO

O total do Passivo da CP registou um incremento de 154,3 milhões de euros, no período em análise, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição das Provisões constituídas em 7,4 milhões de euros, em resultado da reversão da provisão constituída para processo judicial relacionado com a recuperação de IVA de faturação emitida à REFER e alvo de anulação, decorrente da conclusão da ação no Tribunal Tributário de Lisboa, e da utilização total das provisões constituídas para os encargos com promoções e para o processo de liquidação da Fergráfica, S.A.;
- Aumento dos Financiamentos Obtidos no valor de 146,7 milhões de euros, verificando-se uma substituição dos financiamentos de médio e longo prazo por financiamentos de curto prazo;
- Aumento das dívidas a Fornecedores e Outros Devedores no valor de 91,4 milhões de euros, contribuindo para este aumento fundamentalmente a dívida à REFER;
- Diminuição dos diferimentos no valor de 13,3 milhões em resultado de ajustamentos nos rendimentos a reconhecer da prestação de serviços a terceiros, em função das prestações de serviços realizadas ainda não faturadas;
- Variação positiva dos *swaps* potencialmente desfavoráveis entre 31/12/12 e 31/12/13 em 66 milhões de euros.

Gestão financeira

A conjuntura nacional ao longo de 2013 continuou a caracterizar-se pela enorme dificuldade de obtenção de financiamento nos mercados de capitais, efeito das fortes restrições dos mercados financeiros internacionais.

Mantendo-se as fortes restrições à obtenção de crédito e não sendo possível gerar os meios financeiros suficientes para cumprimento das responsabilidades decorrentes do serviço da dívida histórica, de acordo com as orientações da Secretaria de Estado do Tesouro e da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a CP recorreu a financiamento junto da banca nacional.

O Grupo CP não conseguiu no entanto, obter a totalidade do financiamento para pagamento dos compromissos decorrentes do serviço da dívida, pelo que, teve que recorrer à receita da sua atividade de exploração para esse efeito.

No que respeita à dívida amortizada durante o ano, destacam-se as amortizações do Polo Securities II Limited no montante de 62,5 milhões de euros, do Polo III - CP Finance Limited no montante de 100 milhões de euros e do BEI no montante de 45 milhões de euros.

O acréscimo da dívida foi de cerca de 147 milhões de euros, tendo passado de 3,766 mil milhões de euros em 2012 para 3,912 mil milhões de euros no final de 2013.

Esse acréscimo traduziu-se numa substituição de dívida de longo prazo por dívida de curto prazo tomada na banca nacional. Ao longo de 2013 a dívida de empréstimos nacionais, quase na totalidade de curto prazo, foi ganhando relevo, representando no final do ano cerca de 49% da dívida.

Em contrapartida, e à semelhança do que tem vindo a acontecer, a dívida diretamente garantida registou uma diminuição, uma vez que todos os novos financiamentos são concedidos sem aval direto do Estado.

O ano de 2013 foi também marcado pelo cancelamento de três operações de *swap*, de acordo com orientações da Secretaria de Estado do Tesouro e apoio do IGCP, o que influenciou favoravelmente o valor de mercado da carteira.

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram factos relevantes que possam ter impacto nas contas após a data de Balanço.

Declaração de Conformidade

(nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 245º. do Código dos Valores Mobiliários)

Tanto quanto é do conhecimento: a informação prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CP- Comboios de Portugal, E.P.E., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação (Grupo CP); e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo CP e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com o que mesmo se defronta.

Lisboa, 24 de abril de 2014

O Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vice-presidente: Dra. Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal: Dra. Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente

Vogal: Dra. Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS & ANEXOS CONSOLIDADOS

Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2013

RUBRICAS (Valores em €)	NOTAS	PERÍODOS	
		31.12.2013	31.12.2012
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	873.190.482	942.595.428
Ativos intangíveis	8	87.673	212.291
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	10	388.530	-
Participações financeiras – outros métodos	11	27.965.397	27.919.278
SUB-TOTAL		901.632.082	970.726.997
Ativo Corrente			
Inventários	14	23.419.446	27.530.054
Clientes	15	24.430.989	19.429.397
Adiantamentos a fornecedores	16	157.685	198.931
Estado e outros entes públicos	17	16.564.456	10.349.113
Acionistas/sócios	12	141.291	141.291
Outras contas a receber	18	18.811.919	24.034.386
Diferimentos	19	24.089.511	27.279.471
Ativos financeiros detidos para negociação	20	54	26
Outros ativos financeiros	21	16.000.000	-
Ativos não correntes detidos para venda	22	27.366.763	34.865.245
Caixa e depósitos bancários	4	17.429.987	29.034.013
SUB-TOTAL		168.412.101	172.861.927
TOTAL DO ATIVO		1.070.044.183	1.143.588.924
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	23	1.995.317.000	1.995.317.000
Reservas legais	26	24.703	24.703
Outras reservas	27	1.306.650	1.306.650
Resultados transitados	28	(5.269.105.740)	(5.043.371.681)
Outras variações no capital próprio	29	91.357.368	91.357.368
Resultado líquido do período		(225.615.470)	(223.547.143)
Interesses minoritários			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		(3.406.715.489)	(3.178.913.103)
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	30	21.879.368	29.287.742
Financiamentos obtidos	31	1.904.557.689	2.238.171.713
Outras contas a pagar	32	-	40.563
SUB-TOTAL		1.926.437.057	2.267.500.018
Passivo Corrente			
Fornecedores	33	159.348.184	67.951.133
Adiantamentos de clientes	34	880.328	818.558
Estado e outros entes públicos	17	6.476.085	4.940.690
Acionistas/sócios	12	-	14.934
Financiamentos obtidos	31	2.007.619.583	1.527.330.911
Outras contas a pagar	32	130.048.762	128.698.293
Diferimentos	19	176.790.475	190.066.265
Passivos financeiros detidos para negociação	35	69.159.198	135.181.225
SUB-TOTAL		2.550.322.615	2.055.002.009
TOTAL DO PASSIVO		4.476.759.672	4.322.502.027
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO+PASSIVO		1.070.044.183	1.143.588.924

Notas: Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas - Dr.ª Ana Coelho;

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró;
 Vice-Presidente - Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias;
 Vogal - Dr.ª Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente;
 Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral Período findo em 31 de dezembro de 2013

RENDIMENTOS E GASTOS (Valores em €)	NOTAS	PERÍODOS	
		31.12.2013	31.12.2012
Vendas e serviços prestados	36	276.792.200	285.855.652
Subsídios à exploração	37	34.534.222	35.447.457
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	38	627.212	-
Variação nos inventários da produção	14	(15.374)	(1.713.378)
Trabalhos para a própria entidade	39	10.844.634	20.093.762
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40	(24.949.567)	(27.880.743)
Fornecimentos e serviços externos	41	(162.087.219)	(155.051.779)
Gastos com pessoal	42	(147.540.976)	(129.010.876)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	14	235.859	(294.808)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15,18	788.574	38.469.074
Provisões (aumentos/reduções)	30	4.522.432	(12.141.601)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	43	(7.363.249)	(6.392.481)
Outros rendimentos e ganhos	44	23.315.124	24.736.052
Outros gastos e perdas	45	(7.542.519)	(17.958.261)
Resultado (antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)		2.161.353	54.158.070
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	47	(74.986.111)	(80.618.797)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	48	(2.524.434)	(14.576)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(75.349.192)	(26.475.303)
Aumentos/reduções de justo valor	46	66.022.026	(3.767.729)
Juros e rendimentos similares obtidos	49	237.594	8.165.519
Juros e gastos similares suportados	50	(216.103.554)	(201.040.215)
Resultado antes de impostos		(225.193.126)	(223.117.728)
Imposto sobre o rendimento do período	13	(422.344)	(429.415)
Resultado líquido do período		(225.615.470)	(223.547.143)
Rendimento integral do período		(225.615.470)	(223.547.143)

Notas: Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas - Dr.ª Ana Coelho;

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queirós;
 Vice-Presidente - Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias;
 Vogal - Dr.ª Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente;
 Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2013

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe (€)										Total do capital próprio		
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período	
Posição no início do período de 2013	(1)	23 a 29	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(5.043.371.681)	-	-	91.357.368	(223.547.143)	(3.178.913.103)
Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção do novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	28 a 29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Integral	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(225.615.470)	(225.615.470)
Operações com detentores de capital no período	4=(2+3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	(225.734.059)	-	-	-	223.547.143	(2.186.916)
	(5)	-	-	-	-	-	-	-	(225.734.059)	-	-	-	223.547.143	(2.186.916)
Posição no fim do período de 2013	6=(1+2+3+5)	-	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(5.269.105.740)	-	-	91.357.368	(225.615.470)	(3.406.715.489)

Notas: Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas - Dr.ª Ana Coelho;

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queirós;
Vice-Presidente - Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias;
Vogal - Dr.ª Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente;
Vogal - Dr.ª Maria João Sernado Carmelo Rosa Calado Lopes

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2012

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe (€)											Total do capital próprio	
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
Posição no início do período de 2012	(1)	23 a 29	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(4.755.657.684)	-	-	91.357.368	(289.470.086)	(2.957.122.049)
Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção do novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	28 a 29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Integral	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(223.547.143)	(223.547.143)	(223.547.143)
Operações com detentores de capital no período	4=(2+3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	(287.713.997)	-	-	-	289.470.086	1.756.089
	(5)	-	-	-	-	-	-	-	(287.713.997)	-	-	-	289.470.086	1.756.089
Posição no fim do período de 2012	6=(1+2+3+5)	-	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(5.043.371.681)	-	-	91.357.368	(223.547.143)	(3.178.913.103)

Notas: Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas - Dr.ª Ana Coelho;

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queirós;
Vice-Presidente - Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias;
Vogal - Dr.ª Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente;
Vogal - Dr.ª Maria João Sernado Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração de fluxos de caixa consolidada em 31 de dezembro de 2013

RUBRICAS (Valores em €)	31.12.2013	31.12.2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	343.271.710	393.044.364
Pagamentos a fornecedores	-137.155.389	-203.423.653
Pagamentos ao pessoal	-137.180.676	-124.707.387
Caixa gerada pelas operações	68.935.645	64.913.325
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-995.387	-547.369
Outros recebimentos/pagamentos	9.564.777	-3.693.239
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	77.505.035	60.672.716
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-2.641.121	-4.084.544
Ativos intangíveis	-5.806	-5.482
Investimentos financeiros	14.303	-85.406
Outros ativos	-207.500.000	-407.988
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	187.719	23.693
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-22.119	173.595
Outros ativos	191.500.000	261.183
Subsídios ao investimento	1.748.003	2.028.788
Juros e rendimentos similares	27.101	91.568
Dividendos	24.644	71
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-16.667.276	-2.004.521
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	407.710.379	1.076.439.292
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	38.675	12.613.353
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-250.925.442	-888.521.123
Juros e gastos similares	-214.499.003	-203.379.707
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-1.707
Outras operações de financiamento	-	-1.225.568
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-57.675.391	-4.075.459
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	3.162.368	54.592.736
Efeito das diferenças de câmbio	-9.813	-5.480
Caixa e seus equivalentes no início do período	13.867.512	-40.719.744
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.020.067	13.867.512

Notas: Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas - Dr.ª Ana Coelho;

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró;
 Vice-Presidente - Dr.ª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias;
 Vogal - Dr.ª Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente;
 Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E NOTAS DE OPERACIONALIDADE (NOTA 1)

Identificação

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho.

O objeto principal da atividade da CP é a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., cujo capital social é detido integralmente pela CP.

Através das suas subsidiárias e associadas, o Grupo CP desenvolve as seguintes atividades:

- Transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas (CP Carga, S.A.);
- Fabrico e reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros, bem como o estudo de instalações oficinais para manutenção (EMEF, S.A.);
- Mediação de seguros (Saros, Lda.);
- Sinergia e optimização das atividades no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” (SIMEF, A.C.E.);
- Formação e desenvolvimento técnico/profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e da avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas (Fernave, S.A.);
- Prestação de cuidados de saúde; ensino, formação e desenvolvimento técnico/profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente; prestação de serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas; assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental; execução de ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências (Ecosáúde, S.A.);
- Implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades agrupadas (TIP, A.C.E.);
- Garantir o desenvolvimento do projeto de telebilhética em associação com outros parceiros internacionais de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projeto (OTLIS, A.C.E.).

Durante o ano de 2013, a composição do Grupo CP alterou-se ligeiramente:

- A EMEF Internacional S.A. e a FERGRÁFICA S.A. foram liquidadas definitivamente;
- A NOMAD Tech, Lda, foi constituída³, com uma participação de 35% da EMEF S.A. e 65% da NOMAD Digital.

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pelo Governo, à tutela sectorial e financeira, dos Ministérios da Economia e das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos Estatutos uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa mãe de um grupo de empresas subsidiárias e associadas, atuando em diferentes segmentos de atividade, cuja caracterização se apresenta, de forma mais detalhada, na nota 3 e estas são as suas demonstrações financeiras consolidadas.

Separação de sectores – Infraestrutura

O desenvolvimento da atividade de transporte ferroviário está intrinsecamente condicionado pelas condições de acesso à infraestrutura. A relação entre o operador ferroviário, CP, e o gestor da infraestrutura, REFER, encontra-se vertida no Decreto-Lei n.º 104/97 de 29 de abril.

O artigo 6.º do citado diploma, prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas ações e decisões que devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infraestruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do artigo 7.º serão devidas à REFER taxas de utilização pela utilização da infraestrutura ferroviária por parte de empresas e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infraestrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infraestrutura é utilizada.

Para além da utilização dos serviços essenciais da infraestrutura ferroviária, o Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de outubro, prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende, tudo aquilo que é necessário ao efetivo exercício do direito de acesso à infraestrutura, ou sejam os serviços adicionais e os serviços auxiliares.

De acordo com o Diretório da Rede 2013, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia elétrica para tração, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, e estacionamento de material circulante. Ainda que a REFER não tenha obrigação de prestar estes serviços se existirem alternativas viáveis e comparáveis no mercado, é política da REFER prestá-los de forma não discriminatória, sempre que sejam solicitados e desde que haja capacidade disponível para o efeito.

3. A NOMAD Tech foi constituída com o objetivo de desenvolver e fornecer produtos e soluções na área da telemanutenção, manutenção baseada na condição (MBC), eficiência energética e conversores de tração, para o mercado ferroviário a nível mundial.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, o fornecimento de informações suplementares, em particular as de natureza comercial e a inspeção técnica do material circulante, realização de estudos de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta e fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos operadores. De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 270/2003, o gestor da infraestrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

Separação de sectores – Transportes

No seguimento das Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, apresentadas pelo XVII Governo Constitucional, em outubro de 2006, e dando cumprimento ao compromisso de liberalização do sector assumido por Portugal junto da União Europeia, foi publicado no Diário da República (I Série, n.º 112 de 12 de junho de 2009), o Decreto-Lei n.º 137-A/2009 que aprovou o regime jurídico aplicável à CP – Comboios de Portugal, E.P.E., bem como os respectivos Estatutos, e autorizou a autonomização da atividade do transporte de mercadorias, revogando o Decreto-Lei n.º 109/77 de 25 de março, que aprovou os Estatutos da Caminhos de Ferro Portugueses, E.P..

A autonomização da atividade do transporte de mercadorias foi prevista no Decreto-Lei n.º 137-A/2009 (artigos 9º e 10º) através da constituição de uma sociedade anónima cujo capital social inicial é integralmente detido pela CP, E.P.E., e cujo objeto é a atividade de transporte ferroviário de mercadorias, adotando a denominação de CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A..

A autonomização daquela área de atividade operou-se por cisão em 2009, nos termos do disposto no artigo 33º do Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, entretanto revogados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Respeitando as orientações constantes do Despacho n.º 9541/2008, de 14 de março, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 65, de 2 de abril de 2008, foi constituída em 31 de julho de 2009 a empresa CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A..

Regime de concessão

Em 1 de janeiro de 1951 a CP iniciou a exploração do transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 38426 de 9 de maio de 1951.

Este contrato foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-Lei n.º 104/73, de 13 de março, entretanto revogado com a nacionalização da empresa através do Decreto-Lei n.º 205-B/75, de 16 de abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 80/73, de 2 de março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos-de-ferro.

Neste último diploma reconheceu-se, entre outros aspetos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente, as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorria igualmente dos Regulamentos Comunitários n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

O Regulamento Comunitário n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro, e o Decreto-Lei n.º 167/2008, posteriormente publicados, veem, estabelecer o regime jurídico aplicável à definição e compensação de obrigações de serviço público de transporte de passageiros, possibilitando a adoção transitória e gradual de medidas para a implementação de contratos de serviço público.

Contrato de serviço público

A celebração de contratos de serviço público, nos quais se definem as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, é o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a entidade pública empresarial, bem como as respetivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de agosto e entretanto revogados e substituídos pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. No artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 é referido, para além de outras responsabilidades, competir exclusivamente aos ministérios sectoriais, a definição do nível de serviço público a prestar pelas empresas e a promoção das diligências necessárias para a respetiva contratualização.

O Decreto-Lei n.º 137-A/2009 veio consagrar o enquadramento que permite a contratualização dos serviços de transporte público ferroviário prestados pela CP, estabelecendo que o respetivo instrumento contratual deve incluir disposições específicas sobre os serviços relativamente aos quais se justifica a existência de obrigações de serviço público.

Em 24 de março de 2011 a CP celebrou com o Estado o contrato que convencionaram denominar de Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público, tendo por objeto a definição das condições de prestação do serviço público, com prazo de vigência entre o dia 24 de março de 2011 e o dia 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes para o período de 2011 a 2015, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, o referido contrato revelou-se inadequado, sendo a revisão necessária de tal forma profunda, que se afigurou preferível celebrar novo contrato.

Nesse contexto a CP e o Estado acordaram em revogar o contrato que haviam assinado, estando em curso o processo para a celebração do novo contrato.

Com a celebração dos novos contratos o Estado pretende dar cumprimento cabal ao compromisso assumido nos Memorandos de Entendimento firmados pelo Governo Português com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, no sentido de rever o nível de serviço público prestado pelas empresas públicas.

Até à celebração dos novos contratos de serviço público são devidas à CP indenizações compensatórias, que se destinam a cobrir custos em que a CP efetivamente incorreu por conta do serviço público prestado, e o seu não pagamento causaria uma incapacidade de cobrir esses custos, gerando uma ruptura de tesouraria na empresa.

As indenizações compensatórias atribuídas à CP, referentes ao ano 2013, constam da Resolução do Conselho de Ministros n.º 23 de 4 de abril de 2013, publicada em Diário da República, 1ª série, n.º 70 de 10 de abril de 2013.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (NOTA 2)

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela União Europeia (EU) emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2013.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respetivas interpretações (IFRIC e SIC), emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por IFRS.

Estas demonstrações financeiras, expressas em euros, foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de abril de 2014, que deliberou submete-las à aprovação da Tutela.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2013 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2012.

Derrogações às IFRS

Não foram feitas derrogações às disposições das IFRS.

Valores comparativos

De acordo com o previsto na IFRS 11 o Grupo CP alterou, com referência a 1 de janeiro de 2013, o método de reconhecimento dos seus investimentos em empreendimentos conjuntos da consolidação proporcional para o método de equivalência patrimonial.

Não foi realizada a reexpressão dos valores relativos a 2012 atendendo a que o impacto da alteração do método não é material nas contas do Grupo, quer nas diferentes rubricas das demonstrações financeiras quando consideradas individualmente, quer no seu conjunto.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS (NOTA 3)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos de Juízos de valor, Principais pressupostos relativos ao futuro, e Principais fontes de incerteza das estimativas, constantes desta nota.

Consolidação

• INTRODUÇÃO

Nos termos do artigo 4º do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado devem elaborar as suas contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro.

É neste contexto que a CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas que expressam a posição financeira e os resultados das operações do Grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do Grupo realizaram com terceiros.

O Grupo e a Empresa

• CONSIDERAÇÕES GERAIS

Ao longo do ano 2013, a CP manteve como objetivo o desenvolvimento de uma estratégia de Grupo sustentável, estruturando as participações sociais existentes e desenvolvendo uma cultura de eficiência e valor acrescentado focada no respetivo *core business*.

A CP tem autonomizado em empresas segmentos de atividade, como a manutenção de equipamentos ferroviários, a formação técnica e mais recentemente o *split* do transporte ferroviário de mercadorias, procurando criar sinergias positivas à sua atividade.

Em todas estas empresas subsidiárias, a CP detém a maioria do capital. Detém também algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros operadores.

• A CP

A CP – Comboios de Portugal E.P.E. é, desde de julho de 2009 (Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho) uma entidade pública empresarial, detida a 100% pelo Estado Português. É responsável pela prestação de serviços de transporte ferroviário nacional e internacional de passageiros.

Opera em todo o território nacional oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial.

Serve quatro segmentos de procura importantes, com distintas motivações de viagem:

- Serviço suburbano – liga as periferias ao centro das maiores cidades portuguesas, sendo vocacionado para o transporte diário de grandes massas de passageiros, cuja principal motivação de viagem se centra em “casa/trabalho” ou “casa/escola”;
- Serviço regional – serviço de média curta distância para deslocações de caráter sistemático de âmbito regional ou local, distribui os clientes tanto pela motivação casa /trabalho ou escola, como para tratar de assuntos/negócios;
- Longo curso – serviço para média/longa distância, liga entre si as principais cidades portuguesas, tendo os clientes maioritariamente uma motivação de viagem para negócios ou lazer. É o segmento que usufrui de menor tempo de trajeto e maior conforto;
- Internacional – devido à posição periférica do país, apenas liga diretamente a Espanha ou à fronteira de Espanha com França. É um segmento em transformação com vista a torná-lo mais competitivo face a outros meios de transporte.

- EMPRESAS PARTICIPADAS

As participações financeiras da CP em 31 de dezembro de 2013 caracterizam-se como segue:

Subsidiárias

CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

Participação CP – 100%

Capital social – 5.000.000 euros

Tem por objeto social o transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas. A sociedade foi constituída por cisão simples, nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, em 31 de julho de 2009, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, em cumprimento das Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário apresentadas pelo XVII Governo Constitucional, em outubro de 2006, e dando cumprimento ao compromisso de liberalização para o sector assumido por Portugal junto da União Europeia.

EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

Participação CP – 100%

Capital social – 8.100.000 euros

A EMEF, S.A. foi constituída em 1992 e tem por objeto o fabrico bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudo de instalações oficiais para manutenção. Esta empresa reveste-se, assim, da maior importância para o mercado nacional.

SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

Participação CP – 100%

Capital social – 5.000 euros

A sociedade tem por objeto a atividade de mediação de seguros.

FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

Participação CP – 100%

Capital social – 50.000 euros

Constituída em 1992, tem por objeto:

- A formação e desenvolvimento técnico/profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas dos sectores de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica;
- A elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas de transportes, comunicações, portuárias e das que se situem na envolvente tecnológica destas;
- A prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e da avaliação médica e psicológica às empresas de transportes, comunicações, portuárias e às que se situem na envolvente tecnológica destas;
- O ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas, diretamente ou por instituições participadas ou associadas.

Subsidiárias (continuação)**ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.**

Participação CP – 100%

Capital social – 50.000 euros

Sociedade constituída em 1995 que tem como objeto social a prestação de cuidados de saúde, a criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho; o ensino, a formação e o desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente; a prestação de serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoal; a assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental; elaboração de estudos e diagnósticos, tendo alargado a sua atividade a estratégias de prevenção e controlo nos âmbitos da toxicodependência, alcoolismo e tabagismo, execução de ações de controlo de droga e álcool, e ainda o encaminhamento e tratamento de adictos de álcool e droga.

Entidades conjuntamente controladas**SIMEF, A.C.E.**

Participação EMEF – 51%

Capital social – não tem

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2009, tem por objeto social a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

TIP, A.C.E – Transportes Intermodais do Porto

Participação CP – 33,33%

Capital social – 30.000 euros

É um agrupamento complementar de empresas constituído em 2002 que tem por objeto a implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorado direta ou indiretamente pelas entidades agrupadas.

OTLIS, A.C.E. – Operadores de Transportes da Região de Lisboa

Participação CP – 14,29%

Capital social – 392.832,02 euros

É um agrupamento complementar de empresas constituído em 1996, com o objetivo de garantir o desenvolvimento do projeto de telebilhética em associação com outros parceiros internacionais de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projeto.

Associadas

TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana)

Participação via Fernave – 22%

Capital social – 28.600.000 meticaís

A sociedade foi constituída em 1998 e tem por objeto o ensino superior universitário e a investigação científica, particularmente no âmbito tecnológico, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática; a educação e formação técnica de futuros e atuais quadros médios particularmente nos âmbitos tecnológicos, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática; a formação e o desenvolvimento técnico/profissional de pessoal inserido, especialmente, em organizações de transportes, comunicações e informática; a consultoria e auditoria em empresas e outras organizações, especialmente ligadas aos transportes, comunicações e informática.

NOMAD TECH, Lda

Participação via EMEF – 35%

Capital social – 160.000 euros

A sociedade foi constituída em 2013 desenvolvendo a sua atividade no âmbito da engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao sector dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

Outras participações

A CP detém ainda um conjunto de pequenas participações em empresas com atividades relacionadas com as desenvolvidas pelas empresas do Grupo.

Estas participações encontram-se reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

Metro do Porto, S.A.

Participação CP – 3,33%

Capital social – 7.500.000 euros

Constituída em 1993, tem por objeto a exploração, em regime de concessão atribuída pelo Estado, de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto.

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.

Participação CP – 10%

Capital social – 125.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem por objeto a exploração em regime de exclusivo, do transporte de metropolitano de superfície no Município de Mirandela, no troço Carvalhais-Cachão.

Metro Mondego, S.A.

Participação CP – 2,5%

Capital social – 1.075.000 euros

Esta sociedade, constituída em 2002, tem por objeto principal a exploração, em regime de exclusivo, de uma rede de metropolitano ligeiro de superfície da área dos Municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

Outras participações (continuação)**APOR – Agência para a Modernização do Porto, S.A..**

Participação CP – 0,47%

Capital social – 1.064.825 euros

Foi constituída em 1997 e tem por objeto a modernização de base económica do Porto incluindo a qualificação urbana através do desenvolvimento de ações destinadas a contribuir para a introdução de fatores de correção do tecido social, económico e cultural da cidade.

ICF – Intercontainer – Interfrigo, S.A. (Belga)

Participação CP – 2,09%

Capital social – 18.300.000 euros

A sociedade tem por objeto a organização e o desenvolvimento de transportes combinados e de transportes frigoríficos a temperatura adequada, compreendendo todas as operações destinadas à obtenção e manutenção da temperatura conveniente às várias mercadorias, bem como à disponibilidade de serviços auxiliares relativos a estes transportes.

EUROFIMA – Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire (Suiça)

Participação CP – 2%

Capital social – 2.600.000.000 CHF

Tem como objeto social o financiamento necessário aos investimentos na renovação e modernização do material circulante, com vista a garantir uma integração progressiva dos caminhos-de-ferro no plano europeu, desempenhando um papel muito competitivo na concessão de fundos aos acionistas.

BCC – Bureau Central de Clearing (Belga)

Participação CP – 1,54%

Capital social – 110.250 euros

A sociedade tem objeto prestar serviços aos associados na área financeira bem como todas as operações comerciais necessárias a esse fim e em particular de reduzir o número e o montante dos pagamentos entre as suas associadas através da centralização e compensação dos seus débitos e créditos recíprocos.

- **MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO**

A obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas ocorre para a empresa mãe que detenha o controlo sobre uma ou mais subsidiárias. De acordo com o previsto nas IFRS, foram incluídas na consolidação e utilizado o método de consolidação integral em todas as empresas do Grupo sobre as quais a empresa exerce controlo.

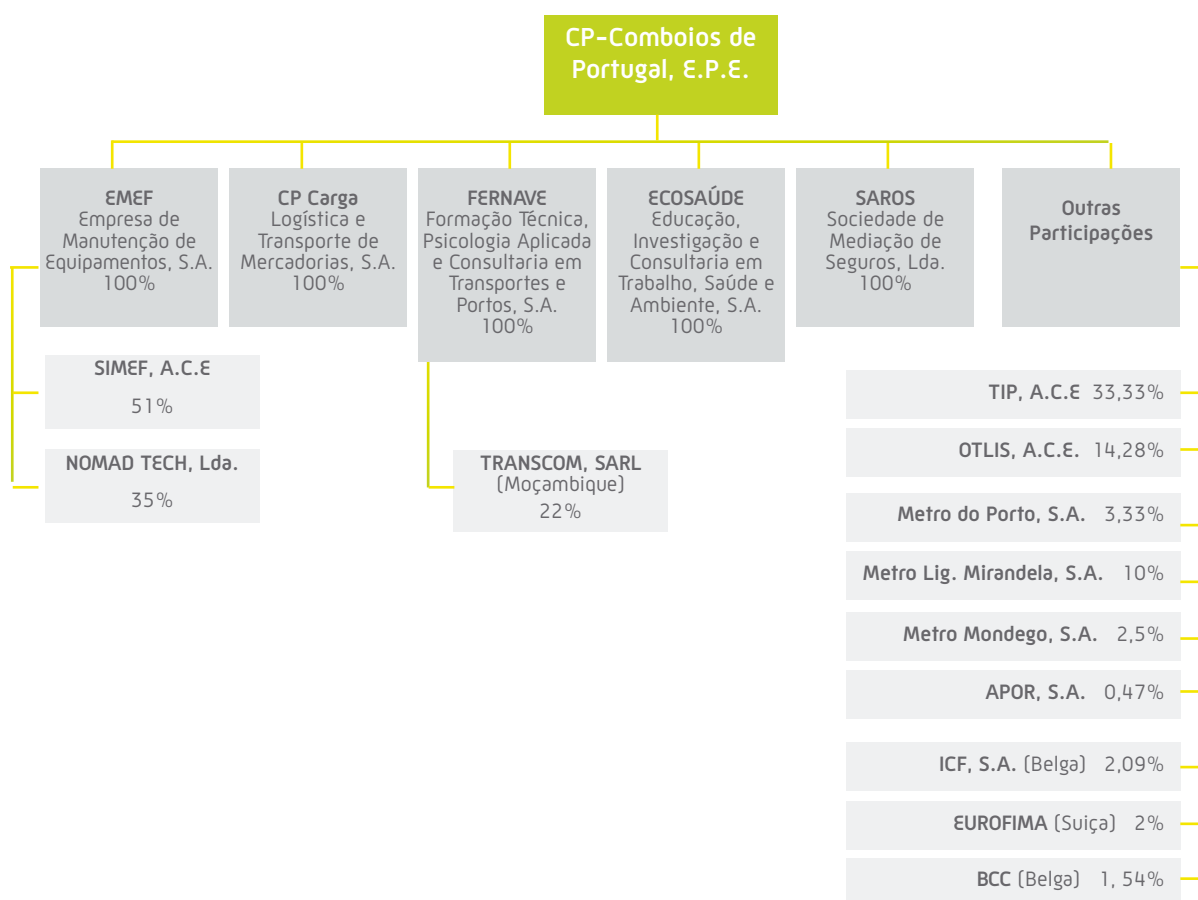
Assim, tendo por base o definido na IFRS 10, as demonstrações financeiras foram elaboradas agrupando, numa base de linha a linha, elementos idênticos de ativos, de passivos, de capitais próprios, de rendimentos e de gastos.

Os procedimentos de consolidação envolveram ainda a eliminação do investimento da empresa mãe em cada subsidiária por contrapartida do capital próprio e a eliminação dos saldos, transações, rendimentos e ganhos e gastos e perdas intragrupo.

No que respeita aos empreendimentos conjuntos, passou a ser aplicado o método de equivalência patrimonial, em substituição da consolidação proporcional, a partir de janeiro de 2013, de acordo com o previsto na IFRS 11. Conforme foi referido anteriormente, não foi efetuada a reexpressão dos valores relativos a 2012, de acordo com possibilidade oferecida pela norma, por a alteração desta política contabilística não ter impacto material nas contas consolidadas do Grupo CP.

Seguindo o previsto na norma no que respeita à aplicação do método de equivalência patrimonial, o investimento foi inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data da constituição/aquisição do empreendimento conjunto. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento, podendo igualmente ser efetuados ajustamentos na quantia escriturada para alterações no interesse proporcional do investidor no empreendimento conjunto resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados do empreendimento conjunto.

• PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO



• EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO PELO MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO INTEGRAL

As empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes e proporção do capital detido, direta e indiretamente pelo Grupo, em 31 de dezembro de 2013, são as seguintes:

EMPRESA	Sede social	Detentores de capital	% do capital detido em 2013
CP CARGA, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%
EMEF, S.A.	Entroncamento	CP, E.P.E.	100,00%
SAROS, LDA.	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%
FERNAVE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%
ECOSAÚDE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%

• EMPRESAS ASSOCIADAS CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As empresas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, suas sedes e proporção do capital detido, em 31 de dezembro de 2013, são as seguintes:

EMPRESA	Sede social	Detentores de capital	% do capital detido em 2013
TIP, A.C.E.	Porto	CP, E.P.E.	33,33%
SIMEF, A.C.E.	Entroncamento	EMEF, S.A.	51,00%
OTLIS, A.C.E.	Lisboa	CP, E.P.E.	14,29%
NOMAD TECH, LDA	Porto	EMEF, S.A.	35,00%

• OUTRAS PARTICIPAÇÕES

Os investimentos financeiros em que não seja possível identificar com fiabilidade os seus justos valores são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

• ELIMINAÇÕES NÃO EFETUADAS POR SEREM MATERIALMENTE IRRELEVANTES

No âmbito do processo de consolidação, foi assumida a inexistência de margens na generalidade das transações entre empresas do Grupo, tendo em consideração os resultados anuais das empresas.

Políticas contábilísticas relevantes – Ativos fixos tangíveis

• RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO

Os ativos fixos tangíveis relacionados com o segmento de transporte de passageiros são detidos pela empresa mãe e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as IFRS a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contábilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99 de 24 de março) e que se encontram alocados à exploração operacional da empresa. Estes ativos são registados nas demonstrações financeiras de forma a permitir uma apreciação da performance económica da empresa.

Os ativos fixos tangíveis afetos exclusivamente ao transporte de mercadorias são detidos pela subsidiária CP Carga, S.A. e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Esta política foi também adotada no reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis utilizados pelas restantes subsidiárias no desenvolvimento da respetiva atividade, nomeadamente no fabrico e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, na formação técnica e psicologia aplicada e na prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

O custo de todos os ativos fixos tangíveis inclui o preço de compra, os direitos de importação, os impostos não reembolsáveis e os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem e exclui os descontos comerciais e abatimentos.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como gastos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Despesas de manutenção e reparação

• MATERIAL CIRCULANTE AFETO AO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

• MATERIAL CIRCULANTE AFETO AO TRANSPORTE DE MERCADORIAS:

- As despesas de reparação e manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais; e
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais do material circulante, mas que não aumentam a sua vida útil, caracterizam-se como REV, são diferidos no período em que ocorrem e reconhecidos como gastos com serviços e fornecimentos externos numa base plurianual. Estas intervenções programadas são em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objetivos monitorar e/ou restituir a vida dos órgãos e equipamentos de segurança, garantindo a fiabilidade de funcionamento exigida, efetuadas em intervalos de 6 e 8 anos.

• EDIFÍCIO E INSTALAÇÕES FIXAS:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída; e
- Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
Material circulante:	
Locomotivas a diesel e elétricas:	
- Componente principal	17 a 35
- Componente secundária	5 a 15
Automotoras a diesel e elétricas:	
- Componente principal	14 a 30
- Componente secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente principal	15 a 30
- Componente secundária	2 a 12
Vagões	3 a 35
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do Despacho Conjunto nº 261/99 de 24 de março) encontram-se a ser depreciados desde 1999 à taxa de 2%, conforme o Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro, em virtude de ainda não ter sido definido o período para o contrato de concessão do Estabelecimento CP.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente como rendimento diferido, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que serão cumpridas as condições associadas à sua atribuição. Posteriormente são reconhecidos na demonstração dos resultados, numa base sistemática, de acordo com a vida útil do ativo.

Os subsídios que compensam gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade de material circulante afeto ao transporte de passageiros

Atendendo à natureza do material circulante afeto ao transporte de passageiros e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, torna-se inviável o apuramento de um valor de mercado apropriado para estes ativos, pela ausência de um mercado ativo onde os mesmos sejam transacionados. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de compra para material específico.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. Considera-se que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, entende-se que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido na IFRS36, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Reconhecimento de imparidade nos restantes ativos do Grupo

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com o definido na IFRS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido contabilístico de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Locações

As empresas do Grupo classificam as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

• LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Os pagamentos de uma locação operacional são reconhecidos como um gasto numa base linear durante o prazo de locação.

• LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo menor entre o justo valor da propriedade locada ou o valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Os ativos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida para os ativos fixos tangíveis.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis das empresas do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As empresas do Grupo procedem a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("*trade date*") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidade externa (IMF – Informação de Mercados Financeiros, S.A.) tendo por base técnicas de valorização utilizadas no mercado.

• CONTABILIDADE DE COBERTURA

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39. No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, são classificados como instrumentos financeiros detidos para negociação, sendo as respetivas variações no justo valor registadas em resultados no período em que ocorrem.

Embora, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo visem a cobertura do risco de taxa de juro, estes instrumentos não cumprem os requisitos da IAS 39, para serem classificados como instrumentos financeiros de cobertura, pelo que foram classificados como instrumentos financeiros detidos para negociação.

A 31 de dezembro de 2013 o Grupo CP não classifica nenhum dos seus instrumentos financeiros derivados como de cobertura.

Outros ativos/passivos financeiros

As empresas do Grupo CP apenas reconhecem um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo CP classifica os seus investimentos, na data da sua negociação ("*trade date*"), de acordo com o objetivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; ativos detidos até à maturidade; e ativos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IAS 39 – Instrumentos financeiros.

- ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.

- ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

- EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações ativo. São originados pelo decurso normal das atividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efetiva.

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores de que a empresa do Grupo CP não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

- ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que o Grupo CP tem intenção de manter por tempo indeterminado, são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respetivas variações de justo valor, reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica reservas de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Caso não exista um valor de mercado, os ativos são mantidos ao custo de aquisição, sendo contudo efetuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como ativos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

As partes de capital detidas que não sejam participações em subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda.

• MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DOS ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos/passivos financeiros são mensurados ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados, de acordo com o preconizado na IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura os ativos financeiros, incluindo os derivativos que sejam ativos, pelos seus justos valores sem qualquer dedução para os custos de transação em que possa incorrer na venda ou outra alienação, exceto quanto aos seguintes ativos financeiros:

- a. Empréstimos concedidos e contas a receber, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo;
- b. Investimentos detidos até à maturidade, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo; e
- c. Investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados resultem na entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados pelo custo menos perdas de imparidade.

Os ativos financeiros que sejam designados como itens cobertos estão sujeitos a mensuração segundo os requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Todos os ativos financeiros, exceto aqueles mensurados pelo justo valor por via dos resultados, estão sujeitos a revisão quanto à imparidade, de acordo com a IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto passivos financeiros pelo justo valor por via dos resultados. Tais passivos, incluindo derivativos que sejam elementos do passivo, são mensurados pelo justo valor, exceto no caso de um passivo derivado que esteja ligado a e deva ser liquidado pela entrega de um instrumento de capital próprio não cotado, cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, o qual deverá mensurado pelo custo.

Os passivos financeiros designados como itens cobertos estão sujeitos aos requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7, e utilizado pelo Grupo CP.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor, o Grupo CP inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivativos. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivativos mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

- IMPARIDADE

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de ativos, sempre que o valor contábilístico de um ativo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Inventários

Nas componentes de transporte ferroviário, os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registados ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para inventários obsoletos, de lenta rotação e defeituosos, sendo apresentado como dedução ao ativo.

Na manutenção de material ferroviário, os inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das matérias-primas e subsidiárias) ou ao custo de produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 – Inventários.

O valor dos inventários é reduzido (*write down*) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabados, o Grupo CP tem adicionalmente em consideração o definido na IAS 11 – Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

- MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são ajustadas com base na rotação, obsolescência, natureza e vida útil dos bens. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida, sendo a reversão limitada à quantia do ajustamento original.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

- PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO

Os inventários de produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

É considerado como valor realizável líquido o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial, subtraído dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

- PRODUTOS ACABADOS

Esta rubrica regista os produtos transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão e encontram-se valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui a caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre o componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do Balanço;
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do Balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável, de acordo com o preconizado na IFRS 5.

As empresas do Grupo CP também classificam como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Transações em moeda estrangeira

• MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras das empresas do Grupo CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

• TRANSAÇÕES E SALDOS

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Reconhecimento do rédito

• TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

As receitas geradas neste segmento de atividade referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a entidade.

O Governo Português através de diploma legal considerou que o transporte ferroviário constitui um serviço público explorado em regime de contrato de concessão. Neste sentido são atribuídas anualmente indemnizações compensatórias pela prestação deste serviço público.

• TRANSPORTE DE MERCADORIAS

As receitas geradas neste segmento de atividade referem-se à prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias, concessão de espaços em infraestruturas portuárias e licenças diversas, aluguer de equipamentos e outros serviços relacionados com o transporte de mercadorias, deduzidas de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade de transporte de mercadorias são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado, mediante a emissão da declaração de expedição, o qual se refere à data da chegada ao destino, e quando for provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a entidade.

• MANUTENÇÃO DE MATERIAL CIRCULANTE

No reconhecimento do rédito deste segmento de atividade é seguido o preconizado na IAS 11 – Contratos de construção, sendo aferido se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, o que permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento.

O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares.

Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, é aferido em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não exista indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto.

• RESTANTES ÁREAS DE ATIVIDADE

O crédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O crédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- Quantia de crédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O crédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como crédito de juros.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica).

As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro.

A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

Por força do Decreto-Lei n.º 261/91 de 25 julho, estava obrigada, até 31 de dezembro de 1999, a pagar pensões de acidentes de trabalho vitalícias em resultado de acidentes ocorridos até àquela data.

Esta responsabilidade é calculada com base em pressupostos atuariais, uma vez que a CP é obrigada a pagar rendas vitalícias a estes ex-funcionários. Assim, o passivo é reconhecido no Balanço, através de uma provisão para indemnizações com base no valor presente da obrigação das rendas vitalícias à data do Balanço, deduzido do justo valor dos eventuais ativos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e custo de serviços passados. Esta obrigação é calculada anualmente por atuários independentes (BPI Pensões).

Juros e rendimentos similares obtidos e juros e gastos similares suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime especial de tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 13.

Ativos e passivos contingentes

• ATIVOS CONTINGENTES

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável um influxo de benefícios econômicos.

• PASSIVOS CONTINGENTES

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade; ou
- Uma obrigação presente de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios econômicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respectivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios econômicos futuros seja remota.

Acontecimentos subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 24 de abril de 2014, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do Balanço sobre condições que existiam à data do Balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do Balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 56.

• JUÍZOS DE VALOR

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

O juízo de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que possam ter maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras são os seguintes:

- Provisões – as provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do Balanço;
- Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores – as perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores considerados relevantes. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados. Estas alterações podem resultar da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados;
- Reconhecimento do crédito – no reconhecimento do crédito afere-se se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, que permita aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares. Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, afere-se em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não existam indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o crédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto;
- Perdas por imparidade – inventários – na determinação das perdas por imparidade de inventários, aplicam-se diferentes critérios dependendo do estado, antiguidade e natureza/objetivo dos inventários, considerando que tais critérios refletem a perda de valor dos inventários;
- Impostos sobre os lucros – existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. Em Portugal, as autoridades fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado, durante um período de quatro anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras. Não são calculados ativos por impostos diferidos por não se perspetivar a sua recuperabilidade;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras. As valorizações são feitas tendo em conta os *cash flows* descontados e a variação dos indexantes proprietários desde o seu início até à data. Nas operações que envolvem opções, aos fluxos é atribuído um delta de 0% ou 100% conforme a barreira em causa seja ou não atingida. A projeção futura das barreiras em causa é determinada usando a curva de rendimentos atual.

• PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequada a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os fatores adiante descritos:

- A situação operacional da CP e das empresas do Grupo apresenta sustentabilidade, sendo de referir a manutenção do EBITDA positivo em 2013 na CP e algumas empresas do Grupo, o que indicia que existem fatores de sustentabilidade futura;
- O Estado tem garantido todo o seu apoio, quer avalizando diretamente a dívida da CP quer manifestando todo o seu apoio em caso de dificuldade;
- A CP apresenta os meios financeiros para fazer face às necessidades de tesouraria estimadas da CP e das suas participadas, para o próximo período de 12 meses, considerando as maturidades de dívida e saldos a pagar à data do Balanço, ajustado de eventos subsequentes divulgados, as atuais expectativas de taxas de juro e o plano de investimento e operação da empresa; e
- Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje o Grupo CP presta à economia portuguesa, nomeadamente no que respeita ao transporte de passageiros e mercadorias, como fator de importância vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade do Grupo CP.

Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

• VIDA ÚTIL DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

- JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras, pelo que o momento em que são realizadas as estimativas é a principal fonte de incerteza.

- COBRANÇAS DUVIDOSAS

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

- PROVISÕES

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. As empresas do Grupo CP, tendo em consideração o princípio da prudência, têm constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

Com base na avaliação atuarial das responsabilidades da empresa em 31 de dezembro, foram constituídas provisões para fazer face aos encargos com as pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999.

- ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender, de acordo com a IFRS 5. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pela CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

Normas e interpretações emitidas pelo IASB e endossadas pela União Europeia

Ao nível do relato financeiro internacional, o ano de 2013 ficou marcado pela entrada em vigor de várias normas e de algumas alterações às normas já publicadas. Ressaltam-se as seguintes normas, interpretações e alterações às normas que foram endossadas pela Comissão Europeia e se tornaram efetivas em 2013 ainda que possam ser de aplicação não obrigatória neste período:

• IAS 1 APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na demonstração do rendimento integral. Itens suscetíveis de serem reclassificados (ou "reciclados") para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não são suscetíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser suscetíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 são aplicáveis para os períodos iniciados após 1 de julho de 2012.

• IAS 19 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

As principais alterações à IAS 19 benefícios de empregados (revista) são as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, conhecida pelo "método do corredor". Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos na demonstração do rendimento integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do ativo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na demonstração do rendimento integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas;
- os objetivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos atuariais; e
- os benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.

A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 são aplicáveis para os períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

Da aplicação destas alterações à norma não resultam impactos nas demonstrações financeiras do Grupo CP.

• IAS 28 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também aos empreendimentos conjuntos à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações à IAS 28 serão aplicáveis para os períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, podendo ser antecipada para o período iniciado em 1 de janeiro de 2013, desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revista em 2011).

• IFRS 10 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O IASB emitiu a IFRS 10 demonstrações financeiras consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 consolidação – entidades com finalidade especial e na IAS 27 demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente quais devem ser incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa mãe.

Esta norma é aplicável para períodos anuais com início o mais tardar em 1 de janeiro de 2014.

• IFRS 11 ACORDOS CONJUNTOS

A IFRS 11:

- substitui a IAS 31 interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 entidades conjuntamente controladas — contribuições não monetárias por empreendedores;
- altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através do método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial; e
- define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos ativos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma é aplicável para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, podendo ser aplicada no período iniciado em 1 de janeiro de 2013.

• IFRS 12 DIVULGAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS ENTIDADES

A IFRS 12 divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, podendo ser aplicada no período iniciado em 1 de janeiro de 2013.

- IFRS 13 MENSURAÇÃO DO JUSTO VALOR

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”.

Esta norma é aplicável para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

- IAS 12 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efetuada através do uso das propriedades de investimento.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por ativos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efetuada através da venda destes ativos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

- IFRS 7 – DIVULGAÇÕES DE COMPENSAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na demonstração da posição financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previstos pela IAS 32 instrumentos financeiros – apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

A emenda à IFRS 7 é aplicável em períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013.

No ciclo anual de melhorias 2009-2011, o IASB emitiu emendas destacando-se as seguintes:

- IFRS 1 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO

Esta emenda:

- clarifica que uma entidade que parou de aplicar as IFRS pode escolher entre: (i) voltar a aplicar a IFRS 1, apesar de já o ter feito num período anterior; ou (ii) aplicar retrospectivamente de acordo com a IAS 8, como se nunca tivesse deixado de aplicar as IFRS. Se uma entidade voltar a aplicar a IFRS 1 ou aplicar a IAS 8, deve divulgar as razões porque deixou de aplicar as IFRS e subsequentemente reatou a aplicação das IFRS; e
- clarifica que, na adoção das IFRS, uma entidade que tenha capitalizado custos de financiamento de acordo com o anterior normativo, pode manter esse montante capitalizado sem qualquer ajustamento na demonstração da posição financeira na data de transição.

A emenda à IFRS 1 é aplicável em períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013.

• IAS 1 APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o balanço de abertura da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

Estas alterações são aplicáveis em períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013.

• IAS 16 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Clarifica que sobressalentes e equipamentos de serviço que cumprem com a definição de ativos fixos tangíveis devem ser classificados como tal e não são inventários.

Estas alterações são aplicáveis em períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013.

• IAS 32 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resulte de distribuições a acionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 impostos sobre o rendimento.

Estas alterações são aplicáveis em períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013.

Em 2013 foram ainda endossadas pela União Europeia alterações às normas que não se tornaram efetivas, ressaltando-se as seguintes:

• IAS 32 INSTRUMENTOS FINANCEIROS (COMPENSAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS)

A emenda clarifica o significado de "direito legal correntemente executável de compensar" e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que "um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas". Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto, que eliminam ou resultam em riscos de crédito

e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo, podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

Estas alterações são aplicáveis para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.

- IAS 36 IMPARIDADE DE ATIVOS

Esta alteração corrige as exigências de divulgação, quanto à determinação do valor recuperável de um ativo, sendo aplicado apenas quando este é determinado com base no justo valor menos custos estimados de venda, e é apurada imparidade.

Estas alterações são aplicáveis para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.

- IAS 39 INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NOVAÇÃO DE DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA)

Esta alteração introduz uma isenção à obrigação de descontinuar a contabilidade de cobertura de um instrumento financeiro derivado, quando se verifique a alteração da contraparte do contrato por requisito legal ou regulatório e desde que estejam cumpridas determinadas condições.

Pretende dar resposta às novas regras de contratação de instrumentos financeiros derivados que, em algumas jurisdições, passam a obrigar à negociação através de câmaras de compensação.

A alteração é aplicável para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.

FLUXO DE CAIXA (NOTA 4)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2013 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Rubrica de caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição (Valores em €)	31-12-2013	31-12-2012
Caixa	283.482	447.120
Depósitos bancários	17.146.505	28.586.893
TOTAL	17.429.987	29.034.013
Descobertos bancários (a)	-409.920	-15.166.501
TOTAL	17.020.067	13.867.512

(a) o valor dos descobertos bancários encontra-se registado em financiamentos obtidos nota 29

POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS (NOTA 5)

De acordo com o previsto na IFRS 11 o Grupo CP alterou, com referência a 1 de janeiro de 2013, o método de reconhecimento dos seus investimentos em empreendimentos conjuntos, da consolidação proporcional para o método de equivalência patrimonial. O impacto desta alteração, nas contas de 2012, é identificado na coluna 'ajustes referente a 2012', nos quadros do anexo constantes de cada uma das notas, dado não se ter efetuado a reexpressão dos valores relativos a 2012, por não se considerarem materiais nas contas do Grupo.

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO (NOTA 6)

A forma de segmentação de negócios utilizada pelo Grupo CP é a natureza dos serviços prestados. Esta é a forma como o Conselho de Administração analisa e controla os seus negócios, sendo também a forma como a informação é organizada e comunicada.

Atendendo a que a IFRS 8 define patamares quantitativos a partir dos quais os segmentos devem ser tratados como segmentos operacionais a divulgar, foram identificados os seguintes segmentos a divulgar no âmbito desta nota:

- Transporte de passageiros suburbanos (engloba o transporte de passageiros suburbano na área de Lisboa e Porto);
- Transporte de passageiros de longo curso (liga entre si as principais cidades portuguesas, tendo os clientes maioritariamente uma motivação de viagem para negócios ou lazer), internacional (transporte de passageiros para a Espanha ou à fronteira de Espanha com França) e regional (serviço de média curta distância para deslocações de carácter sistemático de âmbito regional ou local, distribui os clientes tanto pela motivação casa /trabalho ou escola, como para tratar de assuntos/negócios);
- Transporte de mercadorias; e
- Manutenção, conservação e construção de material circulante.

Na agregação efetuada dos segmentos operacionais procurou-se garantir que os mesmos tinham características económicas semelhantes, de acordo com o explicitado na IFRS 8.

As informações sobre outras atividades de negócio e segmentos operacionais não relatáveis foram combinadas e divulgadas numa categoria com a designação «todos os outros segmentos». Nela estão incluídos nomeadamente os segmentos de formação, prestação cuidados de saúde e mediação de seguros que ficam muito aquém dos patamares quantitativos da IFRS 8.

A informação financeira dos principais segmentos de negócio do Grupo, relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013, é conforme segue:

RESULTADO OPERACIONAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO DO GRUPO CP 2012

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Transporte de passageiros nos subúrbios	Transporte de passageiros no longo curso, internacional e regional	Transporte de mercadorias	Manutenção e conservação material circulante	Restantes áreas	Dem. result. operacional individual do Grupo CP	Anulações e ajustam. Intragrupo	Dem. res. operacional consolidado do Grupo CP
Vendas e serviços prestados	100.119.763	113.519.551	62.304.290	63.267.091	32.666.944	371.877.639	-86.021.987	285.855.652
<i>Vendas e serviços prestados - anulações intragrupo</i>	-2.418.660	-67.262	-493.434	-55.337.761	-27.704.871	-	-	-
Subsídios à exploração	385.929	-	2.469	60.179	34.998.879	35.447.457	-	35.447.457
<i>Subsídios à exploração - anulações intragrupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas imputadas a subsidiárias, associadas e emp. conjunto	-	-	-	430.696	6.114.568	6.545.264	-6.545.264	-
<i>Ganhos/perdas imputadas a sub., assoc. e emp. conj. - anulações intragrupo</i>	-	-	-	-	-6.545.265	-	-	-
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-1.713.378	-	-1.713.378	-	-1.713.378
<i>Variação nos inventários da produção - anulações intragrupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria empresa	-	-	-	2.643	-	2.643	20.091.119	20.093.762
<i>Trabalhos para a própria empresa - anulações intragrupo</i>	-	-	-	-	20.091.119	-	-	-
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	-412.317	-5.922.877	-2.236.080	-15.630.558	-3.679.043	-27.880.874	131	-27.880.743
<i>Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas - anulações intragrupo</i>	-	-	-	-	131	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	-56.319.172	-84.984.115	-52.410.883	-9.539.694	-30.312.839	-233.566.704	78.514.925	-155.051.779
<i>Fornecimentos e serviços externos - anulações intragrupo</i>	4.181.244	4.281.814	38.285.634	4.513.738	27.252.495	-	-	-
Gastos com pessoal	-27.657.120	-32.497.622	-17.268.838	-26.864.219	-25.912.412	-130.200.210	1.189.334	-129.010.876
<i>Gastos com pessoal - anulações intragrupo</i>	69.727	55.427	72.686	-912.074	1.903.569	-	-	-
Imparidade de inventários (perdas/rever.)	-	-	56.126	-291.185	-59.749	-294.808	-	-294.808
<i>Imparidade de inventários (perdas/rever.) - anulações intragrupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade dívidas a receber (perdas/reversões)	5.591.239	17.129.480	-130.370	-210.274	16.088.999	38.469.074	-	38.469.074
<i>Imparidade dívidas a receber (perdas/reversões) - anulações intragrupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-641.094	-31.163.052	-31.804.146	19.662.545	-12.141.601
<i>Provisões (aumentos/reduções) - anulações intragrupo</i>	-	-	-	443	19.662.102	-	-	-
Imparid. de invest. não depr./amort. (perd./rev.)	-	-	-	-	-6.587.404	-6.587.404	194.923	-6.392.481
<i>Imparid. de invest. não depr./amort. (perd./rev.) - anulações intragrupo</i>	-	-	-	-	194.923	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	10.486.148	5.529.914	1.991.759	1.989.199	19.756.762	39.753.782	-15.017.730	24.736.052
<i>Outros rendimentos e ganhos - anulações intragrupo</i>	-129.289	-26.330	-26.392	-1.364.967	-13.470.752	-	-	-
Outros gastos e perdas	-3.441.245	-6.582.749	-1.621.380	-1.141.870	-6.261.907	-19.049.151	1.090.890	-17.958.261
<i>Outros gastos e perdas - anulações intragrupo</i>	74.709	10.868	335.131	307.596	362.586	-	-	-
Res. antes de depr., gastos financeiros, impostos	28.753.225	6.191.583	-9.312.907	9.717.536	5.649.746	40.999.184	13.158.886	54.158.070
Res. antes de depr., gastos fin., impost.- anulações intragrupo	1.777.732	4.254.518	38.175.624	-52.793.025	21.746.038	-	-	-
<i>Gastos/reversões de depreciação e amort.</i>	-31.217.851	-25.419.672	-5.089.829	-1.480.444	-17.411.002	-80.618.797	-	-80.618.797
<i>Imparidade invest. depr./amort. (per./rev.)</i>	-	-	-	-	-14.576	-14.576	-	-14.576
Res. oper. (antes gastos fin. e impost.)	-686.893	-14.973.571	23.770.888	-44.555.933	9.970.206	-39.634.189	13.158.886	-26.475.303

RESULTADO OPERACIONAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO DO GRUPO CP 2013

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Transporte de passageiros nos subúrbios	Transporte de passageiros no longo curso, internacional e regional	Transporte de mercadorias	Manutenção e conservação material circulante	Restantes áreas	Dem. result. operacional individual do Grupo CP	Anulações e ajustam. Intragrupo	Dem. res. operacional consolidado do Grupo CP
Vendas e serviços prestados	93.981.788	113.346.885	58.132.756	50.935.813	26.283.892	342.681.134	-65.888.934	276.792.200
<i>Vendas e serviços prestados - anulações intragrupo</i>	-37.011	-287.252	-495.056	40.346.153	-105.415.769	-	-	-
Subsídios à exploração	491.978	-	-	150.587	33.891.658	34.534.222	-	34.534.222
<i>Subsídios à exploração - anulações intragrupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas imputadas a subsidiárias, associadas e emp. conjunto	-	-	-	285.213	-2.956.393	-2.671.181	3.298.393	627.212
<i>Ganhos/perdas imputadas a sub., assoc. e emp. conj. - anulações intragrupo</i>	-	-	-	-	3.298.393	-	-	-
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-15.374	-	-15.374	-	-15.374
<i>Variação nos inventários da produção - anulações intragrupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria empresa	-	-	-	-	-	-	10.844.634	10.844.634
<i>Trabalhos para a própria empresa - anulações intragrupo</i>	-	-	-	-	10.844.634	-	-	-
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	-764.293	-6.244.179	-2.907.656	-13.564.239	-1.469.199	-24.949.567	-	-24.949.567
<i>Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas - anulações intragrupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	-57.159.347	-87.764.601	-49.423.588	-9.599.103	-24.026.151	-227.972.790	65.885.570	-162.087.219
<i>Fornecimentos e serviços externos - anulações intragrupo</i>	3.239.068	4.035.746	34.803.792	-4.602.032	28.408.996	-	-	-
Gastos com pessoal	-32.837.097	-39.136.310	-20.372.823	-29.821.725	-27.860.316	-150.028.272	2.487.296	-147.540.976
<i>Gastos com pessoal - anulações intragrupo</i>	238.604	269.289	552.242	-537.784	1.964.945	-	-	-
Imparidade de inventários (perdas/rever.)	-	-	-	358.283	-122.424	235.859	-	235.859
<i>Imparidade de inventários (perdas/rever.) - anulações intragrupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade dívidas a receber (perdas/reversões)	-896.338	-25.784	1.632.534	181.252	-103.089	788.574	-	788.574
<i>Imparidade dívidas a receber (perdas/reversões) - anulações intragrupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	140.618	-19.143.257	-19.002.639	23.525.071	4.522.432
<i>Provisões (aumentos/reduções) - anulações intragrupo</i>	-	-	-	-	23.525.071	-	-	-
Imparid. de invest. não depr./amort. (perd./rev.)	-	-	-	-	-7.363.249	-7.363.249	-	-7.363.249
<i>Imparid. de invest. não depr./amort. (perd./rev.) - anulações intragrupo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	8.488.269	5.927.761	2.936.448	1.571.345	17.234.407	36.158.230	-12.843.107	23.315.124
<i>Outros rendimentos e ganhos - anulações intragrupo</i>	-20.639	-79.291	-164.186	315.058	-12.894.048	-	-	-
Outros gastos e perdas	-878.715	-1.309.805	-1.330.378	-991.996	-3.632.620	-8.143.514	600.995	-7.542.519
<i>Outros gastos e perdas - anulações intragrupo</i>	7.021	14.206	248.364	-74.941	406.344	-	-	-
Res. antes de depr., gastos financeiros, impostos	10.426.246	-15.206.034	-11.332.708	-369.326	-9.266.742	-25.748.564	27.909.918	2.161.353
Res. antes de depr., gastos fin., impost.- anulações intragrupo	3.427.045	3.952.698	34.945.156	35.446.453	-49.861.434	-	-	-
<i>Gastos/reversões de depreciação e amort.</i>	-30.386.871	-24.554.177	-4.182.225	-1.317.287	-14.545.551	-74.986.111	-	-74.986.111
<i>Imparidade invest. depr./amort. (per./rev.)</i>	-	-	-	-	-2.524.434	-2.524.434	-	-2.524.434
Res. oper. (antes gastos fin. e impost.)	-16.533.581	-35.807.513	19.430.222	33.759.840	-76.198.161	-103.259.110	27.909.918	-75.349.192

Não é apresentado o resultado financeiro por segmento, dado que as decisões operacionais são tomadas com base nos resultados operacionais por segmento de negócio e não é possível repartir/afetar os financiamentos existentes à totalidade dos segmentos.

O ativo e passivo destes segmentos de negócio apresentam os seguintes valores em 31 de dezembro de 2012 e 2013:

ATIVOS E PASSIVOS POR SEGMENTOS DO GRUPO CP EM 31 DEZEMBRO DE 2012

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Transporte de passageiros nos suburbanos, longo curso, Internacional e regional	Transporte de mercadorias	Manutenção e conservação mat. circulante	Restantes áreas	Total reportado pelos segmentos	Anulações e ajustam. intragrupo	Total dos ativos e passivos consolidados 2012
Ativo não corrente dos segmentos reportados	957.454.916	68.263.435	10.198.853	5.212.143	1.041.129.347	-70.402.350	970.726.997
Ativo corrente dos segmentos reportados	101.502.160	44.524.785	38.525.304	8.849.437	193.401.686	-20.539.759	172.861.927
Ativo total dos segmentos reportados	1.058.957.076	112.788.220	48.724.158	14.061.580	1.234.531.034	-90.942.110	1.143.588.924
Passivo não corrente dos segmentos reportados	2.259.239.529	70.560.126	6.356.768	1.542.298	2.337.698.721	-70.198.703	2.267.500.018
Passivo corrente dos segmentos reportados	1.795.771.518	108.096.962	30.994.044	16.671.406	1.951.533.930	103.468.078	2.055.002.008
Passivo total dos segmentos reportados	4.055.011.047	178.657.088	37.350.813	18.213.704	4.289.232.652	33.269.375	4.322.502.027

ATIVOS E PASSIVOS POR SEGMENTOS DO GRUPO CP EM 31 DEZEMBRO DE 2013

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Transporte de passageiros nos suburbanos, longo curso, Internacional e regional	Transporte de mercadorias	Manutenção e conservação mat. circulante	Restantes áreas	Total reportado pelos segmentos	Anulações e ajustam. intragrupo	Total dos ativos e passivos consolidados 2013
Ativo não corrente dos segmentos reportados	910.881.655	64.186.780	8.718.819	3.759.339	987.546.593	-85.914.511	901.632.082
Ativo corrente dos segmentos reportados	117.966.320	34.292.786	33.968.043	1.365.414	187.592.563	-19.180.462	168.412.101
Ativo total dos segmentos reportados	1.028.847.975	98.479.566	42.686.862	5.124.753	1.175.139.156	-105.094.973	1.070.044.183
Passivo não corrente dos segmentos reportados	1.965.171.508	49.533.714	5.139.810	699	2.019.845.731	-93.408.674	1.926.437.057
Passivo corrente dos segmentos reportados	2.300.050.484	137.806.797	31.954.592	6.417.763	2.476.229.636	74.092.979	2.550.322.615
Passivo total dos segmentos reportados	4.265.221.992	187.340.511	37.094.402	6.418.462	4.496.075.367	-19.315.695	4.476.759.672

Os ativos e passivos existentes também não são segregados por segmento de negócio, dada a impossibilidade de obter esta informação para todos os segmentos, nomeadamente no que respeita ao transporte de passageiros, em que frequentemente são efetuadas alterações na afetação dos ativos entre os vários segmentos, bem como tendo em consideração o facto de esta informação não ser apresentada de forma detalhada e regular para efeitos de decisão para todos os segmentos. Efetivamente, no que respeita aos ativos e passivos, estes são apenas relatados regularmente por empresa do Grupo, para efeitos de tomada de decisão.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NOTA 7)

No final do ano 2013 o Grupo CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro seguinte:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	31.12.2013	31.12.2012
Valor bruto:		
Terrenos e recursos naturais	28.759.958	28.600.449
Edifícios e outras construções	108.725.710	108.192.704
Equipamento básico	1.660.341.183	1.657.128.022
Equipamento de transporte	3.752.892	3.957.101
Equipamento administrativo	22.937.222	22.834.349
Outros ativos fixos tangíveis	65.360.361	65.689.652
Investimentos em curso	2.112.920	7.388.107
Adiantamentos por conta de investimentos	-	497.220
SUB-TOTAL	1.891.990.246	1.894.287.604
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	74.698.268	80.019.161
Depreciação acumulada de períodos anteriores	940.849.065	872.085.860
Perdas por imparidade do período	2.524.434	14.576
Perdas por imparidade de períodos anteriores	1.071.600	1.057.024
Anulações do período	-343.603	-1.484.445
SUB-TOTAL	1.018.799.764	951.692.176
Valor líquido contabilístico	873.190.482	942.595.428

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2013 são resumidos no quadro seguinte:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DURANTE O ANO 2013

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Saldo inicial	Ajustes referentes a 2012	Adições	Revalori- zações / Impari- dades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras regulariza- ções	Saldo final
Valor bruto:										
Terrenos e recursos naturais	28.600.449	286.809	-	-	-	-	-	-	-127.300	28.759.958
Edifícios e outras construções	108.192.704	1.917.228	10.165	-	-	-	-2.386	686.734	-2.078.735	108.725.710
Equipamento básico	1.657.128.022	-3.888.023	130.175	-	-168.226	-2.472.917	-4.128.031	15.225.332	-1.485.149	1.660.341.183
Equipamento de transporte	3.957.101	-	13.623	-	-202.503	-	-15.329	-	-	3.752.892
Equipamento administrativo	22.834.349	-126.319	298.119	-	-28.967	-	-540.790	500.830	-	22.937.222
Outros ativos fixos tangíveis	65.689.652	-41.732	169.626	-	-325.571	-	-149.534	17.920	-	65.360.361
Investimentos em curso	7.388.107	-	12.306.553	-	-	-	-	-17.351.903	-	2.342.757
Adiantamentos por conta de investimentos	497.220	1.733.217	-	-	-	-	-	-3.073.609	613.335	-229.837
	1.894.287.604	-118.820	12.928.261	-	-725.267	-2.472.917	-4.836.070	-3.994.696	-3.077.849	1.891.990.246
Depreciação acumulada e imparidade:										
Edifícios e outras construções	37.988.641	-1.911	3.473.537	-	-	-	-2.386	-	-	41.457.881
Equipamento básico	849.482.500	-2.595.924	67.384.722	-	-130.066	-2.302.432	-2.311.054	-	-1.762.652	907.765.094
Equipamento de transporte	3.433.872	-2	133.743	-	-197.502	-	-15.329	-	-	3.354.782
Equipamento administrativo	20.693.623	-100.950	1.202.850	-	-22.266	-	-539.252	-	-	21.234.005
Outros ativos fixos tangíveis	39.021.941	-14.121	2.688.326	-	-179.720	-	-124.458	-	-	41.391.968
Ativos Fixos Tangíveis - Perdas Imparidade Acumulada - Equipamento básico	1.071.599	1	2.524.434	-	-	-	-	-	-	3.596.034
SUB-TOTAL	951.692.176	-2.712.907	77.407.612	-	-529.554	-2.302.432	-2.992.479	-	-1.762.652	1.018.799.764
TOTAL	942.595.428									873.190.482

Os ativos fixos tangíveis do Grupo CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.

Os investimentos mais significativos, realizados no período de 2013, respeitam a reparações periódicas do tipo R2 e R3, intervenção de meio de vida nos comboios de pendulação ativa e controlo de acessos nas estações.

De referir ainda o abate de uma automotora tripla elétrica acidentada (acidente de Alfarelos).

As depreciações acumuladas e imparidades referidas na coluna adições respeitam à depreciação dos ativos, de acordo com a sua vida útil, destacando-se pelo seu contributo, as depreciações do material circulante e as imparidades reconhecidas no material circulante, resultantes de acidentes.

A 31 de dezembro de 2013 os seguintes ativos fixos tangíveis constituíam garantia de empréstimos obtidos da Eurofima:

Descrição (Valores em €)	Passivo
Automotoras	282.004.214
Carruagens	4.215.701
Locomotivas	130.940.941
TOTAL	417.160.856

ATIVOS INTANGÍVEIS (NOTA 8)

Os ativos intangíveis do Grupo CP respeitam essencialmente à implementação de sistemas informáticos não havendo nenhuma situação em que o ativo tenha sido desenvolvido internamente. Encontram-se classificados na rubrica de despesas de investigação e desenvolvimento, conforme quadro seguinte:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	31.12.2013	31.12.2012
Valor bruto:		
Despesas de investigação e desenvolvimento	341.692	2.069.643
Programas de computador	1.151.495	1.181.610
Ativos intangíveis em curso	6.104	-
SUB-TOTAL	1.499.291	3.251.253
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	120.900	214.915
Reversões do período	-14.565	-148.562
Amortização acumulada de períodos anteriores	1.305.283	2.972.609
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
SUB-TOTAL	1.411.618	3.038.962
Valor líquido contabilístico	87.673	212.291

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista anualmente em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2013 são analisados como segue:

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS DURANTE O ANO 2013

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Saldo inicial	Ajustes referentes a 2012	Adições	Revalori- zações / Impari- dades	Alienações	Ativos detidos para venda	Abates	Transferencias	Saldo final
Valor bruto:									
Despesas de investigação e desenvolvimento	2.069.643	-366.751	-	-	-	-	-1.361.200	-	341.692
Programas de computador	1.181.610	-15.550	-	-	-13.040	-	-1.525	-	1.151.495
Ativos intangíveis em curso	-	-	6.104	-	-	-	-	-	6.104
SUB-TOTAL	3.251.253	-382.301	6.104	-	-13.040	-	-1.362.725	-	1.499.291
Depreciação acumulada e imparidade:									
Amortização do período	-	-	120.900	-	-13.040	-	-1.525	-	106.335
Amortização acumulada de períodos anteriores	1.763.385	903.098	-	-	-	-	-1.361.200	-	1.305.283
Perdas por imparidade do período	1.275.577	-1.275.577	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL	3.038.962	-372.479	120.900	-	-13.040	-	-1.362.725	-	1.411.618
TOTAL	212.291								87.673

LOCAÇÕES (NOTA 9)

O Grupo CP detém um conjunto de ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira, cujo detalhe se apresenta como se segue:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	31.12.2013			31.12.2012		
	Valor bruto	Depreciação/ Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação/ Imparidade	Valor líquido
Equipamento básico	38.398.710	-2.936.714	35.461.996	38.398.710	-1.839.175	36.559.535
Equipamento de transporte	14.700	-13.781	919	14.700	-10.106	4.594
TOTAL	38.413.410	-2.950.495	35.462.915	38.413.410	-1.849.281	36.564.129

Trata-se de contratos de locação financeira, atendendo a que foram transferidos substancialmente para o Grupo CP todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

O equipamento básico financiado por contratos de locação financeira respeita essencialmente a vagões adquiridos para afetar ao serviço combinado nacional e internacional de mercadorias.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (NOTA 10)

O detalhe das participações financeiras em que se aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Tipo	31-12-2013			31-12-2012		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
EMEF/SIEMENS A.C.E.	Investimento	285.411	-	285.411	-	-	-
NOMAD TECH, LDA.	Investimento	56.000	-	56.000	-	-	-
OTLIS A.C.E.	Investimento	47.119	-	47.119	-	-	-
TOTAL		388.530	-	388.530	-	-	-

Em 2013 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Saldo inicial	Regularização	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto							
EMEF/SIEMENS A.C.E.	-	-	-	-	285.411	-	285.411
NOMAD TECH, LDA.	-	-	56.000	-	-	-	56.000
OTLIS A.C.E.	-	-	-	-	47.119	-	47.119
SUB-TOTAL	-	-	56.000	-	332.530	-	388.530
Imparidade							
TOTAL	-	-	56.000	-	332.530	-	388.530

Em relação à TIP, aplica-se o MEP aos capitais próprios negativos desta participada, considerados na nota 30, na rubrica de “Acidentes de trabalho e doenças profissionais; entre outras provisões”.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS (NOTA 11)

O Grupo CP detém pequenas participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a possibilidade de existência de imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo-se uma perda por imparidade na demonstração dos resultados se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição (Valores em €)	Método	31-12-2013			31-12-2012		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
MLM, S.A.	Custo de aquisição	12.721	-12.721	-	12.721	-12.721	-
METRO DO PORTO, S.A.	Custo de aquisição	249.399	-249.399	-	249.399	-249.399	-
METRO-MONDEGO, S.A.	Custo de aquisição	3.595	-	3.595	3.595	-	3.595
ICF	Custo de aquisição	382.269	-382.269	-	382.269	-382.269	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27.760.679	-	27.760.679	27.760.679	-	27.760.679
BCC	Custo de aquisição	1.460	-	1.460	1.460	-	1.460
APOR	Custo de aquisição	5.000	-	5.000	5.000	-	5.000
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	Custo de aquisição	-	-	-	31.944	-31.944	-
INEGI	Custo de aquisição	-	-	-	2.500	-2.500	-
TRANSCOM, S.A.	Custo de aquisição	388.280	-194.279	194.001	388.280	-240.398	147.882
Obrigações CONSOLIDADO 1942	Custo de aquisição	662	-	662	662	-	662
TOTAL		28.804.065	-838.668	27.965.397	28.838.509	-919.231	27.919.278

O movimento destas participações financeiras em 2013 é analisado no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
MLM, S.A.	12.721	-	-	-	-	12.721
METRO DO PORTO, S.A.	249.399	-	-	-	-	249.399
METRO-MONDEGO, S.A.	3.595	-	-	-	-	3.595
ICF	382.269	-	-	-	-	382.269
EUROFIMA	27.760.679	-	-	-	-	27.760.679
BCC	1.460	-	-	-	-	1.460
APOR	5.000	-	-	-	-	5.000
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	31.944	-	-	-	-31.944	-
INEGI	2.500	-	-	-	-2.500	-
TRANSCOM, S.A.	388.280	-	-	-	-	388.280
Obrigações CONSOLIDADO 1942	662	-	-	-	-	662
SUB-TOTAL	28.838.509	-	-	-	-	28.804.065
Imparidade						
MLM, S.A.	-12.721	-	-	-	-	-12.721
METRO DO PORTO, S.A.	-249.399	-	-	-	-	-249.399
ICF	-382.269	-	-	-	-	-382.269
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	-31.944	-	-	-	31.944	-
INEGI	-2.500	-	-	-	2.500	-
TRANSCOM, S.A.	-240.398	46.119	-	-	-	-194.279
SUB-TOTAL	-919.231	-	-	-	-	-838.668
TOTAL	27.919.278	-	-	-	-	27.965.397

ACIONISTAS/SÓCIOS (NOTA 12)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Ativo corrente		
Outras operações - Indemnizações compensatórias	141.291	141.291
TOTAL DO ATIVO CORRENTE	141.291	141.291
Passivo corrente		
Outras operações	-	14.934
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE	-	14.934

O valor do saldo no final do período de 2013 corresponde a subsídios atribuídos à CP, por resolução do Conselho de Ministros, no âmbito do sistema intermodal Andante, mas ainda não liquidados por falta de publicação de portaria que autoriza o seu pagamento.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NOTA 13)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., a CP CARGA – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A. e a SAROS–Sociedade de Mediação de Seguros, Lda..

Relativamente a impostos sobre o rendimento, o Grupo CP não contabilizou ativos nem passivos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais, por ter considerado que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados em períodos anteriores, por se entender que face às atuais condições de mercado e ao carácter social predominante das atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo, não é expectável que os referidos grupos de sociedades abrangidos pelo regime especial de tributação venham a pagar impostos sobre o rendimento nos próximos anos.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais apurados até 2009 são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Nos mesmos termos, os prejuízos fiscais gerados nos períodos de 2010 e 2011 são reportáveis por um período de quatro anos e os prejuízos fiscais apurados a partir de 2012 têm um prazo de reporte de cinco anos.

O resultado contabilístico consolidado foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado com a tributação autónoma de 2013, única matéria tributável apurada no período, e que representa um montante total de 422.344 euros, conforme detalhe apresentado no quadro abaixo:

EMPRESA (Valores em €)	PERÍODOS	
	2013	2012
Imposto sobre o rendimento		
CP	289.071	285.795
CP Carga	73.301	79.013
Fernave	8.939	5.206
Ecosaúde	7.467	9.254
Fergráfica	-	6
Emef	39.217	45.692
Saros	4.349	1.356
TIP	(*)	1.395
SIMEF	(*)	1.300
OTLIS	(*)	398
TOTAL	422.344	429.415

(*) Empresas classificadas em 2013 pelo MEP

INVENTÁRIOS (NOTA 14)

Em 31 de dezembro de 2013 o Grupo CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Valor bruto:		
Mercadorias	-	144.917
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	35.807.776	38.161.267
Produtos acabados e intermédios	1.409.162	1.459.878
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Reclassificação e regularização de inventários	430.388	563.179
Adiantamentos por conta de compras	-	60.213
SUB-TOTAL	37.647.326	40.389.454
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	235.859	-294.808
Imparidades de períodos anteriores	-14.463.739	-12.564.592
SUB-TOTAL	-14.227.880	-12.859.400
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	23.419.446	27.530.054

O montante mais significativo dos inventários encontra-se na rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, que revela este ano um decréscimo, face ano transato, provocado por consumos de materiais superiores às compras efetuadas durante o período.

Durante o ano de 2013, o Grupo procedeu ao abate de materiais identificados como obsoletos que não tinham aplicação em consequência da desativação da série de material respetiva, da substituição de equipamentos ou motivado por degradação técnica (não conformidade para utilização).

As perdas por imparidades de inventários relativas a matérias-primas, subsidiárias e de consumo foram reexpressas nas contas de 2012 por acréscimo às já existentes no valor de 1.736.279 euros e as relativas a produtos acabados e intermédios foram reexpressas por acréscimo às já existentes no valor de 105.435 euros. A atualização das perdas por imparidades de inventários passa a estar indexada à duração de cada contrato específico de prestação de serviços e às perspetivas de consumo/rotação dos materiais.

O reconhecimento de imparidades de inventários registou as seguintes variações:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Saldo inicial	Ajuste ref. a 2012	Utilizações	Perdas	Reversão	Saldo final
Imparidades de inventários						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-12.422.662	1.736.279	-	142.628	410.306	-13.891.262
Produtos acabados e intermédios	-436.738	105.435	237.375	42.912	11.092	-336.618
TOTAL	-12.859.400			185.540	421.398	-14.227.880

As perdas por imparidades de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as relativas a produtos acabados e intermédios têm origem essencialmente na área de transporte de passageiros (CP) e na manutenção e reparação de material circulante (EMEF).

Para o cálculo da imparidade dos inventários afetos à área de transporte de passageiros (CP), verifica-se semestralmente se o valor realizável dos inventários é ou não inferior ao valor pelo qual estes se encontram reconhecidos nas contas da empresa. Se o valor pelo qual os inventários se encontram reconhecidos for superior ao valor realizável líquido, reconhece-se uma perda por imparidade pela diferença entre aquelas duas grandezas.

Até 2011, o critério base para a avaliar a imparidade destes materiais foi a não rotatividade há mais de 5 anos, aplicado a todos os inventários em armazém. Durante o período de 2012, e atendendo à durabilidade da maior parte das peças utilizadas em reparações de material circulante, foi entendido pela empresa avaliar com maior rigor a imparidade deste universo de bens. Para isso, foi calculada a imparidade das peças de armazém de material circulante de acordo com a vida útil estimada das séries de material a que estavam associadas, o que permitiu a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação. Para os restantes materiais diversos manteve-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos.

Tendo em consideração a aplicação deste novo critério, mais adaptado à realidade da empresa, foi reconhecida uma perda por imparidade de 122.424 euros, em 2013.

Em simultâneo, também em 2013, foi identificada a necessidade de efetuar um abate de inventários, dado que os mesmos já não tinham aplicabilidade em reparações do parque do material circulante, ou não existia a possibilidade de recuperar o seu valor pela venda. Dado que em anos anteriores já se tinha constituído uma imparidade para fazer face à impossibilidade de recuperar o valor destes inventários, foi agora a mesma utilizada pelo montante de 237.374 euros.

O total das imparidades de inventários reconhecidas em 2013 resulta ainda do contributo da EMEF com abates de materiais identificados como obsoletos e sem aplicação em consequência da desativação da série de material respetiva, da substituição de equipamentos ou motivado por degradação técnica (não conformidade para utilização). A reclassificação de inventários motivou abates no montante de 334.145 euros.

Ainda na EMEF, e para cálculo da imparidade foram utilizados os seguintes critérios:

- Material motor e automotor que consta do programa de abates e locomotivas elétricas 2500/2550 abatidas – imparidade de 100%;
- Material afeto às automotoras UTD 600 e às locomotivas diesel MLW 1550 que foram desativadas – imparidade de 100%;
- Materiais cuja classe de *stock* é obsoleto – imparidade de 100%;
- Materiais cuja classe de *stock* é mono EMEF e mono CP, sem consumo há 5 ou mais anos – imparidade de 100%, e com algum consumo – imparidade de 50%;
- Materiais sem consumo há 5 ou mais anos – imparidade de 100%, há 4 anos – imparidade de 60% e há 3 anos – imparidade de 50%, afetos a vãs, carruagens, materiais genéricos de aplicação em diversas séries e equipamentos; e
- Materiais cuja classificação da série de material/equipamentos pertence a carruagens – imparidade de 10%.

Em relação à variação dos inventários da produção, o Grupo CP apresenta os seguintes valores em 2013 e 2012:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	PERÍODOS	
	2013	2012
Variação inventários da produção		
Produtos acabados e intermédios	-15.374	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-1.713.378
TOTAL	-15.374	-1.713.378

CLIENTES (NOTA 15)

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Valor bruto:		
Cientes c/c		
Gerais	24.428.784	18.916.279
Cientes - títulos a receber	-	26.661
Cientes - cobrança duvidosa	4.323.204	6.807.813
SUB-TOTAL	28.751.988	25.750.753
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	1.658.828	36.824.634
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-5.979.827	-43.145.990
SUB-TOTAL	-4.320.999	-6.321.356
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	24.430.989	19.429.397

O aumento registado nos saldos de clientes gerais tem origem na transferência da dívida do cliente de transporte de mercadorias Conteparque de cobrança duvidosa para clientes gerais, em resultado da formalização de acordo de pagamento, bem como na dívida à Renfe Operadora em resultado de faturação recebida desta entidade no final do ano 2013 relacionada com o transporte de passageiros.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Saldo inicial	Ajuste ref. a 2012	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Cientes gerais	6.321.356	341.529	885.850	-2.544.678	4.320.999
TOTAL	6.321.356	-	885.850	-2.544.678	4.320.999

ADIANTEMENTOS A FORNECEDORES (NOTA 16)

A rubrica de adiantamentos a fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Valor bruto:		
SISCOG-SISTEMAS COGNITIVOS, LDA.	128.391	128.391
REDE FERROV. NACIONAL REFER E.P.E.	2.120	2.120
Outros	27.174	68.420
TOTAL	157.685	198.931
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	-	-
Imparidades de períodos anteriores	-	-
TOTAL	-	-
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	157.685	198.931

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (NOTA 17)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	1.380.872	1.320.289
IVA a recuperar	9.985.457	6.713.723
IVA reembolsos pedidos	5.173.080	2.117.375
IVA	15.158.537	8.831.098
Outros impostos	489	64.692
Contribuições Seg Social CNP	24.558	133.034
TOTAL	16.564.456	10.349.113
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	390.381	421.998
Retenções de imposto sobre o rendimento	1.635.060	988.878
IVA a pagar	1.760.992	1.106.163
Contribuição para a Segurança Social	2.689.652	2.423.651
TOTAL	6.476.085	4.940.690

A principal variação registada entre 2013 e 2012 resulta essencialmente do aumento significativo do IVA a recuperar em novembro de 2013. Esta situação resultou fundamentalmente do desfecho favorável à CP, de ação no Tribunal Tributário de Lisboa, relacionada com a recuperação de IVA de faturação emitida à REFER e posteriormente anulada, por falta de aceitação daquela entidade. O valor do IVA em causa é de 4.227.172 euros.

OUTRAS CONTAS A RECEBER (NOTA 18)

A rubrica de outras contas a receber é analisada como segue:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Valor bruto:		
Outros devedores – pessoal	318.937	548.880
D.Diversos – c/c	22.064.290	26.132.277
Devedores por acréscimos de receitas	2.592.102	2.646.384
SUB-TOTAL	24.975.329	29.327.541
Imparidade acumulada		
Imparidade do período – Outras dívidas terceiros	-870.254	1.480.468
Imparidade períodos anteriores – Outras dívidas terceiros	-5.293.156	-6.773.623
SUB-TOTAL	-6.163.410	-5.293.155
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	18.811.919	24.034.386

A variação registada, comparando com o período de 2012, resulta fundamentalmente da diminuição verificada na rubrica de devedores diversos, fruto da CP ter ganho no Tribunal Tributário de Lisboa a ação que lhe permitiu recuperar o IVA, ao abrigo do nº 7 do artigo 71º do CIVA (artigo entretanto revogado), relativo a faturas emitidas à REFER e entretanto anuladas, por falta de aceitação daquela entidade. O valor do IVA em causa era de 4.227.172 euros.

De referir ainda, no segmento de manutenção e reparação de material circulante, a subsistência da dívida registada na rubrica de devedores diversos do Metropolitano de Lisboa (ML) à EMEF no valor de 2.250.000 euros. Protocolarmente acordaram o ML e a EMEF, em 14 de maio de 2009, que o ML demoliria um edifício propriedade da EMEF para instalar o estaleiro de apoio às obras de construção da estação intermodal da Reboleira e, reconstruiria no prazo máximo de 6 meses após a conclusão da estação, um edifício equivalente, assumindo todos os custos de reconstrução até ao montante de 2.250.000 euros. Estimava-se que a obra estivesse concluída em 30 de maio de 2012. Contudo, o Governo suspendeu a construção da estação de metro com vista à obra ser reavaliada por parte do ML.

DIFERIMENTOS (NOTA 19)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
ATIVO – Gastos a reconhecer		
Diferim. – Gast. Reconh. – Outros-Diversos	8.915.289	9.956.215
Diferim. – Gast. Reconh. – Seguros	279.955	361.550
Diferim. – Gast. Reconh. – Rendas	22.581	22.553
Diferim. – Gast. Reconh. – Rev's	14.871.686	16.939.153
TOTAL	24.089.511	27.279.471
PASSIVO – Rendimentos a reconhecer		
Difer. – Rend. a Reconh. – Subsídios ao Investimento	170.949.396	182.711.603
Difer. – Rend. a Reconh. – Fact. p/Conta-Trab. a Real.	-18.887	948.861
Diferim. – Rend. a Reconhecer – CPLX	881.824	1.021.584
Diferim. – Rend. Reconhecer – POEFDS_PORLVT	-	74.831
Diferim. – Rend. Reconhecer – Sub. Proj. Exploração	455	455
Diferim. – Rend. Reconh. – Outros Dif- Rendim Reconh.	4.977.687	5.308.931
TOTAL	176.790.475	190.066.265

As principais variações face a 2012 resultam de ajustamentos quer nos gastos a reconhecer perante terceiros, quer de rendimentos a reconhecer da prestação de serviços a terceiros, em função das responsabilidades reais assumidas e das prestações de serviços realizadas ainda não faturadas.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos rendimentos a reconhecer por subsídio ao investimento.

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Reservas subsídios - ILD'S	1.755	1.755
Reservas subsídios - material circulante	1.644.972	1.753.799
FEDER-sub. proj. 12UQE	7.587.462	8.461.396
PIDDAC-sub. proj. 12+4UQE	5.212.466	5.559.962
FEDER-sub. proj. 12+4UQE	14.246.329	15.196.074
PIDDAC-sub. proj 34UQE/UTE	3.810.303	4.193.980
PIDDAC-sub. proj 19UDD	586.096	636.999
PIDDAC-sub. proj. 21ALLAN	871.055	912.058
PIDDAC-sub. proj. 42UQE	502.519	542.423
PIDDAC-sub. proj. 34UME	21.103.690	22.191.120
PIDDAC-sub. proj. 57UTE Silício	17.397.398	18.463.240
PIDDAC-sub. proj. 25UTD600	-	967.271
PIDDAC-sub. proj. 57CORRAIL	724.228	838.579
PIDDAC-sub. proj. 12Locomotivas	390.009	390.009
PIDDAC-sub. proj. Rádio Solo comb.	16.127	24.381
PIDDAC-sub. Proj. aq. 15 loc. 4700	19.615.055	20.265.278
PIDDAC-sub proj bilhet. s/contacto	3.541.046	4.414.417
PIDDAC-benef. interface ramal Lousã	274.231	302.119
PIDDAC-sub. proj. aq. 10 loc. 4700	2.561.485	2.645.698
PIDDAC-sub. proj. alter. veloc. máx.45 carrug. moderniz.	159.926	186.446
PIDDAC-subs.caixas transmissão rodados UDD's450	487.605	425.800
PIDDAC-sub. sist. escalas pess. e rotaç. de material	19.445	43.750
PIDDAC-modernização de automotoras 3500	1.415.313	1.575.000
PIDDAC-grande reparação R2 - 453	82.964	-
PIDDAC-grande reparação R2 - 2334	404.259	-
PIDDAC-grande reparação R2 - 2340	399.691	-
PIDDAC-grande reparação R2 - 2326	302.926	-
PIDDAC-grande reparação R3 - 9635	119.761	-
PIDDAC-grande reparação R2 - 464	137.459	-
PIDDAC-grande repar R2 - 2197010	143.900	-
FEDER-sub. proj. 19UDD	1.211.529	1.316.687
FEDER-sub. proj. 21ALLAN	1.701.627	1.781.666
FEDER-sub. proj. 34UME	37.582.594	39.516.942
FEDER-sub. proj. 57UTE Silício	22.451.393	24.986.119
FEDER-sub. proj. Convel	-	12.632
FEDER-sub. proj. reabil. 3Aut.	116.803	107.546
FEDER-sub. Proj. 57CORRAIL	1.452.188	1.690.737
FEDER-sub. Proj. 12 locomotivas	903.370	903.370
sub. projecto CP/KIDS	27.276	54.697
FEDER- benef. interfaces ramal Lousã	581.343	640.462
FEDER-bilhética sem contacto-CPLX	797.033	995.479
FEDER-subsíd. ramais partic. mercad.	364.765	364.765
FEDER - TIP	-	348.947
TOTAL	170.949.396	182.711.603

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO (NOTA 20)

A rubrica de ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Ativo		
Derivados potencialmente favoráveis	-	-
Ativos financeiros	54	26
TOTAL	54	26

A 31 de dezembro de 2013, de acordo com a avaliação fornecida por entidade externa (IMF- Informação de Mercados Financeiros, S.A.), o Grupo não possui qualquer instrumento financeiro derivado (*swaps* de cobertura de taxa de juro) potencialmente favorável.

As variações ocorridas no justo valor destes instrumentos financeiros derivados são registadas pelo valor líquido entre os ganhos e as perdas na rubrica da demonstração dos resultados "aumentos/reduções de justo valor".

À data de referência para a apresentação destas demonstrações financeiras, o Grupo tem somente registado na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação o justo valor, a 31 de dezembro de 2013, das ações do Millenium BCP adquiridas à sociedade Fergráfica, S.A. no âmbito da liquidação desta sociedade.

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS (NOTA 21)

A rubrica de outros ativos financeiros é analisada como segue:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Ativo corrente		
Outros ativos e passivos financeiros	16.000.000	-
TOTAL	16.000.000	-

Durante o ano de 2013, e sempre que existiram disponibilidades, foram efetuadas aplicações financeiras (CEDIC's) no IGCP até um valor máximo de 30 milhões de euros, tendo o Grupo terminado o ano com uma aplicação de 16 milhões de euros.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NOTA 22)

Um dos objetivos do Grupo é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, entende-se que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido, sendo que o atraso que se tem verificado na concretização de alguns dos acordos de venda já estabelecidos, é causado por circunstâncias alheias à gestão.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor esperado de venda.

Entende-se ainda que existe uma grande incerteza nesta data quanto a evolução dos mercados e das economias, pelo que o valor esperado de venda à data foi apurado com base na informação disponível.

Semestralmente é avaliada a existência de imparidades nestes ativos, e, sempre que necessário procede-se a ajustamentos dos valores já reconhecidos. Nesse âmbito, em 2013, registou-se uma perda por imparidade na rubrica de equipamento básico, de 7.409.396 euros, que reflete também a evolução do contexto económico e financeiro e as expectativas de venda.

A imparidade constituída em 2013, no valor de 7.409.396 euros, respeita a material circulante, destacando-se a imparidade constituída para o material da série 2600 que atingiu, em termos acumulados, o valor de 4.387.906 euros.

Na constituição desta imparidade foi tido em consideração o valor dos subsídios atribuídos para a aquisição deste material circulante e ainda não reconhecidos como rendimento, bem como o valor residual destes ativos.

Assim, se ao valor contabilístico líquido deste material circulante for deduzido o valor dos subsídios a reconhecer, as imparidades acumuladas e o seu valor residual, este representa, no final do período de 2013, o valor de 3.951.360 euros.

Com o reconhecimento desta imparidade pretendeu-se acautelar a transferência para períodos futuros de impactos em resultados decorrentes de dificuldades na alienação destes ativos, ainda que o Grupo CP mantenha o seu empenho em conseguir a sua alienação num curto espaço de tempo.

O quadro seguinte resume, por classe de imobilizado, os ativos não correntes detidos para venda:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Ativos		
Terrenos e recursos naturais	3.295.378	3.295.378
Edifícios e outras construções	12.232.184	12.232.184
Equipamento básico	11.839.201	19.337.683
TOTAL	27.366.763	34.865.245

CAPITAL REALIZADO (NOTA 23)

O n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 260/76, ao definir o capital estatutário das empresas públicas como sendo o conjunto das «dotações e outras entradas patrimoniais do Estado e demais entidades públicas destinadas a responder a necessidades permanentes da empresa», consagrou o princípio da adequação do capital estatutário às necessidades permanentes da empresa.

O capital estatutário de 1.995.317.000 euros, detido a 100% pelo Estado português na sequência do processo de nacionalização efetuada nos termos do Decreto-Lei nº205-B/75 de 16 de abril, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2013.

AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS (NOTA 24)

A 31 de dezembro de 2013 não são detidas ações ou quotas próprias, por a empresa mãe não ser uma sociedade por ações ou quotas.

— OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO (NOTA 25)

O Estado português, único detentor do capital da empresa mãe CP, não concedeu qualquer verba a título de prestações suplementares, acessórias ou dotações de capital durante o ano de 2013.

RESERVAS LEGAIS (NOTA 26)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da empresa mãe (CP), a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem utilização para aumento de capital ou cobertura de prejuízos.

OUTRAS RESERVAS (NOTA 27)

Nesta rubrica, est6 contabilizada a reserva estatut6ria que corresponde ao valor do fundo de amortiza76o e renova76o de material circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O fundo de amortiza76o e renova76o de material circulante destinava-se 6 renova76o do material circulante, conforme previsto no art6 166 do contrato de concess6o de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do fundo sobre os investimentos por ele financiados.

RESULTADOS TRANSITADOS (NOTA 28)

A variação dos resultados transitados diz respeito essencialmente à incorporação do resultado líquido do período anterior. Contribuem, no entanto, também para esta variação os movimentos detalhados no quadro seguinte:

RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO TRANSITADO CONSOLIDADO	(Valores em €)
Resultados transitados de 2013	-5.269.105.740
Resultados transitados de 2012	-5.043.371.681
+ Resultado líquido do período de 2012	-223.547.143
Resultados transitados de 2012	-5.266.918.824
Movimentos de 2013 directamente em Res.transitados:	-2.186.916
Identificação:	
(i) Alteração dos critérios para reconhecimento das perdas por imparidade de inventários, no segmento de reparação e manutenção de material circulante. A atualização das perdas por imparidades de inventários passa a estar indexada à duração de cada contrato específico de prestação de serviços e às perspectivas de consumo/rotação dos materiais;	1.841.714
(ii) Reconhecimento dos abono das promoções reportadas a 2010 e 2011, referentes a colaboradores do segmento de reparação e manutenção de material circulante, cujos encargos não estavam especializados;	548.885
(iii) Impacto líquido de diversas operações em resultados transitados, relacionadas com anulações de saldos e transações intercompanhias.	-203.683
Total de ajustes ao resultado transitado:	2.186.916

OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (NOTA 29)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Saneamento financeiro	91.357.368	91.357.368
TOTAL	91.357.368	91.357.368

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à banca no montante de 97.975.959 euros e a utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-Lei n.º 361/85.

PROVISÕES (NOTA 30)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

DESCRIÇÃO (Valores em €)	Saldo inicial	Ajustes ref. a 2012	Adições	Utilizações	Reversões	Efeito de desconto	Saldo Final
Processos judiciais em curso	9.540.547	-86.532	185.147	-	-228.618	-	9.410.544
Acidentes ferroviários	1.052.515	-	232.125	-	-	-	1.284.640
Acidentes trabalho e doenças profissionais e outras provisões	18.694.680	-567.426	2.412.840	-2.231.984	-7.123.926	-	11.184.184
TOTAL	29.287.742	-653.958	2.830.112	-2.231.984	-7.352.544	-	21.879.368

A diminuição do valor das provisões, no período de 2013, prende-se essencialmente com a reversão da provisão para o processo judicial relacionado com a recuperação de IVA de faturação emitida à REFER e alvo de anulação, decorrente da conclusão da ação no Tribunal Tributário de Lisboa, e a utilização total das provisões constituídas para os encargos com promoções e para o processo de liquidação da Fergráfica S.A..

A provisão para acidentes de trabalho e doenças profissionais foi calculada com base na avaliação atuarial das responsabilidades da empresa CP em 31 de dezembro de 2013, tendo assim, sido constituídas provisões para fazer face aos encargos com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999. Este cálculo foi realizado por entidade externa.

Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no período em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades decorrentes de encargos com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999 são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de desconto: 3%.

Taxa de crescimento das pensões: 1,0%.

Tábuas de mortalidade: utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

Número de pagamento das pensões de acidente de trabalho: 13 pagamentos por ano.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de dezembro de 2013.

FINANCIAMENTOS OBTIDOS (NOTA 31)

No final do período de 2013 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
NÃO CORRENTE - Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	489.598.275	554.859.347
Locações financeiras	31.059.414	34.632.366
Empréstimos por obrigações	700.000.000	700.000.000
Outros financiadores	683.900.000	948.680.000
SUB-TOTAL	1.904.557.689	2.238.171.713
CORRENTE - Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.731.521.997	1.346.564.519
Descobertos bancários	8.289.245	15.166.501
Locações financeiras	3.028.341	3.099.891
Outros financiadores	264.780.000	162.500.000
SUB-TOTAL	2.007.619.583	1.527.330.911
TOTAL FINAL	3.912.177.272	3.765.502.624

O acréscimo da dívida foi de cerca de 147 milhões de euros, tendo passado de 3,765 mil milhões a 31.12.2012 para 3,912 mil milhões a 31.12.2013. Esse acréscimo traduziu-se numa substituição de dívida de longo prazo por dívida de curto prazo tomada na banca nacional.

A percentagem de dívida de empréstimos nacionais foi tendo ao longo do ano uma maior preponderância sendo que, no final de 2013, representava cerca de 49% da dívida, valor equivalente à percentagem dos empréstimos de curto prazo.

À semelhança do que tem vindo a acontecer desde o último ano, a dívida diretamente garantida teve um decréscimo, uma vez que todos os novos financiamentos são concedidos sem aval direto do Estado.

Apesar de todas as dificuldades, o crescimento do endividamento restringiu-se ao financiamento dos encargos financeiros tendo a operação libertado os meios necessários ao funcionamento corrente e investimentos realizados.

O Grupo CP não conseguiu, no entanto, obter a totalidade do financiamento para pagamento de compromissos decorrentes do serviço da dívida, pelo que, ao longo do ano, teve que canalizar parte da sua receita da atividade de exploração para esse efeito.

No que respeita a dívida amortizada durante o ano, destacam-se as amortizações do Polo Securities II Limited no montante de 62,5 milhões de euros, Polo III – CP Finance Limited no montante de 100 milhões de euros, BEI no montante de 45 milhões de euros e banca nacional no valor de 9 milhões de euros.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

RUBRICAS (Valores em €)	31.12.2013	31.12.2012
NÃO CORRENTE – Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	1.731.521.997	1.346.564.519
De 1 a 5 anos	395.571.608	439.710.180
A mais de 5 anos	94.026.667	115.149.167
Locações financeiras		
Até 1 ano	3.028.341	3.099.891
De 1 a 5 anos	17.424.721	17.217.595
A mais de 5 anos	13.634.693	17.414.771
Descobertos bancários		
Até 1 ano	8.289.245	15.166.501
Factoring		
Até 1 ano	-	-
Empréstimos por obrigações		
Até 1 ano	-	-
De 1 a 5 anos	500.000.000	-
A mais de 5 anos	200.000.000	700.000.000
Mercado de valores mobiliários		
Até 1 ano	-	-
De 1 a 5 anos	-	-
A mais de 5 anos	-	-
Outros financiadores		
Até 1 ano	264.780.000	162.500.000
De 1 a 5 anos	433.900.000	698.680.000
A mais de 5 anos	250.000.000	250.000.000
TOTAL	3.912.177.272	3.765.502.624

OUTRAS CONTAS A PAGAR (NOTA 32)

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
NÃO CORRENTE		
Fornecedores de investimentos	-	40.563
TOTAL	-	40.563
CORRENTE		
Fornecedores de investimentos	2.358.459	-
Devedores por acréscimos de rendimento	2.071.234	-
Credores por subscrições não liberadas	33.815.129	34.387.776
Outros devedores e credores	8.201.666	15.638.952
Credores por acréscimo de gastos	83.602.274	78.671.565
TOTAL	130.048.762	128.698.293

De referir que o aumento, face ao período de 2012, registado na rubrica de credores por acréscimo de gastos (cerca de 5 milhões de euros) resulta do reconhecimento, no período de 2013, dos encargos com férias e subsídios de férias relativos a 2014, reconhecimento este que, no período de 2012, foi diminuído em virtude do disposto no Orçamento Estado para 2013.

FORNECEDORES (NOTA 33)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Fornecedores c/c		
Gerais	159.138.828	67.265.385
Fornecedores de investimento	6.040	388.934
Facturas em receção e conferência	203.316	296.814
TOTAL	159.348.184	67.951.133

As principais variações registadas nesta rubrica face a 2012 explicam-se quase exclusivamente devido ao incremento das dívidas à REFER.

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES (NOTA 34)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

RUBRICAS (Valores em €)	31.12.2013	31.12.2012
Adiantamentos de clientes		
Clientes CP		
MINIST.PLANIF.FEDERAL, INVERSION PÚBLICA, SERV. GOB.NAC. ARG	295.470	295.470
JOSE C GUILHERME E JOAO M SANTOS	249.399	249.399
Clientes Fernave		
MANUEL MAGALHÃES PEREIRA - MAPUTO	190.000	-
Clientes EMEF		
TNO - NEDERLANDS E ORGANISATIE VOOR TOEGEPAST NATUURWETENSCHAPPE	76.621	166.377
THALES TRANSPORTATION	-	1.366
UNIVERSIDADE DO PORTO	68.838	105.946
TOTAL	880.328	818.558

Os valores que se apresentam no final de 2013, do segmento de reparação e manutenção de material circulante, respeitam a verbas contratualmente estabelecidas e recebidas a título de adiantamentos relativas aos projetos CARGOVIBES no valor de 76.621 euros e MAXBE2 no valor de 68.839 euros, financiados ao abrigo do *Seventh Framework Programme* (FP7), e ainda não reconhecidos como subsídios à exploração, por não terem ocorrido os gastos respetivos.

PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO (NOTA 35)

A rubrica de passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Derivados potencialmente desfavoráveis	69.159.198	135.181.225
TOTAL	69.159.198	135.181.225

O montante registado na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação resulta da valorização efetuada por entidade externa (IMF- Informação de Mercados Financeiros, S.A.) ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados (*swaps* de cobertura de taxa de juro) detidos pelo Grupo CP.

Seguindo a tendência verificada em 2012, a carteira de derivativos potencialmente desfavoráveis registou, no decorrer de 2013, um decréscimo no seu no universo de derivativos, registando uma variação favorável do seu valor, na ordem dos 66 milhões de euros. O ano de 2013 foi marcado pelo cancelamento de três operações de *swap*, o que influenciou favoravelmente o valor de mercado da carteira.

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS (NOTA 36)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS (Valores em €)	31.12.2013	31.12.2012
Vendas e serviços prestados		
Vendas		
Produtos acabados/intermédios	-	943.643
SUB-TOTAL	-	943.643
Prestações de serviços		
Passageiros	207.004.411	213.550.207
Mercadorias	57.637.700	61.438.980
Outros	12.150.089	9.922.822
SUB-TOTAL	276.792.200	284.912.009
TOTAL	276.792.200	285.855.652

O decréscimo verificado decorre fundamentalmente da quebra nos serviços prestados de passageiros e de mercadorias, fruto das greves que se registaram no início de 2013, bem como da conjuntura económica do país. Apesar dos esforços efetuados no sentido de inverter a tendência de quebra, e das melhorias verificadas sobretudo a partir do último trimestre do ano, não foi possível recuperar totalmente o desequilíbrio registado nos primeiros meses do ano.

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO (NOTA 37)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos períodos de 2012 e 2013:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Indemnizações compensatórias	33.856.604	34.800.000
Andante	114.717	36.873
PAII	377.261	349.057
CP/KIDS	35.054	176.551
Subsídios IDMEC (Projecto Wearwheel)	-	4.044
Subsídios NV D 2 S International (Projecto I-Rail)	918	2.494
Subsídios Thales (Projecto Secur-ED)	22.805	39.635
Subsídios TNO (Projecto Cargovibes)	89.756	12.192
Subsídios Universidade do Porto (Projecto Maxbe)	37.107	1.814
Outros	-	22.327
Subsídios de outras entidades: Life Rail	-	2.469
TOTAL	34.534.222	35.447.457

Anualmente são atribuídos, via dotação no Orçamento do Estado, subsídios pelo serviço público de transporte de passageiros. De salientar a quebra deste apoio financeiro do Estado, através de subsídios à exploração, que atingiu uma redução de aproximadamente um milhão, face aos valores de 2012.

Continuaram a ser concedidos, em 2013, subsídios relacionados com incentivos à investigação recebidos no âmbito dos projetos Wearwheel, I-Rail, Secur-ED, Cargovibes e Maxbe, onde a EMEF está em consórcio com outras entidades. Estes projetos inserem-se no Sétimo Programa Quadro (FP7) da União Europeia.

GANHOS/PERDAS IMPUTADOS A SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (NOTA 38)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
PERDAS		
GANHOS		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	285.213	-
Outros	342.000	-
TOTAL	627.212	-

Os valores reconhecidos em 2013 são o resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial ao impacto dos resultados do SIMEF (285.213 euros) e das operações de liquidação da Fergráfica (342.101 euros) e dissolução da EMEF Internacional (-101 euros).

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA (NOTA 39)

A rubrica de trabalhos para a própria entidade regista os trabalhos realizados pela componente de manutenção nos materiais circulantes de transporte de passageiros e de mercadorias e é analisada como se segue:

RUBRICAS (Valores em €)	31.12.2013	31.12.2012
Trabalhos própria empresa		
Transporte de passageiros		
Ativos fixos tangíveis	10.844.634	16.140.151
Transporte de mercadorias		
Ativos fixos tangíveis	-	3.799.549
Outros	-	154.062
TOTAL	10.844.634	20.093.762

CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS (NOTA 40)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Mercadorias	-	149.463
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	24.949.567	27.731.280
TOTAL	24.949.567	27.880.743

A diminuição verificada nesta rubrica foi motivada essencialmente pela redução das atividades de reparação e de fabrico ocorridas no ano 2013.

O gasto com consumo de combustível, como matéria-prima para a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias representa cerca de 46% do total da rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo. O gasto com consumo de combustível, apesar do aumento de preço, tal como no ano anterior, tem vindo a reduzir.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (NOTA 41)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

CONTA	RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
		31.12.2013	31.12.2012
621	Subcontratos	28.318.723	29.090.057
622/626	Trabalhos especializados e outros	100.766.215	93.400.991
	(Nos quais está incluída a taxa uso infraestrutura)	66.453.984	62.928.774
623	Materiais	508.569	535.547
624	Energia e fluidos	31.502.211	30.855.350
625	Deslocações, estadas e transportes	991.501	1.169.834
	TOTAL	162.087.219	155.051.779

Para o aumento registado nesta rubrica concorrem essencialmente os seguintes factos:

- O aumento dos gastos com a taxa de utilização da infraestrutura resultante da atualização das tarifas previstas no Diretório da Rede 2013, que vigorou a partir de 11 de dezembro de 2012; e
- Aumento dos gastos com eletricidade decorrente das atualizações tarifárias ocorridas no período.

Apesar do aumento registado nesta rubrica, é de salientar o esforço efetuado pelo Grupo CP no sentido de conter os gastos, conforme se pode comprovar pela diminuição dos encargos com subcontratos e deslocações, estadas e transportes.

GASTOS COM PESSOAL (NOTA 42)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Remunerações dos órgãos sociais	510.912	816.209
Remunerações do pessoal	110.581.065	96.928.711
Indemnizações	7.342.202	5.044.072
Encargos sobre remunerações	24.679.201	21.557.070
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2.743.201	2.017.459
Gastos de acção social	350.609	264.006
Outros gastos com o pessoal	1.333.786	2.383.349
TOTAL	147.540.976	129.010.876

O acréscimo registado nesta rubrica resulta fundamentalmente do cumprimento do disposto no Orçamento de Estado retificativo de 2013, tendo sido registado nas contas de 2013 o diferencial de encargos previsto na lei, o que implicou reconhecer gastos de períodos anteriores relacionados com o adicional do subsídio de férias de 2012, pago no decorrer de 2013, a que acresceu o impacto também ele em gastos com pessoal, do subsídio de férias do próprio ano, a pagar em 2014.

Verificou-se ainda um acréscimo nos gastos com indemnizações por mútuo acordo.

IMPARIIDADES DE INVESTIMENTO NÃO DEPRECIÁVEIS/ AMORTIZÁVEIS (NOTA 43)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
PERDAS		
Em investimentos financeiros	-	-27
Ativos não correntes detidos para venda	-7.634.323	-6.573.726
REVERSÕES		
De investimentos financeiros	46.147	150.745
Ativos não correntes detidos para venda	224.927	30.527
TOTAL	-7.363.249	-6.392.481

As perdas de imparidade referentes a ativos detidos para venda são as que apresentam maior materialidade ao nível das imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis e resultam do diferencial entre o valor esperado de venda líquido dos custos de venda e o valor pelo qual os ativos se encontram escriturados.

Num contexto de crise económica e perante a dificuldade em alienar alguns dos ativos registados como ativos não correntes detidos para venda, devido à sua especificidade (maioritariamente material circulante) e ausência de um mercado ativo para estes bens, entendeu-se prudente reforçar as imparidades associadas a estes ativos.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS (NOTA 44)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Rendimentos suplementares	5.158.819	7.620.366
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.429	1.690
Ganhos em inventários	49.926	100.642
Restantes ativos financeiros	1.640.491	372.292
Investimentos não financeiros	357.103	281.314
Outros	16.107.356	16.359.748
TOTAL	23.315.124	24.736.052

A rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta uma diminuição justificada fundamentalmente por:

- Venda de sucata (-1.234.708 euros) - em 2012 foram vendidos para reciclagem lotes de veículos ferroviários retirados da exploração, o que não se verificou, de forma tão significativa em 2013;
- Concessão de espaços comerciais (-533.186,31 euros) - em consequência da cessação do contrato de exploração de espaços comerciais com a CP Com, sendo que, em 2013, só se manteve a cedência da bilheteira do posto de venda de Braga.

De registar, ainda, a variação positiva registada na rubrica de restantes ativos financeiros (+1.268.199 euros) relacionada fundamentalmente com diferenças de câmbio favoráveis relativas às ações da Eurofima.

OUTROS GASTOS E PERDAS (NOTA 45)

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Impostos	381.744	514.145
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-3.060
Dívidas incobráveis	149.573	3.073.224
Perdas em inventários	469.522	728.000
Investimentos não financeiros	1.843.629	388.372
Outros	4.698.051	13.257.580
TOTAL	7.542.519	17.958.261

Para o decréscimo registado nesta rubrica contribuiu fundamentalmente a diminuição das dívidas incobráveis, fruto das ações de cobrança desenvolvidas pela empresa e da regularização, em períodos anteriores, de dívidas incobráveis, bem como a diminuição dos descontos comerciais concedidos. Em 2012 foi atribuído um desconto comercial de valor significativo com vista à regularização da dívida histórica com o Ministério da Defesa Nacional, o que não se verificou em 2013. Este desconto foi registado na rubrica de outros.

AUMENTOS/REDUÇÕES JUSTO VALOR (NOTA 46)

A rubrica de aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
PERDAS		
Instrumentos financeiros	-	-3.767.729
GANHOS		
Instrumentos financeiros	66.022.026	-
TOTAL	66.022.026	-3.767.729

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados resulta da valorização da carteira de derivados em 31 de dezembro 2013, comparativamente a igual período do ano anterior.

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Deutsche Bank	-	-4.330.003
Citigroup	-685.521	-2.246.668
BES	-62.549.083	-81.265.916
BNP Paribas	-	-34.554.251
RBS/ABN	-5.924.594	-7.694.238
Barclays	-	-5.090.149
TOTAL	-69.159.198	-135.181.225

GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO (NOTA 47)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
GASTOS		
Ativos fixos tangíveis	74.865.463	80.023.499
Ativos intangíveis	120.900	595.298
REVERSÕES		
Ativos fixos tangíveis	-252	-
Ativos intangíveis	-	-
TOTAL	74.986.111	80.618.797

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 3. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

A diminuição do valor das depreciações, face a 2012, resulta da diminuição do investimento realizado nos últimos anos, fruto da conjuntura económica e financeira, e ao término do período de depreciação dos bens.

No segmento de transporte de passageiros, esta quebra, que atinge aproximadamente 4 milhões de euros, tem igualmente origem na reclassificação de ativos para ativos não correntes detidos para venda, cessando o reconhecimento de depreciações e passando a haver o reconhecimento de imparidades pelo diferencial entre o valor contabilístico líquido e o valor esperado de venda, bem como à diminuição do investimento realizado.

IMPARIIDADE DE INVESTIMENTOS DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (NOTA 48)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis reconhecida no período respeita essencialmente à rubrica de equipamento básico e resulta do seu valor líquido exceder o seu valor recuperável, apresentando os seguintes valores:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
PERDAS		
Ativos fixos tangíveis	2.716.034	251.600
REVERSÕES		
Ativos fixos tangíveis	-191.600	-237.024
TOTAL	2.524.434	14.576

O aumento das imparidades de investimentos depreciáveis em aproximadamente 2,5 milhões de euros decorre dos danos causados no material circulante em resultado de acidentes ocorridos em 2013, nomeadamente o de Alfarelos.

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS (NOTA 49)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Juros obtidos	197.896	8.116.208
Dividendos obtidos	39.698	49.311
TOTAL	237.594	8.165.519

A diminuição registada nos juros e rendimentos similares resulta do decréscimo de 7,9 milhões de euros, que dizem respeito a juros de *swaps*.

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS (NOTA 50)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

RUBRICAS (Valores em €)	PERÍODOS	
	31.12.2013	31.12.2012
Juros suportados	205.578.935	192.358.186
Outros gastos e perdas	10.524.619	8.682.029
TOTAL	216.103.554	201.040.215

No período de 2013, a rubrica de juros e gastos similares suportados regista um total de 216 milhões de euros, mais 15 milhões de euros que no mesmo período do ano anterior.

Esta situação decorre do incremento dos encargos financeiros com a dívida do Grupo CP, que aumentou, bem como ao nível elevado de *spreads* obtidos nos novos financiamentos contratados para substituir os empréstimos com vencimento durante o ano. A antecipação do cancelamento de alguns contratos de derivados levou igualmente a uma antecipação dos encargos financeiros associados a essa liquidação, compensada em termos de resultados pela variação favorável da carteira de derivados.

No decorrer do período em análise, verificou-se uma diminuição nos juros suportados com as operações de financiamento de material circulante e outros (EUROFIMA, POLO, BEI e OBRIGACIONISTA) em cerca de 11,6 milhões de euros. No entanto, tal facto, foi largamente ultrapassado pela subida registada com os gastos em juros e outros encargos suportados de financiamentos bancários (19,5 milhões de euros), e de operações de cobertura de taxa de juro, *swaps* (8,8 milhões de euros).

INTERESSES MINORITÁRIOS (NOTA 51)

Não aplicável.

PASSIVOS CONTINGENTES (NOTA 52)

Não aplicável.

— ATIVOS CONTINGENTES (NOTA 53)

A EMEF e o Metropolitano de Lisboa assinaram um protocolo em 14 de maio de 2009, no qual a EMEF se compromete a ceder um espaço nas suas instalações sitas na Amadora, para o Metropolitano poder instalar um estaleiro de construção civil de forma a permitir a construção do prolongamento da linha Amadora Este/Reboleira, incluindo nova estação intermodal da Reboleira.

O mesmo protocolo prevê a demolição das edificações existentes nesse espaço, e como contrapartida o Metropolitano de Lisboa obriga-se a construir um edifício novo até ao montante de 2.250.000 euros. Como as obras do Metro estão suspensas por decisão governamental, não é expectável que a construção venha a ocorrer dentro do prazo estabelecido.

GARANTIAS E AVALES (NOTA 54)

Garantias prestadas a favor do Grupo CP:

GARANTIAS E FIANÇAS PRESTADAS		(Valores em €)
Garantias e fianças prestadas ao Grupo CP pelo Estado		812.132.960
Garantias e fianças bancárias prestadas ao Grupo CP por entidades bancárias a favor de terceiros		1.485.717

REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS (NOTA 55)

A Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, apresenta honorários, no âmbito da revisão e certificação legal das contas consolidadas, na quantia de 3.946 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

A Sociedade Horwath & Associados, SROC, apresenta honorários, no âmbito da auditoria às contas consolidadas, na quantia de 4.840 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO (NOTA 56)

Não ocorreram factos relevantes que possam ter impacto nas contas, após a data de Balanço.

Técnico Oficial de Contas – Dra. Ana Coelho

Presidente – Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vice-Presidente – Dra. Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal – Dra. Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente

Vogal – Dra. Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes



**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
CONTAS CONSOLIDADAS 2013 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.**

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente, o artigo a alínea *d*) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos¹ da empresa e os artigos 420.º, 452.º do Código das Sociedades Comerciais² (CSC), cabe ao Conselho Fiscal apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras consolidadas, da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP, aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, designadas genericamente por IFRS. Nos termos do artigo 4º do Regulamento n.º 1 606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado devem elaborar as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, foi aprovado o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, doravante RJSPE, o qual revogou o anterior³ enquadramento legal específico, aplicável à CP enquanto empresa pública e às suas participadas.

2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA

Como ponto prévio importa referir que o Conselho Fiscal foi nomeado por Despacho dos Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações de 13 de novembro de 2013, pelo que apenas acompanhou a atividade da empresa a partir da referida data.

Nessa conformidade, o Conselho Fiscal até ao final do exercício objeto de análise, efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, tendo, nomeadamente, procedido a:

- i) Reuniões com o Conselho de Administração de forma a inteirar-se da situação da empresa;
- ii) Emissão de parecer sobre operações de financiamento, mediante solicitação do Conselho e Administração;
- iii) Realização de reunião com o Revisor Oficial de Contas;

¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março.

² De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

³ Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto.

CONSELHO FISCAL

- iv) Reuniões com a direção financeira da CP;
- v) Apresentação de proposta à tutela de nomeação do Revisor Oficial de Contas, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as Demonstrações Consolidadas do Grupo CP, apresentadas pelo Conselho de Administração.

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO GRUPO CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita às orientações de gestão definidas pelo Governo, à tutela sectorial e financeira, do Ministério da Economia e do Emprego e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público que são objeto de compensação do Estado, e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

A CP tem autonomizado em empresas os segmentos de atividade onde atua⁴, procurando criar sinergias positivas à sua atividade, sendo a empresa-mãe de um grupo de empresas subsidiárias e associadas. Em todas as empresas subsidiárias⁵ detém a maioria do capital. Detém também algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros Operadores.

A CP, EPE, detém direta e maioritariamente as seguintes empresas:

- A CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A., participada pela CP a 100%, com o Capital Social de 5.000.000 euros e tem por objeto social o transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas;
- A EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A, com a participação da CP em 100%, o Capital Social de 8.100.000 euros e tem como atividade o fabrico bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudo de instalações oficiais para manutenção;
- A SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., participada em 100% pela CP, com o Capital Social de 5.000 euros e cujo objeto social consiste na atividade de mediação de seguros;

⁴ Como a manutenção de equipamentos ferroviários, a formação técnica e o transporte ferroviário de mercadorias.

⁵ CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A., EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. e ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A..

CONSELHO FISCAL

- A FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A; com a participação CP em 100%, o Capital Social - 55.000 euros e o objeto de formação e desenvolvimento técnico-profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas dos sectores de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica;
- A ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A, participada em 100% pela CP, com o Capital Social de 50.000 euros e dedica-se à prestação de cuidados de saúde, a criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho; o ensino, a formação e o desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente;

A CP detém ainda participações minoritárias em sete outras empresas e em dois Agrupamentos Complementares de Empresas, ACE⁶.

Durante o ano de 2013 a estrutura do Grupo alterou-se ligeiramente com a liquidação da EMEF Internacional e da Fergráfica e a constituição da Nomad Tech, Lda.⁷

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O contexto macroeconómico desfavorável, produziu impacto quer através da quebra na procura, quer pela deterioração das condições de refinanciamento da dívida. Essa realidade repercutiu-se nos resultados do Grupo CP, tendo este encerrado o exercício de 2013 com um resultado líquido negativo de 225,6 milhões de euros (-0,9%).

As rubricas do Capital Próprio apresentaram um valor negativo que se degradou em 227,8 milhões de euros (-7,2%) face ao ano transato, essencialmente proveniente do acumular de sucessivos resultados de exercício negativos.

No que importa às rubricas do Ativo, estas apresentaram uma diminuição de 73,5 milhões de euros (-6,4%), resultante, em larga medida, dos seguintes factos:

1. Diminuição dos ativos fixos tangíveis em 69,4 milhões de euros (-7,4%) em resultado das depreciações destes ativos;
2. Diminuição dos inventários em 4,1 milhões de euros (-14,9%) em resultado de um consumo de materiais superior às compras efetuadas durante o exercício, bem como do reconhecimento de imparidades de inventários;
3. Diminuição das outras contas a receber em 5,2 milhões de euros (-21,7%);
4. Reconhecimento de valor de imparidade nos ativos não correntes detidos para venda, no montante de 7,5 milhões de euros (-21,5%);
5. Constituição de aplicações financeiras de curto prazo no IGCP⁸ no valor de 16 milhões de euros.

⁶ No OTLIS, ACE, com uma participação de 14,28% e no TIP, ACE, com 33,33%, participações que desenvolvem atividade no domínio da bilhética.

⁷ Com uma participação de 35% da EMEF, SA.

⁸ Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E..

CONSELHO FISCAL

No que respeita ao Passivo, o Grupo CP registou um aumento de 154,3 milhões de euros (3,6%), destacando-se:

1. Aumento dos Financiamentos Obtidos⁹ em 146,7 milhões de euros (3,9%);
2. Agravamento em 91,4 milhões de euros (134,5%) das dívidas a Fornecedores e Outros Devedores;
3. Variação positiva de 66 milhões de euros (-48,8%) dos *swaps* potencialmente desfavoráveis.

Os fluxos de caixa gerados pelas operações atingiram no final de 2013 o valor de 77,5 milhões de euros, representando um crescimento de 16,8 milhões de euros (27,7%) face ao ano anterior. Deve ser destacado que este desempenho foi alcançado num cenário onde ocorreu uma quebra da procura, que implicou a diminuição dos recebimentos de clientes em 49,8 milhões de euros, associada ao acréscimo dos pagamentos ao pessoal em 12,5 milhões de euros decorrente da reposição dos subsídios férias, situações que foram mais que compensadas com a redução dos pagamentos a fornecedores¹⁰.

O resultado líquido alcançado pelo Grupo CP, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, resulta essencialmente do efeito das variações que se salientam na Demonstração de Resultados:

1. Reversão de 37,7 milhões de euros (-98,0%) no valor das Imparidade de dívidas a receber em resultado da regularização da dívida do Ministério da Defesa Nacional;
2. Aumento dos Gastos com o pessoal em 18,5 milhões de euros (14,4%), essencialmente efeito da reposição do subsídio de férias em cumprimento do disposto¹¹ no Orçamento de Estado retificativo de 2013;
3. Variação de 16,7 milhões de euros (137,2%) das Provisões devido essencialmente à reversão da provisão constituída para processo que teve desfecho favorável à CP no Tribunal Tributário;
4. Redução de Outros gastos e perdas em 10,4 milhões de euros (-58,0 %), consequência da diminuição das dívidas incobráveis, bem como a diminuição dos descontos comerciais atribuídos¹²;
5. O EBITDA consolidado apresenta um decréscimo de cerca de 52 milhões euros para 2,2 milhões euros;
6. O Grupo CP apresentou um apuramento do EBITDA ajustado¹³, onde considerou somente a parte respeitante à exploração, tendo alcançado o valor de 10,7 milhões euros, significando uma redução de 28,9 milhões euros (-73,0%) face a 2012;

⁹ Observou-se a substituição dos financiamentos de médio e longo prazo por financiamentos de curto prazo, representando estes 51,3% do montante total, contribuindo para o desequilíbrio da estrutura de financiamento da empresa.

¹⁰ A larga maioria das dívidas a fornecedores está concentrada na Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E..

¹¹ O Grupo CP registou nas contas de 2013 o diferencial de encargos decorrentes da reposição do subsídio de férias, o que implicou reconhecer gastos de exercícios anteriores, acrescido da especialização do subsídio de férias do próprio ano, a pagar em 2014.

¹² No âmbito do processo para regularização da dívida histórica do Ministério da Defesa Nacional, foi atribuído em 2012 um desconto comercial de valor significativo, não tendo sucedido em 2013 facto com idêntica expressão.

¹³ Resultado antes de indemnizações por rescisão, subsidiárias, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos.

CONSELHO FISCAL



7. A variação favorável de 69,8 milhões euros do justo valor dos instrumentos financeiros traduz da valorização¹⁴ da carteira de derivados¹⁵ em 31 de dezembro 2013, bem como de alterações à sua composição em consequência do cancelamento de três operações de *swap*;
8. Tendo alcançado um resultado operacional negativo de 9,3 milhões euros, tal representa uma melhoria de 20,9 milhões euros face ao exercício anterior;
9. O resultado da política de financiamento do Grupo CP exhibe um agravamento de 23,0 milhões euros (11,9%), essencialmente reflexo do aumento dos encargos financeiros, tanto por via do acréscimo da dívida como pelo incremento dos *spreads* das taxas de juro em todos os empréstimos renovados¹⁶.

Neste âmbito deve ser destacado que a estrutura de financiamento do Grupo CP acentuou o seu desequilíbrio, sendo que o endividamento de curto-prazo representa 51,3% do total. O crescimento do endividamento restringiu-se ao financiamento dos encargos financeiros. Contudo, o Grupo CP não conseguiu obter a totalidade do financiamento necessário ao pagamento dos compromissos decorrentes do serviço da dívida, pelo que teve que canalizar parte da receita da atividade de exploração para esse efeito. Note-se que parte desse serviço da dívida resulta da dívida histórica acumulada pela empresa, constituindo dessa forma um sério constrangimento ao seu desempenho.

No que se refere às empresas detidas pela CP, destaca-se o seguinte:

CP Carga

A CP Carga transportou 8,3 milhões de toneladas de mercadorias, com 226 mil TEU entre contentores e caixas móveis, e obteve 57,2 milhões de euros de proveitos diretos do tráfego. O primeiro quadrimestre foi bastante penalizador apresentando uma redução dos proveitos de tráfego de 25% face ao primeiro quadrimestre de 2012, fruto, em grande medida, da manutenção do conflito laboral. Todavia, a recuperação encetada a partir de Maio permitiu finalizar o ano com reduções de apenas 4,9% nas toneladas transportadas e de 6,9% na receita, face ao ano anterior.

Não obstante a redução de 4,9% das toneladas transportadas, registou-se uma redução de 7,2% dos comboios-quilómetros e um aumento de cerca de 1% das toneladas transportadas por comboio, o que revela um melhor aproveitamento da capacidade instalada.

O Resultado Líquido da CP Carga no ano de 2013 foi de -23 milhões de euros, contra os -19,2 milhões de euros no ano anterior, correspondendo a um desvio de 20%.

Esta variação foi motivada fundamentalmente pela redução dos proveitos de tráfego em 4,2 milhões de euros (-6,9%), e pelo agravamento do resultado financeiro em 2,7 milhões de euros, por via do acréscimo dos financiamentos obtidos junto do acionista e pelo incremento dos *spreads* associados. Os gastos operacionais mantiveram a tendência de redução iniciada nos períodos anteriores (-2,1 milhões de euros).

O Resultado Operacional foi de -15,5 milhões de euros, contra -14,4 milhões de euros em 2012, representando um agravamento de 7,7%. Os Proveitos Operacionais ascenderam a 61,1 milhões de euros (-5,0% face a 2012), enquanto os Gastos Operacionais totalizaram 76,6 milhões de euros (-2,7% face ao ano anterior).

¹⁴ Efetuada por entidade externa (IMF - Informação de Mercados Financeiros, S.A.).

¹⁵ *Swaps* de cobertura de taxa de juro.

¹⁶ Traduziu-se numa substituição de dívida de longo prazo por dívida de curto prazo.

CONSELHO FISCAL

EMEF

A EMEF encerrou o ano de 2013 com um Resultado Líquido negativo de 3,4 milhões de euros, registando um agravamento de 9,5 milhões de euros face ao ano de 2012.

Esta variação foi motivada fundamentalmente pela redução da atividade operacional da empresa (os rendimentos operacionais registaram uma diminuição na ordem dos 16% a que correspondem -10,3 milhões de euros) e pela reposição dos subsídios de férias e Natal aos colaboradores da empresa.

A redução dos rendimentos é justificada, por um lado, pela inexistência do segmento de fabrico no ano 2013 (o projeto de fabrico de vagões para a CP Carga concluiu-se no ano de 2012) e, por outro lado, por um menor volume de intervenções de reparação, situação agravada com a manutenção no ano de 2013 dos preços praticados no ano de 2012 para o principal cliente CP, EPE.

FERNAVE

A Fernave apresentou em 2013 uma melhoria significativa dos Resultados, impulsionado pelo crescimento das Prestações de Serviço, conseguido em ambiente adverso de restrição económica.

Na verdade, encerrou o período de 2013 com um Resultado Líquido negativo de 781,7 mil euros, registando uma melhoria de 34% (+ 394,5 mil euros) face ao ano de 2012. O Resultado Operacional registou uma recuperação na ordem dos 40% face ao ano anterior (+ 378,2 mil euros).

Esta evolução é explicada essencialmente pelo crescimento em mais de 50% (+ 504,3 mil euros) dos rendimentos relativos a serviços prestados pela empresa, tendo sido as áreas da Formação (+45%) e Consultadoria (+149%) as que mais contribuíram para este aumento.

Os fornecimentos e serviços externos apresentaram um acréscimo de 26,2% (+188,8 mil euros), devido ao crescimento dos gastos com subcontratos que acompanharam o aumento nos rendimentos com a prestação de serviços de formação, também igualmente existido um aumento dos gastos com pessoal em 5,3% (+49,9 mil euros).

ECOSAÚDE

A Ecosaúde encerrou o ano de 2013 com um Resultado Líquido negativo de 119 mil euros. Em 2012, o Resultado Líquido situara-se nos -54 mil euros.

Esta evolução é explicada essencialmente pela redução do volume de negócios da empresa em cerca de 5,5% (-119 mil euros) e pelo acréscimo dos gastos com pessoal (+56 mil euros), na sequência da reposição dos subsídios de férias, ainda que parcialmente compensados pela redução de 4% dos FSE (-52 mil euros) e de 18% dos Outros Gastos e Perdas (-17 mil euros).

SAROS

No ano de 2013, a Saros revelou uma melhoria de performance, que se traduziu num aumento das Prestações de Serviço de 151% face ao ano anterior, pelo que o ano ficou pautado por uma melhoria muito significativa do Resultado Líquido em 198 mil euros (+ 222% face a 2012).

As comissões da atividade de mediação contabilizadas como rendimentos do período de 2013 totalizaram 387,8 mil euros, valor muito superior ao verificado em 2012 (cerca de + 233,2 milhares de euros).

CONSELHO FISCAL

5. PARECER

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., e do Relatório dos Auditores Externos, Horwath & Associados, SROC, Lda., os quais foram considerados para efeito de preparação do presente Relatório e Parecer.

O Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo CP, à data de 31 de dezembro de 2013 e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data, tendo em consideração as ênfases mencionadas na Certificação Legal das Contas.

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal verificou que o conjunto das demonstrações financeiras consolidadas permite uma adequada compreensão da situação financeira do Grupo CP, dos seus resultados e dos fluxos de caixa.

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo CP, relativas ao exercício de 2013, com as ênfases mencionadas na Certificação Legal das Contas.


Lisboa, 30 de abril de 2014.

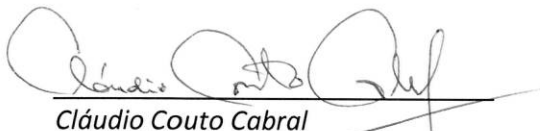
O Conselho Fiscal,

O Presidente,


António Farinha Simão

Os Vogais,


M.ª de Lurdes Correia de Castro


Cláudio Couto Cabral

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (“Empresa”) e suas subsidiárias, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2013, que evidencia um total de 1.070.044.183 Euros e capitais próprios negativos de 3.406.715.489 Euros, incluindo um resultado líquido negativo consolidado de 225.615.470 Euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, das alterações nos capitais próprios, dos fluxos de caixa no exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu resultado.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspetos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspetos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações, os seus fluxos consolidados de caixa e as alterações no seu capital próprio consolidado no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, aplicadas de forma consistente com o exercício anterior e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas diretrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

Ênfases

7. Conforme referido na nota 22 do Relatório e Contas Consolidado da Empresa, o Conselho de Administração decidiu reforçar a imparidade do material circulante incluído na rubrica Ativos não correntes detidos para venda, dado o elevado grau de incerteza sobre o justo valor destes ativos e consequentemente a sua realização. Esta incerteza resulta da especificidade destes ativos e da indústria em que a Empresa opera, onde não existe nomeadamente um mercado ativo que transacione estes bens e o número de eventuais interessados nos mesmos é reduzido.

8. A Empresa tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo, apresentando, em 31 de dezembro de 2013, um total de capital próprio consolidado negativo de 3.406.715.489 euros. Adicionalmente, constata-se que naquela data a Empresa possui um elevado grau de endividamento, sendo o ativo líquido totalmente financiado por capitais alheios. Em Novembro de 2011, o Governo Português aprovou o Plano Estratégico dos Transportes, que concretiza um conjunto de reformas estruturais a implementar no sector dos transportes e das infra-estruturas, que terá impactos significativos ao nível da Empresa, nomeadamente quanto ao conjunto de soluções para melhorar a gestão do stock de dívida e dos encargos financeiros decorrentes e ao programa de equilíbrio operacional. Assim, a continuidade das operações da Empresa, e por conseguinte a realização dos seus ativos e a classificação dos seus passivos, depende da evolução e implementação do referido Plano, do suporte financeiro do Estado Português, o qual detém a totalidade do capital da Empresa, e do sucesso futuro das suas operações.

Porto, 30 de abril de 2014

Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa

HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Sónia Bulhões Costa Matos Lourosa (ROC 1128)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (CP)**, as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 1.070.044.183 euros e um total de capital próprio consolidado negativo de 3.406.715.489 euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo de 225.615.470 euros), a Demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e o rendimento integral consolidado, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de



segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações e o rendimento integral consolidado, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia.



Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos sete e oito, chamamos a atenção para as situações seguintes:
- 9.1. Tal como é indicado na nota 22 do Anexo, foram mantidos no balanço como *Activos não correntes detidos para venda* bens como tal classificados há mais de um ano, uma vez que foi dada satisfação ao preconizado na IFRS 5. De referir, também, que o Conselho de Administração da CP entendeu reforçar a imparidade referente ao material circulante incluído nesta rubrica, atenta a especificidade dos bens em causa e dos mercados em que estes podem ser transacionados, e da consequente incerteza que rodeia o seu valor de venda;
- 9.2 Tal como está evidenciado nas demonstrações financeiras consolidadas em apreço, a CP tem vindo a acumular prejuízos de montante significativo ao longo dos anos, apresentando em 31 de Dezembro de 2013 um capital próprio consolidado negativo de 3.406.715.489 euros. Neste contexto de extremo desequilíbrio da estrutura financeira, a continuidade do Grupo CP tem sido garantida através do apoio que o Estado lhe vem assegurando. Em Novembro de 2011, o Governo aprovou o Plano Estratégico dos Transportes que comporta um conjunto de medidas que visam, entre outras finalidades, tornar o sector dos transportes financeiramente equilibrado e economicamente sustentável. A continuidade do Grupo CP está, assim, dependente, da sua reestruturação financeira, a empreender com o apoio estatal, conjugada com o reequilíbrio económico sustentado que carece de atingir.

Lisboa, 28 de Abril de 2014

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por José Luís Areal Alves da Cunha